

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

FLAVIO CALMON WANICK

**PRESIDENTE ARISTEU BORGES DE AGUIAR, DE POSITIVA
UNANIMIDADE A EXPECTATIVAS FRUSTRADAS. A POLÍTICA E A
ECONOMIA CAPIXABAS DURANTE OS ANOS 1928 A 1930.**

**VITÓRIA
2007**

FLAVIO CALMON WANICK

**PRESIDENTE ARISTEU BORGES DE AGUIAR, DE POSITIVA
UNANIMIDADE A EXPECTATIVAS FRUSTRADAS. A POLÍTICA E A
ECONOMIA CAPIXABAS DURANTE OS ANOS 1928 A 1930.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nara Saletto da Costa.

**VITÓRIA
2007**

FLAVIO CALMON WANICK

PRESIDENTE ARISTEU BORGES DE AGUIAR, DE POSITIVA UNANIMIDADE A EXPECTATIVAS FRUSTRADAS. A POLÍTICA E A ECONOMIA CAPIXABAS DURANTE OS ANOS 1928 A 1930.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em de de 2007

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª NARA SALETTO DA COSTA
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^ª Dr^ª SURAMA CONDE SA PINTO
Universidade Severino Sombra

Prof^º Dr^º ESTILAQUE FERREIRA DOS SANTOS
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^º Dr^º CARLOS TEIXEIRA DE CAMPOS JUNIOR
Universidade Federal do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

W247p Wanick, Flavio Calmon, 1965-
Presidente Aristeu Borges de Aguiar, de positiva unanimidade a
expectativas frustradas. A política e a economia capixabas durante os anos
1928 a 1930 / Flavio Calmon Wanick. – 2007.
165 f. : il.

Orientadora: Nara Saletto da Costa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Aguiar, Aristeu Borges de. 2. Crise econômica - 1920 - Espírito
Santo (Estado). 3. Espírito Santo (Estado) Política e governo. 4. Brasil -
História - República Velha, - 1889-1930. I. Costa, Nara Saletto da. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

A Virginia, Mariana, Julia, Walmyr e Ilza, esposa, filhas, pai e mãe, por tudo que são na minha vida.

A professora Nara Saletto da Costa pelo privilégio de ser seu orientando e poder usufruir da sua capacidade, atenção, paciência, disponibilidade e experiência. A ela devo o Norte do trabalho.

Aos professores Surama Conde Sá Pinto, Carlos Teixeira de Campos Junior e Estilaque Ferreira dos Santos pelas valiosas e pertinentes contribuições quando da realização do Seminário de Dissertação e do Exame de Qualificação. Ao professor Estilaque por, também, acreditar no potencial do projeto desde o tempo da realização da monografia no curso de graduação em história.

À memória de Marcelo Calmon Wanick.

Resumo

Esta pesquisa põe, em evidência, a política e a economia capixabas durante os anos de 1928 a 1930, espaço temporal em que a presidência do Estado foi ocupada pelo professor e advogado Aristeu Borges de Aguiar. Analisa como a dissidência política nacional, ocorrida no seio das oligarquias dominantes, em virtude da escolha do nome de Julio Prestes como candidato à sucessão de Washington Luís (1926 a 1930), agitou as relações políticas espírito-santenses que se encontravam em uma conjuntura de proveitosa tranquilidade. Demonstra a rapidez em que os efeitos da crise econômica de 1929 atingiram as finanças capixabas. Verifica como o Presidente Aristeu, após ter conseguido uma unanimidade positiva em torno do seu nome, no decorrer do seu mandato perdeu apoio junto à população de seu Estado. Identifica a existência de uma forte aproximação política e econômica nesses anos entre o Estado do Espírito Santo e o de São Paulo.

Palavras-chave: Primeira República – Anos 1920 – Estado do Espírito Santo – Aristeu Borges de Aguiar – Dissidência política – Crise econômica

Abstract

This research places the "Capixaba" politics and economy in evidence, during the years 1928 to 1930 when the presidency of the State was occupied by the teacher and lawyer, Aristeu Borges de Aguiar. Analyse how the national political dissidence, which occurred in the cradle of the dominant oligarchy, in view of the choice of Julio Prestes' name as a candidate to be Washington Luís' successor (1926 to 1930), agitated the "espírito-santenses" political relations which at the time were relatively calm. It demonstrates the speed that the economical crises of 1929 affected the capixabas' finances. Verify how President Aristeu, after obtaining unanimously in favour of his name, lost his popularity during the course of his mandate in his State. It identifies the existence of one strong approach economic and political in these years between the State of the Espirito Santo and of São Paulo.

Key words: First Republic – Years 1920 - State of Espírito Santo - Aristeu Borges de Aguiar - Political Dissidence - Economic crises.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Apresentação, objetivos e hipóteses.....	9
Referencial teórico e discussão historiográfica.....	11
Justificativa.....	17
Constituição dos capítulos.....	18
Notas a introdução.....	19

CAPÍTULO I

I.1 Assim caminhava o Brasil no tempo da Primeira República.....	21
I.2 O Espírito Santo nos anos 20 – alguns aspectos políticos, econômicos e sociais.....	30
Notas ao capítulo I.....	59

CAPÍTULO II

II.1 Os meandros da prática política estadual.....	65
II.2 Quem era Aristeu.....	88
II.3 Aristeu é empossado.....	90
Notas ao capítulo II.....	94

CAPÍTULO III

III.1 As realizações do Governo Aristeu.....	104
III.2 O despontar das crises.....	111
III.3 O comício de 13 de fevereiro de 1930.....	122
III.4 A aproximação do Espírito Santo com São Paulo.....	128
III.5 A fuga.....	135

Notas ao capítulo III.....141

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....151

REFERÊNCIAS

Fontes.....153

Bibliografia.....155

Introdução

Apresentação, objetivos e hipóteses

O intervalo a que nos reportamos nesta investigação está compreendido entre os anos de 1928 e de 1930, no qual o governo do Estado do Espírito Santo estava a cargo do Presidente Aristeu Borges de Aguiar, e este estudo evidencia a política e a economia nesses poucos, porém conturbados, três anos da vida capixaba.

É comumente aceito pelos historiadores, e para quem não é se torna importante como esclarecimento, o fato de quanto é difícil, ou mesmo impossível, tratar de política e economia em um período tão curto, sem antes penetrarmos nos meandros estruturais nos quais esses anos estão inseridos. Em razão disso, esclareceremos, desde já, o caminho traçado na realização desta pesquisa.

Iniciamos analisando a política e a economia nacional a nível macro no intuito de compreendermos como se estruturava o Brasil durante a Primeira República, privilegiando a década de 1920, e de que modo o Espírito Santo, Estado periférico, recebia as grandes decisões nacionais. Concomitantemente, elaboramos uma síntese em padrões estruturais da política e da economia espírito-santense nesse período.

Com essa análise estrutural, contextualizamos o Brasil e o Espírito Santo, possibilitando-nos, a partir de então, entrarmos propriamente nos objetivos propostos para esta dissertação, que são:

- Cronologia fina do período, trazendo à luz os seus principais acontecimentos, bem como os principais atores políticos, suas divergências, alianças, redes de relações, etc. Análise da micropolítica espírito-santense.

- Identificação, nas fontes, de quais foram as motivações que conduziram ao nome de Aristeu Borges de Aguiar a candidatura à presidência do Estado. Por que Aristeu? E, após a sua escolha, a razão de ter passado a ser considerado de forma positiva, praticamente uma unanimidade.

- Verificação das razões que impeliram Aristeu, no decorrer do seu mandato, à perda do apoio de grande parte da população local.
- Análise de como o surgimento da Aliança Liberal, a nível nacional, influenciou e ajudou a quebrar um clima de tranquilidade existente na política espírito-santense.
- Análise das relações entre a política capixaba e a paulista nesse período e suas implicações na posição do Espírito Santo na crise política que culminou na revolução de 1930.

Já está caracterizado que a constituição do nosso problema se situa no final da década de 1920, mais precisamente entre 1928 e 1930. Estes anos foram palco de acontecimentos importantes que os tornaram protagonistas dentro da história política e econômica nacional. Integrados no seio de uma década inovadora dentro da história do Brasil, dada a sua importância e complexidade, esses reveladores anos 20 parecem expelir das suas entranhas aquelas rupturas que, de períodos em períodos, abalam as estruturas da longa duração.

No Espírito Santo, praticamente toda a década transcorreu sob um ambiente de benéfica calma política. Entretanto, quando estávamos próximos ao seu fim, fatos novos fomentaram o despontar de agitações políticas e econômicas. A crise de 1929 afetando o preço do café, a nossa principal fonte de receita e, concomitante, a subida da temperatura política a nível nacional, com o surgimento da Aliança Liberal e o confronto entre as oligarquias regionais, foram fatores externos, que atuaram dentro do Estado como agentes desestabilizadores do equilíbrio político existente.

É o governo Aristeu que esmiuçamos no decorrer deste estudo. A economia espírito-santense estava e vinha bem praticamente em toda a década de 1920. No entanto, com os acontecimentos de outubro de 1929 e, conseqüentemente, a dificuldade de inserção do café no mercado internacional, surgiram grandes dificuldades para as finanças estaduais. Já a prática política capixaba caminhava em um providencial “mar de rosas”, situação incomum em anos passados, todavia o conflito entre as grandes oligarquias nacionais trouxe, para dentro do Espírito Santo, o

clima de disputa que se realizava a nível nacional, fermentando um governo que já sofria algumas críticas, entre outros motivos, pela prática de nepotismo.

Somados aos objetivos apresentados, buscamos, nesta dissertação, a comprovação de algumas questões que, para nós, se sobrepõem dentro do tema estudado e que necessitam de um estudo mais acurado. Por esse motivo e no intuito de nortear a nossa problematização, sintetizamos-las em algumas hipóteses explicativas que se encontram listadas a seguir:

- A contração da demanda internacional pelo café, a partir de outubro de 1929, afetou consideravelmente a receita orçamentária estadual, ocasionando transtornos para a economia capixaba já no mesmo ano.

- O Presidente Aristeu Borges de Aguiar, após ser considerado praticamente uma unanimidade positiva, perdeu apoio junto à população local, devido, em grande medida, ao nepotismo existente no seu governo, às críticas a condução do Estado frente à crise econômica e ao acontecimento de 13 de fevereiro de 1930.

- Embora se encontrasse fora do comando da política nacional durante a Primeira República, o Espírito Santo não apoiou e nem aderiu ao movimento nacional que acabou desencadeando a Revolução de 1930, devido principalmente à ligação política e econômica que mantinha com o Estado de São Paulo durante essa época.

Referencial teórico e discussão historiográfica

Desde o início do curso de graduação em história, debatemo-nos acerca de qual é o caminho ideal para seguirmos no nosso estudo. Qual é a melhor teoria a ser utilizada? Vamos valorizar os acontecimentos ou as estruturas? Discussões acaloradas sobre positivismo, marxismo, anais, nova história, eram rotina durante as aulas, mesmo com a nossa ainda pouquíssima leitura sobre o tema. Com o passar do tempo, o estudo das disciplinas teóricas e metodológicas e o aumento das leituras, começamos a delinear um pensamento que acabou nos conquistando. Hoje,

desconfiamos das grandes sínteses explicativas totalmente desprovidas de narrativas, onde fica difícil delimitar a sequência temporal, ao mesmo tempo que também não consideramos interessante um estudo onde conste simplesmente a sequência pura dos fatos. Pensamos que, dentro de um trabalho historiográfico, a utilização da narrativa é fator imprescindível, o que se faz necessário é uma combinação entre narrativas e estruturas. Sendo assim, procuramos fazer nesta dissertação, “uma narrativa densa o bastante, para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas – instituições, modos de pensar etc. –”¹

O tipo de estudo que buscamos realizar e a própria característica do tema em questão nos impeliu a um caminho inverso a de grandes referenciais teóricos e seus consagrados autores. Seguimos, passo a passo, analisando os fatos importantes, inserindo-os na conjuntura e, ao mesmo tempo, dialogando com a estrutura.

É de relevância número um, para que a reciprocidade entre acontecimento, conjuntura e estrutura produza resultados satisfatórios, o entendimento dos referenciais estruturais. Quais eram as grandes linhas políticas e econômicas existentes no Brasil durante a Primeira República e como o Estado do Espírito Santo estava inserido nelas. Iniciamos o primeiro capítulo produzindo uma síntese do período, englobando, na primeira parte, a complexidade brasileira e, na segunda, incluímos o Espírito Santo, para, a partir daí, com o conhecimento do macro, entrarmos, nos capítulos posteriores, no nível micro, porém nunca em posição dicotômica, mas sim em uma constante interação.

Compreendemos as relações políticas nacionais do primeiro período republicano a partir da existência de uma preponderância de São Paulo e Minas Gerais sob os demais Estados da federação. Diante da complexidade da prática política, é fato que essa ascendência se manteve convivendo com dificuldades e divergências. No entanto, estas foram, em grande parte, bem conduzidas pelas oligarquias dominantes que habitualmente conseguiam recompor o pacto político. Podemos verificar essa predominância retratada nos textos dos próprios contemporâneos. Importante constatar que, dentro da federação brasileira, existiam estados considerados de segunda grandeza, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, que

procuravam participar mais ativamente das decisões políticas, enquanto os demais, denominados satélites, ficavam totalmente alijados das resoluções nacionais e este era o caso do Espírito Santo.

Pensamos que, sem enxergarmos assim o funcionamento da política nesse período, não conseguimos explicar os seus principais acontecimentos, como exemplos: a Reação Republicana e a própria Revolução de 1930, que, no nosso entendimento, foram conseqüências do “remendo” de federalismo existente dentro do território nacional desde a Proclamação da República.

Na intenção de demonstrarmos essa nossa afirmação, utilizamos, como suporte, o ensaio de Ferreira e Pinto, intitulado “A crise política dos anos 1920 e a Revolução de 1930”, publicado na série Brasil Republicano. Ao discorrerem sobre o movimento conhecido como Reação Republicana iniciado durante a disputa eleitoral do ano de 1922, assinalam a discordância de alguns estados ante a prevalência de São Paulo e Minas Gerais. Na análise do Movimento, as divergências entre as oligarquias estaduais ficam bem caracterizadas, como podemos constatar:

“Iniciadas as articulações em torno da candidatura à sucessão de Epitácio Pessoa, os grupos dominantes de Minas e São Paulo fecharam em torno dos nomes de Artur Bernardes e Urbano Santos.

O lançamento oficial dessa chapa gerou, no entanto, discordâncias importantes no seio das oligarquias regionais. [...]

A insatisfação dos estados de segunda grandeza com as distorções do federalismo é alçada [...] ao centro da explicação histórica. A Reação Republicana é interpretada não como uma proposta de ruptura como o modelo oligárquico em vigor, mas como uma tentativa de construção de um eixo alternativo de poder que ampliasse a participação das chamadas oligarquias de segunda grandeza no jogo do federalismo brasileiro.

Essa nova linha de interpretação tem como base de sustentação a própria plataforma do movimento que incluía a crítica ao imperialismo dos grandes estados, sobretudo no que dizia respeito aos processos de escolha do candidato à Presidência e à influência exercida na constituição das bancadas dos estados mais fracos, a regeneração dos costumes políticos, a diversificação da agricultura, o desenvolvimento da produção de alimentos, além da conversibilidade da moeda e a adoção dos orçamentos equilibrados no plano financeiro.”²

Concluindo, as referidas autoras, frisam com bastante clareza:

“A Reação Republicana resultou da insatisfação das oligarquias de segunda grandeza ante a dominação de Minas e São Paulo. A resistência dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal não era um fenômeno novo, pois em várias ocasiões pôde-se detectar um busca de articulação entre essas oligarquias estaduais como o objetivo de aumentar seu poder de negociação ante os estados dominantes. O movimento de 1922 foi um momento expressivo dessa luta.”³

Torna-se fundamental, para a compreensão da nossa pesquisa, que se tenha como premissa a ascensão sobre o aparelho de Estado nacional desses dois partícipes da federação, bem como cientes da existência de estados de segunda grandeza, que constantemente propugnavam por tomar parte nas decisões políticas e, por outro lado, uma maioria de estados excluídos dessa participação. A partir de então, podemos incluir o Espírito Santo nesse desfavorável “jogo” político. Este, como mais um estado satélite, não tinha participação alguma na condução da política nacional, ficando sujeito a decisões vindas de fora. Todavia, estas, quando vinculadas a interesses cafeeiros, beneficiavam indiretamente o Estado capixaba, por este ser produtor e exportador de café. Esse, entre outros motivos, acabou por conduzir a uma profunda aproximação do Estado do Espírito Santo com São Paulo, principalmente durante a década de 1920.

Quando adentramos no estudo específico do Estado do Espírito Santo, percebemos que existem poucas produções que analisam a política e a economia capixaba no âmbito da Primeira República e, menos ainda, as específicas sobre a década de 1920. Dentro dessa escassez, consideramos alguns trabalhos que, embora abarcando um espaço temporal bem maior ao focado nesta dissertação ou mesmo diferente, ajudam na discussão sobre o nosso tema. São eles: Rocha e Cosseti, “Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo – 1850/1930”, Marta Zorzal, “Espírito Santo: Estado, Interesses e Poder”, Gabriel Bittencourt, “A Formação Econômica do Espírito Santo: O roteiro da industrialização. Do engenho às grandes indústrias (1535-1980),” Sinésio Pires Ferreira, “Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1849-1960”, Carlos Teixeira de Campos Junior, “O novo arrebalde: aspectos da formação urbana de Vitória” e “A construção da cidade. Formas de produção imobiliária em Vitória”, Nara Saletto, “Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)” e “Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo,” Fernando Achiamé, “Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)”. É claro que, algumas com objetivos distintos e outras por estarem imbuídas da obrigação de dissertarem sobre um período de tempo maior, essas pesquisas não poderiam descer a muitas particularidades do nosso período estudado.

Esses textos se tornam necessários para esta dissertação, tanto como referencial para auxiliar na discussão de questões importantes dentro da história política e econômica capixaba, quanto

também como fonte de consulta para investigações pontuais e dados estatísticos. Entretanto, diferentemente dos autores citados, nossa pesquisa abarcará primordialmente os anos 20, mais especificamente entre 1928 e 1930.

No propósito de dirimir eventuais dúvidas, existem dois vocábulos empregados no decorrer da pesquisa que, por poderem funcionar como conceitos ou simplesmente estarem representados dentro da sua própria acepção semântica, terão o seu sentido dentro do texto desde já esclarecido. São eles os termos hegemonia e oligarquia.

Segundo o dicionário Houaiss, hegemonia está relacionado a “[...] supremacia ou superioridade (cultural, econômica ou militar) [...] supremacia, influência preponderante (exercida por cidade, povo, país, etc.) [...] autoridade soberana; liderança, predominância ou superioridade [...]”⁴

Sempre quando utilizamos a palavra hegemonia a estamos empregando com o significado de preponderância/predominância. Hegemonia política no sentido de preponderância política.

Em relação a oligarquia, também segundo o Houaiss, “[...] regime político em que o poder é exercido por um pequeno número de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família [...] preponderância de um pequeno grupo no poder, esp. para praticar corrupção e governar em interesse próprio [...]”⁵

Norberto Bobbio,⁶ em determinada parte de sua definição do conceito de oligarquia, frisa que, após a Segunda Guerra Mundial, estudiosos interessados em compreender a “[...] organização social e política dos países do terceiro mundo [...]”, trouxeram à luz um significado específico do termo. Este se contrapunha à “[...] democracia (entendida como forma de Governo dominante nos países do Ocidente) [...]” e referia-se “[...] à maior parte dos regimes em vias de desenvolvimento, numa época de transição de um sistema social e político ‘tradicional’ para um sistema social e político ‘moderno’.” Segundo Edward Shils, citado por Bobbio, os governos oligárquicos,

[...] se caracterizam por um grupo de poder restrito, homogêneo, estável, com uma boa organização interna e fortes vínculos entre seus membros, pouco confiante na lealdade de quem a ele pertence e cauteloso na admissão de novos membros; é um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o Parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição.⁷

Essa definição de Shils ilustra bem o período que estamos estudando, pois a Primeira República no Brasil, a despeito de preceitos jurídicos liberais inseridos na Constituição de 1891, ficou caracterizada por apresentar um domínio e, ao mesmo tempo, um revezamento de poucos atores políticos no comando do aparelho de Estado. Esses se apoiavam na utilização de instrumentos de controle e coerção nada ortodoxos. As forças políticas hegemônicas em cada região, favorecidas pela descentralização federalista apoiada na aludida Constituição, obtiveram um considerável aumento de poder político, o qual não possuíam no Império centralizador. Todos esses fatores possibilitaram o nascimento de um sistema político próprio na Primeira República, que, por possuir uma estrutura peculiar, foi denominado por diversos autores, entre outras designações, de “República Oligárquica”.

O conceito de oligarquia que utilizamos nessa pesquisa deve ser entendido dentro da compreensão da existência de um “sistema político oligárquico”, estrutura que teve sua gênese dentro desse período específico da história brasileira, tendo em vista as suas relações e práticas políticas próprias. Uma definição de “sistema oligárquico,” que dá conta para o nosso trabalho, se encontra formulada no “site” da Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa Documental:

“Conjunto de regras e práticas políticas que asseguram o predomínio de um pequeno número de pessoas no controle do Estado. Durante a Primeira República no Brasil, esse controle era exercido por chefes políticos estaduais e municipais que acumulavam poder econômico e social em graus variados e com estilos diversos.”⁸

Para Carone esses chefes políticos nos Estados possuíam origem comum e se diferenciavam quanto à escala de sua força política, em coronéis e oligarcas. Os primeiros tinham ação somente municipal e os últimos quando essa extrapolava para o nível estadual.⁹

É interessante constatar que o termo oligarquia, durante a Primeira República brasileira, era comumente utilizado pelos próprios contemporâneos para se nomearem uns aos outros, normalmente com conotação negativa. No momento em que a oposição criticava um determinado

grupo no poder, taxava-o de “oligarchia”. Entretanto, se porventura os excluídos das benesses do poder alcançassem a proeminência política, a eles logo era atribuída a mesma denominação.

Justificativa

A produção historiográfica capixaba, por razões muitas que aqui não convém debatê-las, se apresenta com muitas lacunas que necessitam urgentemente serem preenchidas. A partir da implantação do mestrado em história da Universidade Federal do Espírito Santo, espera-se que novos estudos sobre o Estado desponham nas dissertações que irão sendo apresentadas. Este trabalho se insere nesse caminho, como mais um a descortinar um pequeno pedaço da história espírito-santense, para que, quem sabe dentro de poucos anos, consigamos um bem-vindo progresso de nossa historiografia.

Por outro lado, o acontecer de produções em todas as regiões só traz benefícios para a historiografia brasileira, pois, quanto mais pesquisas surgirem nos diversos Estados da federação, com mais propriedade podem ser produzidas análises sobre o quadro nacional. Especificamente em relação ao primeiro período republicano, objeto desta dissertação, a realização de estudos, a partir dos Estados satélites, traz novos questionamentos que ajudam a iluminar o entendimento de como funcionava a Primeira República brasileira.

Em relação à feitura do texto propriamente dito, este teve a sua viabilidade garantida tanto pelo bom número de fontes existentes, como pelo prazo proposto para estudá-las. Ao mesmo tempo, a nossa argumentação apresenta aspectos originais, que o tornam diferente dos trabalhos existentes. Finalmente, a nossa identificação com esse tema desde o primeiro contato.

Com intenção de esclarecimento, sempre, ao inserirmos no texto da dissertação trechos das fontes contemporâneas ao tema, optamos por utilizarmos a grafia original do documento.

Constituição dos capítulos

Como não poderia deixar de ser, a nossa abordagem, na execução dos capítulos, está obrigatoriamente relacionada com os objetivos propostos e com as hipóteses explicativas. Procuramos dividir o tema proposto dentro de uma sequência que possibilite o melhor fluxo possível ao trabalho e, ao mesmo tempo, proporcione uma boa compreensão do texto pelo leitor.

No capítulo primeiro, como já citado, elaboramos um panorama nacional e estadual, principalmente político e econômico, evidenciando os seus aspectos estruturais. Através da produção de uma síntese do primeiro período republicano com foco na conturbada década de 1920, buscamos demonstrar como funcionavam as relações políticas e econômicas a nível macro, para, a partir de então, municiados desse conhecimento, podermos adentrar no estudo do micro e, ao mesmo tempo, inserirmos os acontecimentos mais importantes.

É a micro política espírito-santense o objeto do segundo capítulo, centramos a análise nas alianças políticas, nas redes de relações de poder, sociais, familiares, etc. e nos acontecimentos importantes. Entramos, também, especificamente no estudo do personagem Aristeu, analisando porque este foi escolhido como candidato a Presidente do Estado, quais eram as suas bases e como conseguiu unificar as facções oligárquicas em torno de seu nome. Após eleito, com quem governou, quem eram os secretários, os deputados e os senadores. Faz-se necessário esse micro estudo do período, não só pelo encaminhamento proposto para que se chegue a um bom resultado nesta dissertação, como também para ajudar a desvendar uma parte totalmente desconhecida da historiografia capixaba.

No terceiro capítulo, de posse do conhecimento do macro e do micro, apresentamos um balanço da conjuntura espírito-santense entre os anos 1928 e 1930. Quais foram as razões que impeliram Aristeu, no decorrer do seu mandato, a uma considerável perda de apoio de parte da população local, após ter conseguido uma relativa unanimidade positiva em torno do seu nome. Como o surgimento da Aliança Liberal, a nível nacional, afetou a política estadual e quais foram os motivos que mantiveram o executivo capixaba fiel ao situacionismo federal até a derrota na Revolução de 1930.

Por fim, após esse percurso, nas considerações finais somente ratificamos as conclusões obtidas no decorrer dos capítulos.

Notas a introdução:

- 1 Burke, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: Burke, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992. p. 339.
- 2 Ferreira, Marieta de Moraes; Pinto, Surama Conde Sá, A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.) *O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003. p. 393 – 395 passim.
- 3 Ibid. p. 399.
- 4 Houaiss, Antonio e Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Objetiva. 2001. p. 1510.
- 5 Ibid. p. 2059.
- 6 Bobbio, Norberto. Oligarquia. In: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. (Orgs.) *Dicionário de Política*. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1986. p. 836.
- 7 Shils, Edward apud Bobbio, Norberto. Oligarquia. In: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. (Orgs.) *Dicionário de Política*. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1986. p. 836.

- 8 Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa Documental. *Sistema Oligárquico*. http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/glossario/ev_gl_sistoligarquico.htm acesso em 13/10/2005.
- 9 Carone, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. Corpo e Alma do Brasil. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1970. p. 267.

Capítulo I

I.1 Assim caminhava o Brasil no tempo da Primeira República

Os anos 20, Ah! os anos 20, década conturbada no Brasil, muitos acontecimentos importantes, que proporcionaram transformações no curso da história política e cultural brasileira, irromperam nessa época. A insatisfação de setores do exército com a oligarquia encastelada no poder, originando os levantes de 1922 e 1924, a fundação do Partido Comunista em 1922, a Semana de Arte Moderna que aconteceu em São Paulo, também no ano de 1922, a Reação Republicana nas eleições presidenciais de março do mesmo ano e o despontar de uma classe média urbana mais reivindicativa, são novidades que começaram a abalar o tépido pacto político existente. Entretanto, com a convicção de que o novo não surge como um inusitado cometa a descer do infinito, ou mesmo como um grande terremoto inesperado, mas sim é fruto de um lento processo histórico que vem fustigando o tênue equilíbrio de nossas formações sociais, torna-se de fundamental importância, para que possamos entender esse pequeno, mas importante período da história capixaba, que vai de 1928 a 1930, objeto específico de nossa investigação, voltarmos no tempo, pelo menos até a Proclamação da República, pois os fatos políticos, que fervilharam no final da década de 1920, foram influenciados pelas contradições existentes no sistema político vigente durante o período que passou para a história denominado Primeira República.

Quando estávamos próximos ao “apagar das luzes” do Segundo Reinado, já existia uma estruturada corrente de pensamento republicano em terras brasileiras, com partidos e clubes em pleno funcionamento. A partir do lançamento do Manifesto Republicano, em 1870, na cidade do Rio de Janeiro e da fundação do Partido Republicano Paulista, em São Paulo, os adeptos do republicanismo passaram a enfatizar a utilização da propaganda na divulgação de sua cartilha no intuito de sensibilizar os seus concidadãos para a seara republicana, esclarecendo-os sobre os benefícios do regime. A propaganda republicana no Brasil, feita principalmente pelos intitulados “republicanos históricos”, estava embebida de ideais liberal-democráticos, espelhavam-se na Revolução Francesa e na República dos Estados Unidos da América. Era o federalismo norte americano a ideologia que impregnava os republicanos contra uma ordem monárquica centralizadora. No entanto, apenas trinta e poucos anos após a proclamação, partícipes da

propaganda já criticavam o liberalismo, que excluía grande parte da população e a centralização das decisões nos dois maiores Estados da federação - São Paulo e Minas Gerais- existentes durante o primeiro período republicano. Afonso Cláudio, intelectual capixaba, republicano desde os primeiros tempos do surgimento dos clubes no Espírito Santo, primeiro Presidente do Estado na época republicana, em 1922 fazia a crítica do centralismo existente na república que assistia, e não era a que imaginava quando ajudou a concebê-la.

[...] a divisão irritante do país em Estados grandes e pequenos; o apanágio que se reservaram os primeiros, de compor as bancadas numerosas, de escolher o chefe da nação, de dispor da receita do país em proveito exclusivo de suas circunscrições, sempre e invariavelmente, à revelia dos segundos! ¹

Os primeiros anos, após o 15 de novembro de 1889, foram de dificuldades na manutenção da ordem política. A neófito República brasileira se iniciou sobre um verdadeiro caos político, pois, com o afastamento da monarquia na condução dos destinos do país, se perdeu o centro de todo um sistema político e ideológico que, posteriormente à Proclamação da Independência e o fim do estatuto colonial, possibilitou a construção do Estado nacional. Diferentemente dos demais países latino-americanos que, após a separação da metrópole européia, tiveram disputas sucessivas pelo governo, o Brasil conseguiu, a partir do Rio de Janeiro, consolidar a ordem política e manter intacto esse imenso território. No entanto, com a Proclamação da República e a transferência de poder para os Estados firmada na Constituição de 1891, o País repentinamente ficou órfão de um poder central que, independente de críticas à sua competência e qualidade, mantinha a solidez da política nacional. Soma-se à crise política um contexto de profunda instabilidade econômica com inflação elevada e dívida externa fora de controle. Estávamos inseridos em um embaraço de difícil solução, a agitação política dificultava a firmeza econômica, ao mesmo tempo as perturbações da economia afetavam a estabilização política.

Esse círculo vicioso somente foi dissolvido durante o mandato do Presidente Campos Sales (1898-1902), por meio de acordos políticos e resoluções econômicas. Campos Sales negociou um grande acordo com banqueiros estrangeiros conhecido como “Funding Loan” e, através dele, consolidou o pagamento da dívida externa brasileira, ao mesmo tempo que internamente praticou medidas ortodoxas na condução da política econômica. Para isso necessitava de apoio irrestrito e

tranquilidade política, e os obteve através da montagem de um acordo que ficou conhecido como “Política dos Governadores”. Esse compromisso político intra-oligárquico consistia basicamente no Governo federal atuar garantindo o domínio estadual às oligarquias que detinham o poder nos Estados, ao mesmo tempo em que estas garantiriam a situação a nível nacional, apoiando as ações da Presidência da República. Dentro de um sistema eleitoral em que a fraude e o “voto de cabresto” eram mecanismos comuns, com o coronel, a nível municipal, garantindo os votos e a Comissão de Verificação de Poderes, órgão do legislativo que tinha a incumbência de homologar o resultado da eleição, a nível nacional, eliminando quem porventura tivesse sido o mais votado e fosse contrário à oligarquia no poder, não foi difícil a implantação do pacto. Essa comissão, que teve uma importância capital para o sucesso do projeto, precisou sofrer uma modificação na escolha do seu presidente, passando do deputado mais idoso para o presidente da Câmara na legislatura anterior, desde que tenha sido eleito novamente, em virtude de que, este na imensa maioria das vezes era uma pessoa de confiança do Presidente da República. Dessa forma, garantiria-se a legalidade da eleição e o reconhecimento pela comissão dos deputados eleitos vinculados as oligarquias dominantes de cada estado, desde que apoiassem o Governo Central. Dentro desse quadro, as oposições foram praticamente excluídas do jogo político. Entretanto, a recuperação da estabilidade política, através de um pacto contrário à participação democrática, acabou por desvirtuar os próprios ideais liberais. Essa deturpação do liberalismo se tornou fato durante todo o primeiro período republicano, o que paulatinamente acabou fomentando uma descrença por parte da população na democracia-liberal.

A força conferida às oligarquias estaduais, proporcionada pelo novo compromisso político, somada à distribuição de recursos fiscais e poder incluída na Constituição de 1891, tomou factível o surgimento de oligarquias e Estados da Federação mais poderosos e influentes que os demais. A Constituição de 1891, de modelo federativo, delegou aos Estados a possibilidade de criar impostos, de arrecadar o imposto sobre produtos exportados, de possuir força pública própria, de contrair empréstimos externos e de eleger deputados de acordo com o seu contingente populacional, o que favoreceu os Estados mais ricos e populosos. O acordo político firmado, ao garantir apoio incondicional ao Presidente da República, centralizou novamente as decisões políticas e econômicas no país, só que desta feita nos maiores Estados. Ao mesmo tempo, a nível estadual, com a diminuta presença das oposições, assistimos o despontar de partidos únicos

estaduais que se perpetuaram no poder. Com vigor político e econômico, a aliança entre São Paulo e Minas Gerais, os dois Estados mais ricos e populosos da federação, e os respectivos Partido Republicano Paulista e Partido Republicano Mineiro, conquistaram uma indiscutível ascendência sobre os demais Estados da Federação durante o primeiro período republicano.

É fato que a aliança entre paulistas e mineiros nem sempre foi um “mar de rosas”. As relações políticas são complexas e dinâmicas, a cada novo lance faz-se necessária uma nova composição. Essa complexidade aflorava em época da escolha dos candidatos à sucessão presidencial, que, por sinal, era o “calcanhar de Aquiles” do processo político existente. Sabendo-se que o candidato escolhido seria o virtual Presidente da República, os ânimos das oligarquias se acirravam, por mais que elas estivessem em relativa harmonia. O controle e a manutenção da hegemonia política por esses Estados, com toda certeza, não foi uma tarefa simples durante a Primeira República, pois, além de conciliar as suas próprias diferenças, era necessário abrir espaços para outros Estados na organização política existente e na distribuição das benesses nacionais, principalmente os considerados de segunda grandeza, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

Nas questões de ordem política, a fronteira existente entre convergências e divergências é muito sutil. Além das questões estruturais e conjunturais que influem constantemente no difícil “jogo do poder”, o considerável conteúdo de subjetividade embutido nas decisões dos atores políticos é mais um complicador. Ainda assim, São Paulo e Minas Gerais, durante o primeiro período republicano, conseguiram, em grande medida, relevar as suas diferenças e atingir um nível de conciliação que convenientemente beneficiou a ambos, transformando os seus oligarcas em protagonistas da cena política nacional.

Com a preponderância sobre a realização das políticas públicas, esses dois Estados transformaram o Governo Nacional em executor de medidas que assinalavam preferencialmente para o benefício de seus interesses. Principais produtores e exportadores da maior riqueza nacional da época, o café, praticaram em grande parte do primeiro período republicano providências políticas e econômicas que visavam a estabilidade do seu preço, muitas vezes em detrimento dos demais setores da nação. As operações valorizadoras do café demonstram essa realidade. Em 1906, os representantes dos Estados produtores, São Paulo, Minas Gerais e Rio de

Janeiro, se reuniram na cidade paulista de Taubaté, quando foi acordada a primeira operação valorizadora. Essa intervenção visava retirar uma parte do café do mercado, diminuindo a oferta, no intuito de elevar os preços. A conjuntura existente propiciou o aparecimento de divergências entre os principais atores políticos quanto à participação ou não do Governo Central, pois, desde Campos Sales, se praticava uma política econômica contracionista no intuito de recuperar a estabilidade econômico-financeira do país. Entretanto, a corrente que propugnava pela necessidade da intervenção foi vitoriosa e essa ação acabou sendo encampada pelo Estado nacional. Além da primeira operação valorizadora do café, tivemos a segunda, entre 1917 e 1920 e a terceira entre 1921 e 1924. Essas operações foram realizadas através de recursos provenientes de banqueiros estrangeiros e de emissões monetárias, sempre com a participação do Governo Federal.

Havia um relativo consenso nacional a respeito da importância da riqueza advinda do café, pois era fato que deste dependia o desenvolvimento e o equilíbrio econômico-financeiro do país. Não eram poucos os políticos da época, independente do Estado a que pertenciam, que defendiam o café na Câmara e no Senado Federal. Entretanto, esse consenso não impediu que o excesso de regalias concedidas ao produto gerasse desavenças com as oligarquias dos Estados que não eram produtores. O privilégio concedido ao café a nível nacional acabou por fomentar um certo desconforto entre as elites dos Estados brasileiros que não o plantavam, principalmente o Rio Grande do Sul e os estados do nordeste. Estes desejavam abrir o leque das intervenções federais e da alocação dos recursos nacionais para outros produtos e regiões, e não ficarem vinculados somente ao café.² Essa foi uma das motivações geradoras de conflitos entre as oligarquias estaduais durante a Primeira República e que se intensificaram durante a década de 1920. Diante dessa conjuntura, a partir de 1924, restou ao Estado de São Paulo manter sozinho a defesa permanente do café e, a partir de 1927, os demais Estados produtores, inclusive o Espírito Santo, entraram junto com São Paulo nessa empreitada.

A estrutura política, econômica e social vigente nas três primeiras décadas do século XX, favoreceu a existência de divergências dentro do núcleo hegemônico das oligarquias regionais, que foram se avolumando para eclodirem com mais força durante os anos 1920. O domínio sobre o Estado, exercido pela oligarquia agro-exportadora paulista e mineira ligada ao café, gerou,

como vimos, descontentamentos com as oligarquias dos demais Estados da federação, principalmente aqueles já assinalados como de segunda grandeza - Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Estes sempre procuravam barganhar benefícios junto à oligarquia dominante. Todos tinham interesse em resolver as suas desavenças inter-oligarquias, buscando sempre uma conciliação final. O pragmatismo era o motor que impulsionava o comportamento das elites oligárquicas, e que se impunha a qualquer outro tipo de consideração.

Entretanto, na disputa eleitoral para a Presidência da República do ano de 1922 não se chegou a um consenso quanto a escolha das candidaturas. Diante das divergências, os Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco resolveram, então, lançar o nome de Nilo Peçanha como candidato a Presidência, para disputar com a candidatura dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, representada, neste momento, por Artur Bernardes. Essa importante cisão intra-oligárquica passou a ser conhecida como Reação Republicana, e deveu-se em grande medida ao desacreditado federalismo brasileiro, em que apenas dois Estados tomaram para si as “rédeas” da nação. Como frisado anteriormente, a partir da década de 1920, a conciliação nacional entre as diversas oligarquias estaduais estava cada vez mais difícil de ser conseguida, tornando mais sensíveis os ânimos dos envolvidos. Segundo Ferreira e Pinto, com o movimento da Reação Republicana, as oligarquias dos Estados dissidentes desejavam construir “[...] um eixo alternativo de poder que ampliasse a participação das chamadas oligarquias de segunda grandeza no jogo do federalismo brasileiro.”³

Com o aumento da concentração populacional e da industrialização nas maiores cidades nacionais, novos ventos começaram a soprar dentro da conservadora formação social brasileira. Novos atores despontaram na cena política e social, ao mesmo tempo que novas idéias surgiam no contexto nacional e mundial, como o anarquismo vindo com os imigrantes influenciando o operariado nacional, a influência da Revolução Russa e o surgimento do Partido Comunista do Brasil. Ao lado disso, surgiam reivindicações entre os setores médios urbanos por mais participação política, insatisfeitos com a democracia liberal praticada durante o primeiro período republicano que os excluía dessa participação. Engrossando o número dos descontentes, estavam os militares, sobretudo os tenentes do exército, que despontaram para a cena nacional após a tumultuada campanha presidencial de 1922. Os tenentes tinham, como alvo principal, as

oligarquias que dominavam o Estado nacional e que o submetiam a todo tipo de corrupção, desvirtuando o probro funcionamento das suas instituições, inclusive o próprio Exército brasileiro. Esses fatores, somados a uma complicação dos conflitos intra-classe dominante e uma conjuntura internacional na qual as soluções autoritárias desabrochavam – vide facismo e nazismo - propiciaram o aumento de contestações ao sistema político vigente durante os anos 20.

Além de encontrarmos uma conjuntura internacional onde despontava uma ideologia de cunho autoritário, internamente começaram a vingar idéias questionadoras do ideal liberal. Os anos 20 representaram o início do fim de um período favorável à ideologia liberal no Brasil. Esta, a partir dos anos trinta, ficou um longo tempo afastada da política brasileira. O liberalismo, sem a participação popular exercitado no tempo da República Velha, estimulou o desencanto com a democracia liberal. O pensamento nacional-autoritário, que defendia uma República forte, com um Estado forte, baseado em autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, ganhava impulso junto a uma população acostumada com as mazelas de uma República de apenas trinta e poucos anos, porém já viciada por comportamentos espúrios de seus dirigentes. Lamounier, ao estudar a “formação de um pensamento político autoritário na Primeira República”, argumenta, com muita propriedade, que “[...] a transformação do pensamento político no período considerado deve ser entendida basicamente como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade”.⁴ Um Estado forte e autoritário aconteceria através da Revolução de 1930, mais cedo do que se parecia imaginar, onde esse “sistema ideológico” teve um papel importante na formação conceitual da elite brasileira, influenciando na “praxis” política.

O confronto entre as grandes oligarquias nacionais novamente retorna ao ápice da cena política ao fim da década de 20. Nesta, o sistema político em que se estruturava a formação social brasileira, mostrava sinais claros de fragilidade e esgotamento, não comportando mais a diversidade e a complexidade de sua composição. A turbulência política, verificada na eleição de 1922, fez com que o Governo do Presidente Artur Bernardes (1922-1926) se desenrolasse, em grande parte, sob Estado de Sítio com perseguições políticas. Os tenentes se revoltaram em 1922 e em 1924, a partir de 1925 iniciaram sua marcha pelo Brasil em um movimento que ficou conhecido como Coluna Prestes.

Todavia, com a eleição de Washington Luís em 1926, o pacto entre as grandes oligarquias nacionais voltou a sua normalidade, dando mostras de que independentemente de reivindicações existentes, eram elas que continuavam no comando do país. No início da década de 1920, é atribuída a Washington Luís a cunhagem da famosa frase: “A Questão Social é um caso de polícia”, dando o tom de como o governo trataria as reivindicações sociais porventura existentes. Entretanto, a cisão que poria fim ao sistema político vigente nasceu no seio da própria oligarquia dominante. Surpreendentemente, em um comportamento inesperado, o “paulista” Washington Luís resolveu romper unilateralmente um tácito acordo de revezamento na Presidência da República entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, indicando para substituí-lo o também paulista e Presidente de São Paulo, Júlio Prestes. O Presidente mineiro Antônio Carlos, com a convicção de que seu nome deveria, normalmente, ser o indicado, rompe com São Paulo e se aproxima do Rio Grande do Sul.

A formação de frentes divergentes entre as oligarquias não era uma tarefa fácil. Dentro de uma cultura política em que o pragmatismo imperava, qualquer decisão que pudesse gerar consequências futuras desagradáveis, era bem pensada e medida. A expressão “em cima do muro”, serve para caracterizar bem a atuação das oligarquias estaduais. Entretanto, após muitas ponderações e negociações, foi lançada a chapa Getúlio Vargas (Presidente do Rio Grande do Sul) para Presidente do Brasil e João Pessoa (Presidente da Paraíba) para Vice-Presidente. A partir daí, formou-se uma coligação denominada Aliança Liberal, para dar sustentação a essa candidatura, que englobava os Governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e as oposições nos demais Estados, aqui incluído o Espírito Santo.

Soma-se às divergências políticas uma conjuntura econômica internacional que complicou ainda mais o momento político existente. A quebra da bolsa de Nova York em outubro de 1929 após uma queda brusca nos preços das ações, em uma quinta-feira que passou a ser conhecida como “Quinta-feira Negra” e os violentos efeitos econômico-financeiros subsequentes provocaram uma crise internacional sem precedentes. Os atores políticos de então, em um primeiro momento, ficaram atônitos quanto ao eficiente remédio para saná-la, o que só fez agravar as suas consequências.

Por essa época, a economia norte-americana já detinha uma posição hegemônica dentro do capitalismo mundial e, com a interdependência econômica, traço característico do desenvolvimento capitalista, o colapso americano alcançou proporções mundiais. Por possuírem capitais aplicados em várias partes do mundo e, ao mesmo tempo, serem um grande comprador de produtos, quando os americanos resolveram repatriar os seus capitais e diminuir o seu comércio importador os efeitos foram devastadores para os demais países.

Com a internacionalização da crise, a América Latina e o Brasil foram sensivelmente afetados. Como exportadores de produtos primários e tendo nos Estados Unidos e na Europa seus principais compradores e, ao mesmo tempo, necessitados de inversões estrangeiras, a diminuição de tudo isso levou essa região a sérias e preocupantes dificuldades. É fácil constatar o rastro destruidor deixado na economia brasileira, através, principalmente, da queda acentuada do preço do mais importante gerador e multiplicador da renda nacional - o café e, ao mesmo tempo, da dificuldade de colocá-lo no mercado, devido à rápida e elevada contração da demanda global. Vejamos, como de imediato os preços internacionais caíram vertiginosamente: “O preço do café [...], em Nova York, desceu de 22,4 cents/libra-peso, em setembro, para 15,2 em dezembro, para atingir 14,1 cents/libra-peso, em média, no primeiro semestre de 1930 e 12 no segundo semestre do mesmo ano”.⁵

Como efeito complicador à queda da demanda mundial, estávamos em época de grandes safras cafeeiras devido a uma sequência de bons preços internacionais, garantidos em grande medida pela política de valorização existente. Esses bons preços praticados estimulavam um contínuo aumento da produção nacional, ao mesmo tempo favoreciam também a expansão da produção de nossos concorrentes internacionais. Essa situação estava nos conduzindo a uma condição insustentável, que possivelmente os acontecimentos de outubro de 1929 só vieram antecipar.⁶

A “Grande Depressão”, ao provocar uma retração do comércio entre as nações, afetou sobremaneira a economia brasileira, pois grande parte da renda e das reservas nacionais dependia da atividade agro-exportadora. Com a queda dos preços internacionais do café, somada a falta de crédito - “ [...] aos primeiros sinais de crise, [...], dá-se um recuo imediato do crédito e os bancos fecham os saques sobre a praça de Santos”⁷ - , e com dívidas vencidas, foi uma época negra para

a cafeicultura nacional. O Governo do Presidente Washington Luís, no “centro do furacão”, nega socorro imediato e consistente à atividade agro-exportadora. Diante das dificuldades, a oligarquia cafeeira, em seu conjunto, tomou uma posição de neutralidade em relação à crise política que se desenrolava.

Como era de se esperar, no jogo de cartas marcadas característico do processo eleitoral na Primeira República, saiu-se vencedora a chapa da situação, representada por Júlio Prestes e Vital Soares. Parecia que, após a derrota eleitoral, o velho comportamento pragmático voltava à tona, com as oligarquias se recompondo visando benefícios individuais e para os seus respectivos estados. Entretanto, como temos visto no decorrer dessa exposição, a estrutura política e social brasileira vinha se modificando no decorrer das três primeiras décadas do século XX. Soma-se a esse fato, um comportamento diferenciado dos novos personagens da política brasileira, entre eles, Virgílio de Melo Franco, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Lindolfo Color e Francisco Campos.⁸ A parcela da oligarquia descontente com o resultado da eleição, mesmo temerosa quanto às consequências que poderiam advir dessa decisão, buscou uma aproximação com os tenentes. Por sua vez, os tenentes relutavam em proclamar uma aliança com oligarcas que, até bem pouco tempo antes, tinham sido seus inimigos declarados. Entretanto, após algumas dissensões, Luís Carlos Prestes foi uma delas, chegou-se a um acordo entre os dois grupos sociais. Com dificuldades, após idas e vindas, um fato isolado, o assassinato do candidato a vice-presidente, João Pessoa, reascendeu os ânimos.⁹ Dentro de uma conjuntura social, política e econômica favorável, a revolução aconteceu a partir de outubro de 1930.

I.2 O Espírito Santo nos anos 20 – alguns aspectos políticos, econômicos e sociais.

Enquanto, no decorrer dos complicados anos de 1920, a cena política nacional esteve, como vimos, extremamente conturbada, no palco do teatro político capixaba presenciávamos um clima de relativa serenidade. Tivemos governos e sucessões tranquilas dentro do Estado, tanto na transferência de Nestor Gomes (1920-1924) para Florentino Avidos (1924-1928), quanto, na sequência, de Florentino para Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), embora, logo no despontar da década, na eleição de Nestor Gomes para o quadriênio (1920-1924), uma divergência dentro da

oligarquia Monteiro, na escolha do candidato a presidente do Estado, tivesse colocado em lados opostos os irmãos Jerônimo e Bernardino.

Nos maiores Estados da federação, as oligarquias se equivaliam, transferindo as decisões políticas para dentro dos partidos, enquanto que, nos pequenos Estados, essas decisões passavam geralmente por relações familiares, normalmente uma única oligarquia familiar dominava a política local. No pequenino Espírito Santo não foi diferente, durante grande parte da Primeira República esse domínio coube aos Monteiro. O candidato escolhido pela oligarquia já poderia ser considerado eleito, pois o nome era naturalmente homologado pelo Partido Republicano Espírito-Santense e, a partir daí, a “máquina eleitoral” existente garantiria o resultado. O grave desencontro entre os dois irmãos, acarretando, inclusive, troca de tiros e tentativa de invadir o palácio, só foi resolvido quando o Governo nacional interveio diretamente no Espírito Santo, garantindo Nestor Gomes, candidato de Bernardino, como Presidente do Estado. Através da intervenção federal, podemos constatar a gravidade do fato, pois era prática o Governo Federal só intervir em último caso, deixando a resolução da peleja a cargo dos próprios oligarcas estaduais.

Ao se posicionarem em lados opostos, os irmãos Monteiro abriram duas facções dentro da política capixaba, uns seguiam Jerônimo e outros apoiavam Bernardino, não obstante todos dentro da mesma agremiação partidária, o Partido Republicano Espírito-Santense. Essa situação perdurou durante toda a década de 1920 e adentrou pela de 1930, não impedindo, todavia, que os violentos conflitos e as graves crises tivessem ficado para trás, até a explosão da Aliança Liberal e os distúrbios de 30. O surgimento da Aliança Liberal e o conflito entre as grandes oligarquias nacionais trouxe, para dentro do Espírito Santo, as centelhas da disputa que se realizava a nível nacional, cujos efeitos políticos analisaremos detalhadamente nos próximos capítulos.

O clima pacífico, que frequentou a maior parte da política capixaba nos anos 20, já está retratado na Mensagem de 23 de maio de 1924 do Presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo. Ao desenvolver as suas considerações sobre a “política estadual” e a escolha de seu sucessor, Nestor Gomes nos fornece profícuas informações:

Por fortuna nossa, é de plena paz e de muitas promessas o aspecto da nossa política interna.

Inveterados no habito, não das campanhas eleitoraes subordinadas aos bons principios e ás boas normas, mas das luctas de todo desvirtuadas, creio que se pode dizer para sempre renegada a idea dos movimentos inglorios de 1912, 1916 e 1920.

O pronunciamento unanime do Congresso, das Camaras Municipaes e do eleitorado, ratificando, em todos as etapas, desde a indicação até o reconhecimento, a escolha dos nomes do Dr. Florentino Avidos e Coronel Eugenio Pinto Netto, deve ter a significação de uma aura nova, bemdita, a actuar sobre nós, acordando consciencias, desambicionando espiritos, recompondo intimos e limpando corações.

Registro aqui todos os meus votos porque a paz promettida e estabelecida perdure por todo o sempre [...].¹⁰

Essa calma dentro do “jogo” político também encontramos bem representada em uma interessante passagem da revista *Vida Capixaba*, quando esta faz a análise das diferenças ocorridas durante a eleição de Aristeu Borges de Aguiar em relação à de seus antecessores. Essa revista, à qual iremos nos reportar usualmente no decorrer desta dissertação, merece um comentário especial. Era produzida pela elite cultural capixaba, cuja visão de mundo estava, conscientemente ou não, a todo momento sendo retratada. Utilizava-se farta reportagem fotográfica, com matérias normalmente bem escritas e com um excelente acabamento para os padrões da época. Não era uma revista enfadonha e cansativa, mas sim de leitura prazerosa, pois tratava de uma gama variada de assuntos, desde esportes, passando pela política, até “mexericos da candinha”. Os governantes, tanto estaduais quanto municipais, a utilizavam como veículo de propaganda para suas obras e realizações, frequentemente funcionava como um órgão divulgador oficial. Mesmo apoiando e sendo, ao mesmo tempo, apoiada pelo Governo, com a publicação de reportagens que tencionavam influir no convencimento da população, podemos, todavia, realizando uma leitura apropriada do texto narrativo e pinçando fragmentos que não contradizem os eventos e as demais fontes estudadas, aproveitá-la como importante documento de época. Em sua edição de maio de 1928, fornece-nos um testemunho importante de como estava sendo assimilada essa rara ausência de grandes conflitos políticos na história capixaba.

A data de 23 de maio, de quatro em quatro anos, era esperada com apreensões tétricas. De fato, do choque inconsciente das massas políticas, infladas de interesses, de desmedida ambição de mando, resultavam lutas fratricidas, horríveis, em que o sangue dos ardorosos e intementes e as lágrimas dos infortunados se derramavam por dias de martírio e noites de angústias. O assalto em plena rua, as tocaias em becos escusos, as fortalezas armadas em edifícios públicos, a chacina dos adversários em plena praça pública, as deportações violentas, são fatos a que não mais os nossos filhos assistirão nesta capital e no interior do Espírito Santo. Há no espírito refletido dos dirigentes da nossa política esse ânimo de paz e de concórdia, de empenho, de zelo pela vida próspera da terra ortiz. A política chlorótica e enfezada, entoxicada de fartas libações de falso patriotismo, morreu. Foi-se com o último tiroteio, espatifou-se com a última dinamite, atirada há poucos anos.¹¹

Na intenção de reforçar a demonstração desse novo comportamento existente entre os atores políticos estaduais, nos reportaremos ao Presidente Florentino Avidos na sua Mensagem ao Congresso Legislativo, datada de 15 de junho de 1928. Quando esta trata das questões relativas à sucessão presidencial, conseguimos visualizar, mais uma vez, os bons augúrios que circulavam na política capixaba. Importante lembrar que a escolha do sucessor para o principal cargo do executivo, tanto a nível federal, como estadual, durante grande parte da Primeira República, sempre foi motivo de tensões dentro da camada dirigente.

É do conhecimento geral a felicidade com que foi resolvido o caso político da minha sucessão no governo do Estado.

A solução desse problema de alta relevancia, conseguida num ambiente de inteira harmonia entre os elementos políticos do Estado é um frisanste attestado de nossa educação politica e da cultura civica da nossa gente [...].

De facto eram positivamente lamentaveis as divergencias de outros tempos, marcando profundos dissidios e competições desmedidas, quando se achava em fôco a escolha do candidato á mais alta magistratura do Estado.

Por certo, cabem os mais calorosos applausos aos que permittiram e contribuíram para que, ainda uma vez, pudesse o Espirito Santo resolver o problema da sucessão governamental, nessa atmosphaera de paz confortadora, sem os sobressaltos que tanto desnormalisaram a sua vida em quadriennios idos.¹²

No teor dos três documentos de época citados para evidenciar esse prodigioso período pelo qual passou o território capixaba, sobressaem as dificuldades encontradas na manutenção da ordem política em um passado recente e, ao mesmo tempo, roga-se para que no futuro essa “boa nova” permaneça.

O excelente comportamento da economia capixaba foi de suma importância e influenciou positivamente a conjuntura política durante os anos 20. É importante ressaltar que, de maneira

nenhuma, quero consagrar aqui a imutabilidade da correlação de causa e efeito entre economia e política. No entanto, não podemos desconsiderar a importância das crises e recessões econômicas como dificultadoras da estabilização política, enquanto uma economia forte e em expansão favorece exatamente o contrário. Porém nada impede que a realidade nos mostre o inverso de tudo isso, ou seja a existência de crescimento e solidez econômica convivendo com profunda desordem política, pois as relações políticas possuem “vida própria” e são influenciadas por uma diversidade de fatores e o econômico é apenas mais um deles. Todavia uma economia em franco crescimento, na qual a renda dos agentes econômicos está em contínua expansão e onde o Estado possui os recursos para cumprir o papel que lhe compete, e o que também não lhe compete, fica mais fácil administrar os problemas e divergências políticas porventura existentes.

Especificamente no caso espírito-santense nos anos 20, a economia em expansão e a serenidade política andaram de “braços dados”. As rendas estaduais eram dependentes do preço do café que se manteve elevado em praticamente toda a década. Excepcionalmente, no ano de 1921, a ocorrência de uma crise fez com que os preços caíssem “45% em relação a 1920”. No entanto, recuperaram-se sem demora após a intervenção do Governo Federal que de imediato colocou em prática a terceira operação valorizadora.¹³ O Estado se beneficia dessa elevação continuada e consistente do preço e a aproveita para pagar antigos empréstimos inadimplentes e realizar importantes inversões.

Somado aos bons preços do café, encontramos, nos anos 1920, um aumento considerável da apropriação de parte do excedente da produção capixaba dentro das fronteiras do Estado. Foi nesses anos, que um projeto, elaborado por dois dos primeiros presidentes estaduais, Afonso Cláudio e Moniz Freire, em fins do século XIX e início do XX, de formar uma centralidade em Vitória, começou a surtir os efeitos desejados. Esse tinha, como linha mestra, trazer o café do sul do Estado, exportado em sua quase totalidade pelos portos do Rio de Janeiro, para ser escoado pelo porto de Vitória, aumentando o movimento comercial e, conseqüentemente, gerando emprego e renda na capital. Nesse sentido, foi iniciada a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo para estabelecer a comunicação entre a região de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. O Governo conseguiu concluir, em 1902, o trecho de Vitória a Matilde, equivalente a aproximadamente metade do percurso, no entanto, devido a dificuldades financeiras em face a

grave crise cafeeira, decidiu pela venda da parte construída à empresa The Leopoldina Railway Company Limited, com o compromisso desta terminar o percurso até Cachoeiro, o qual foi concluído no ano de 1910.¹⁴ Entretanto, por motivos diversos, dentre esses o preço do frete que era mais caro de Cachoeiro a Vitória do que no percurso de Cachoeiro ao Rio,¹⁵ o café continuou em sua maioria não sendo encaminhado para Vitória.

Durante a década de 1920, notamos um incremento do transporte da produção cafeeira do sul do Estado para ser exportada por Vitória. Na gestão Florentino Avidos (1924-1928), que analisaremos com detalhes no decorrer deste capítulo, tivemos uma grande ampliação das estradas de rodagem, além de aumento e reforma da malha ferroviária, facilitando o escoamento e transporte das mercadorias até Vitória. Foi a Estrada de Ferro Itapemirim o principal caminho utilizado pelos produtores para trazer o café até a capital. Essa foi reparada, melhorada e encampada pelo Estado durante o Governo Avidos, como podemos constatar em trechos de sua Mensagem final de 1928.

Encontrei, ao assumir a administração, a E. F. de Itapemirim a cargo da firma Mello Mattos & Maciel ex-arrendataria da Usina Paineiras, e que, allegando constantes prejuízos, executava o serviço de trafego com descontentamento publico. [...] procurei retiral-a do contracto de arrendamento da Usina, para que fosse aparelhada e administrada directamente pelo Estado. Feito isso, em Fevereiro de 1926, designei para gerente o Sr. Aprígio Freire, que conseguiu transformal-a, tirando-o do descrédito em que era tida e fazendo actualmente della o meio de transporte preferido para o centro distribuidor que é Cachoeiro de Itapemirim.¹⁶

O gradativo aumento da exportação de café proveniente de Cachoeiro de Itapemirim pelo porto de Vitória foi assinalado por Audifax Aguiar, salientando que o transporte do produto estava sendo realizado “[...] em caminhões para Cachoeiro de Itapemirim, e desta para a villa de Itapemirim pela Estrada de Ferro do mesmo nome, o café [...] era conduzido rapidamente á Victoria por via maritima, em vapores de pequena cabotagem.”¹⁷ Ainda, segundo Audifax, os produtores conseguiram libertar-se das dificuldades da Estrada de Ferro Leopoldina e passaram a utilizar a Estrada de Ferro Itapemirim que era de propriedade do Governo e foi melhor aparelhada.¹⁸ È interessante destacar que, além da reforma da ferrovia, outros dois fatores estavam influenciando positivamente esse acréscimo. O primeiro eram as tarifas subsidiadas que

o Governo Florentino estava praticando, como podemos notar novamente consultando a sua Mensagem Final.

[...] se pode dizer em relação ao movimento de cargas e sobre a renda da estrada que, apesar de seu constante crescimento, ainda deixa déficit, devido ao baixo preço das tarifas que tenho mantido para servir a importante região do Estado.¹⁹

Nesse ponto, podemos levantar a hipótese de que um dos gargalos, para o escoamento da produção cafeeira do sul do Estado para Vitória, foi, por longo tempo, as más condições e, ao mesmo tempo, as tarifas praticadas pela rede ferroviária.

O segundo fator que também influenciava no deslocamento do café entre os portos exportadores era a questão das cotas que a defesa permanente do café distribuía para cada Estado participante. No 3º Convênio do Café realizado a 04 de setembro de 1928, no qual foram representantes do Estado do Espírito Santo, José Vieira Machado, Secretário da Fazenda e Audifax Aguiar, diretor do Serviço do Café, os percentuais ficaram assim divididos:

As entradas no porto do Rio de Janeiro obedecerão ás seguintes porcentagens: 30% para o Estado do Rio de Janeiro; 55 $\frac{3}{4}$ % para o Estado de Minas Gerais; 11 $\frac{3}{4}$ % para o Estado do Espírito Santo; 2 $\frac{1}{2}$ % para o Estado de São Paulo. [...] No porto de Victoria as seguintes: 110.000 saccas, para o Estado do Espírito Santo; 40.000 para o Estado de Minas Gerais. No Porto de Santos: São Paulo, 91% e Minas Gerais 9%. [...] No porto de Paranaguá não poderão entrar mensalmente, mais do que 50.000 saccas, sendo que desse total pertencerão ao Estado do Paraná até 80% e os restantes aos outros Estados.²⁰

É necessário esclarecer que os estoques máximos permitidos em cada porto perfaziam o seguinte: Victoria – 150.000 sacas; Rio – 360.000 sacas; Santos – 1.200.000 sacas; Paranaguá – 50.000 sacas; Bahia – 60.000 sacas e Recife – 50.000 sacas.²¹

Enquanto no porto de Vitória podia entrar mensalmente um volume de 110.000 sacas de café provenientes do Espírito Santo, no porto do Rio de Janeiro esse total atingia um máximo de 42.300. Como as sacas enviadas ao porto do Rio de Janeiro ultrapassavam a quantidade permitida no Convênio, o número dessas que ficavam retidas era grande, ocasionando demora na exportação e custos onerosos de armazenamento. Por outro lado dado o maior volume de sacas

que poderiam ser exportadas por Vitória a retenção era menor e o escoamento da produção bem mais rápido com menores custos de estocagem.

A complexidade da resolução sobre as cotas também influenciava no jogo de poder entre os Estados produtores e exportadores. Pequeno e sem força política, o Espírito Santo, durante a Primeira República, “remava conforme a maré de São Paulo e Minas Gerais”. Estes queriam influir sobre a política capixaba por uma infinidade de motivos, sendo um deles ter um maior poder de barganha na decisão sobre os percentuais estipulados nas cotas. Nessa época a política capixaba pendia, com toda certeza, para o lado de São Paulo, conforme analisaremos nos próximos capítulos.

Na intenção de fazer-se bem representar no 3º Convênio do Café, o governo Aristeu Aguiar resolveu fazer três audiências públicas para ouvir as partes diretamente interessadas na questão do café, os produtores e os comerciantes exportadores. Para isso, o seu Secretário da Fazenda, José Vieira Machado, se locomoveu para Cachoeiro do Itapemirim, Santa Teresa e, por último, para a sede da Associação Comercial de Vitória. Nesta estava representada a quase totalidade das firmas que exportavam café na praça capixaba. Dentre os presentes, Augusto Cruz Sobrinho (Cruz, Sobrinhos & Cia.), Josué Prado e Antônio Prado Filho (A. Prado & Cia.), Alberto Oliveira Santos (Oliveira Santos & Filhos), entre outros.²² O assunto relativo ao escoamento do café do sul do Estado, pelo porto de Vitória, veio à baila em um diálogo do qual se faz interessante transcrevermos algumas partes.

Ao fazer considerações sobre o mercado interno de café, Alberto de Oliveira Santos defendeu “a drenagem dos cafés do sul para o nosso porto”. Nesse momento, o Secretário da Fazenda se reportou à reunião com os produtores em Cachoeiro de Itapemirim, “[...] dizendo que é necessário estudar-se um meio de conciliar os interesses dos produtores com os exportadores, pois no Rio os cafés do sul encontram preço que revela uma sensível diferença para mais, em relação aos que são aqui oferecidos.” Continuando, o secretário “[...] mostrou então desejo de conhecer os motivos dessa diferença [...]”, pois, “[...] o Governo é grandemente interessado no movimento do porto de Victoria, em cujo aparelhamento estão sendo investidos grandes capitães.” Oliveira Santos explicou “[...] além das dificuldades oriundas de transporte, há ainda

a ponderar que os produtores do sul pretendem aqui um preço superior ao do Rio.” Vieira Machado afirmou, então, “[...] para sanar esse estado de cousas, o Governo irá organizar aqui o serviço da Bolsa [...]”.²³ O que realmente foi feito, com a inauguração da Bolsa de Café de Vitória, com funcionamento no prédio do atual teatro Glória, na data de 30 de junho de 1929, aniversário do primeiro ano de governo do Presidente Aguiar.

É fato que a melhoria da rede de transportes, as tarifas subsidiadas e a questão das cotas, estavam influenciando positivamente a comercialização do café por Vitória. No entanto, como verificamos, ainda existiam divergências evidentes entre produtores e exportadores. É importante constatar que esse problema estava sendo debatido dentro dos canais competentes e que o Governo não estava se omitindo da discussão. Somando os “prós e os contras”, está claro que existia uma tendência ascendente de embarque do café do Estado pelo porto da Capital. Em 1929, conforme assinalado na tabela I, o percentual de café espírito-santense exportado pelo porto de Vitória chegou a 76% e vinha em um movimento ascendente.

Tabela I
Exportação de café produzido no Estado do Espírito Santo

Anno	Por Victoria		Para o Rio de Janeiro		Total
	Saccas	%	Saccas	%	Saccas
1922	666.452	65,69	348.092	34,31	1.014.544
1923	723.747	67,52	348.128	32,48	1.071.875
1924	777.707	60,72	503.138	39,28	1.280.845
1925	690.076	56,56	529.987	43,44	1.220.063
1926	691.651	55,60	552.583	44,40	1.244.434
1927	904.840	66,13	463.378	33,87	1.368.218
1928	839.119	69,45	368.975	30,55	1.208.094
1929	946.716	76,42	292.121	23,58	1.238.837

Fonte: Aguiar, Audifax. O Café no Estado do Espírito Santo. Detalhes da Defesa no período de Julho de 1928 a Outubro de 1930. Rio de Janeiro. 1932. p. 26.

Somado ao aumento do volume exportado de café espírito-santense, a estrada de ferro Vitória-Minas, também, estava ampliando a quantidade transportada de café de Minas Gerais para o porto capixaba. Dado o grande movimento experimentado pelo porto durante os anos 1920, grandes firmas exportadoras foram atraídas para se instalarem em Vitória.²⁴ Junto a essas, começamos a observar empresas capixabas participando ativamente do mercado, como podemos verificar na tabela II que mostra as firmas exportadoras e a quantidade de café exportado pelo porto de Vitória no ano de 1927. Das sete maiores empresas exportadoras, quatro eram capixabas, a Vivacqua, Irmãos & Cia, A. Prado & Cia., Oliveira Santos & Filhos e Cruz, Sobrinhos & Cia.

Tabela II

Secretaria da Fazenda

Quadro Demonstrativo dos Exportadores de Café pelo Porto de Victoria, no Anno de 1927

<u>Exportadores</u>	<u>Producto do E. Santo</u>	<u>Producto de Minas</u>	<u>Total</u>
Hard Rand & Cia	216.147	43.497	259.644
Vivacqua, Irmãos & Cia	202.105	27.124	229.229
Arens & Langen	126.680	36.606	163.286
A. Prado & Cia	121.285	22.192	143.477
Oliveira Santos & Filhos	86.431	53.959	140.390
Theodor Wille & Cia	37.875	17.843	55.718
Cruz, Sobrinhos & Cia	16.607	24.319	40.926
Arbuckle & Cia	36.084	3.452	39.536
Leon Israel & Company	18.373	892	19.265
Vianna Leal & Cia	14.487	1.033	15.520
D. B. Leal & Cia	8.039	381	8.420
Outros	4	—	4
<u>Total</u>	884.117	231.298	1.115.415

Fonte: Estado do Espírito Santo. Secretaria da Fazenda. Estatística de Exportação 1927. Vitória. 1929.

Importante frisar que, quando falamos em uma maior apropriação do excedente da produção capixaba dentro do Estado, estamos compreendendo uma parte daquele que era apropriado pelo capital comercial do Rio de Janeiro e que passou para o âmbito do comércio local, pois foi a atividade mercantil, tanto de fora quanto de dentro do Espírito Santo, a maior beneficiária dos lucros advindos da produção cafeeira estadual.²⁵ Durante a década de 1920, dada a força do capital mercantil, um dos órgãos que mais influenciava, na prática política capixaba visando o atendimento de seus interesses econômico-sociais, era a toda poderosa Associação Comercial de

Vitória. Esta estava sempre presente nos momentos de decisões importantes, como exemplos, quando o Governo vai ouvir a sua opinião sobre as medidas que deveria tomar no 3º Convênio do Café, ou mesmo na importância do apoio a Aristeu durante a campanha aliancista, como analisaremos nos capítulos seguintes.

Em terras espírito-santenses os anos 20 transcorreram admiravelmente bem. Vivia-se a “Belle Époque” capixaba, uma daquelas épocas em que tudo parecia dar certo e que, finalmente, tinha chegado a vez do Espírito Santo “aportar em portos nunca antes navegados”. Tempo de proveitosa harmonia onde o sentimento de progresso estava incutido nos corações e mentes dos capixabas. Segundo o dicionário Houaiss, a palavra progresso significa:

[...] 1 ação ou resultado de progredir; progressão, progredimento 2 movimento para diante; avanço [...] 5 mudança considerada desejável ou favorável; [...], melhoria, desenvolvimento 6 incorporação, no dia-a-dia das pessoas, das novas conquistas no campo tecnológico, da saúde, da construção, dos transportes [...] 7 processo de enriquecimento de uma cidade, uma região, um país etc., com a instalação de indústrias e casas comerciais, transporte urbano, estradas, meios de comunicação etc., desenvolvimento [...] a evolução da humanidade, da civilização; modernização [...]²⁶

Por esse caminho acreditava-se que o Estado andava a passos largos. Aproveitando a definição do Houaiss, o Espírito Santo despontava para o desenvolvimento, o enriquecimento, a modernização, em suma, para a evolução da civilização.

Por outro lado, não podemos nos esquecer de mencionar uma questão fundamental. A noção de progresso, como era entendido e, por sinal, ainda o entendemos, está diretamente ligado à civilização ocidental. O Brasil desde os tempos coloniais foi herdeiro de uma cultura eurocêntrica que já mantinha a sua hegemonia em termos mundiais e que espalhava os seus tentáculos pelo novo mundo recém “descoberto”. Foi e continua sendo em nome do progresso que destruimos nossas matas e dizimamos nossos índios. O Espírito Santo na década de 20, mais precisamente no ano de 1926, possuía 75% de seu território em mata virgem.²⁷ O norte do Estado era uma região pouco habitada, onde a floresta exuberante ainda no século XX, quatrocentos anos após a chegada dos portugueses, cobria o solo capixaba. Entretanto, a partir do final dos anos 20, com a

construção da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, e o contínuo aumento do “homem civilizado” na região, o verde foi praticamente extirpado da paisagem.

Nesse período a exploração madeireira estava em franco desenvolvimento e, no final da década de 1920, ocupava o segundo lugar no valor total exportado, só perdendo para o café, como podemos constatar na tabela III. O aumento contínuo e desregrado da extração acarretou, em um primeiro momento, o incremento da geração e circulação de riquezas, entretanto, em poucas décadas já não existiam mais árvores em quantidades suficientes que viabilizassem o comércio em grande escala.

Tabela III
Secretaria da Fazenda
Resumo Geral da Exportação no ano de 1927

Producto	Unidade	Quantidade	Valor official	Direitos pagos
Café	Saco	1.368.218	188.909:893\$550	22.669:187\$234
Madeiras brutas	M/3	15.243	2.712:755\$800	325:718\$400
Madeiras serradas	M/3	13.754	2.556:151\$200	207:543\$600
Dormentes	Unid.	119.812	399:410\$100	47:929\$200
Aguardente	Kilo	124.325	153:162\$000	8:130\$700
Assucar	Kilo	155.922	94:437\$000	4:721\$000
Areias de Ferro	Ton.	1.555	264:024\$000	4:941\$600
Cacau	Kilo	43.785	34:891\$100	2:791\$400
Couros	Kilo	173.392	204:457\$000	20:443\$200
Cal	Kilo	180.515	36:106\$000	1:805\$300
Moveis	Kilo	170.665	174:720\$000	8:761\$000
Tecidos de algodão	Kilo	251.528	557:985\$500	10:762\$180
Animaes	Unid.	2.020	257:540\$000	15:512\$600
Productos animaes	–	–	148:288\$000	7:523\$400
Productos vegetaes	–	–	501:647\$300	25:662\$480
Productos mineraes	–	–	255:261\$000	1:994\$600
Productos industriaes	–	–	593:193\$000	34:297\$100
Productos diversos	–	–	352:292\$550	24:027\$600
Totaes	–	–	198.206:215\$100	23.421:923\$494

Fonte: Estado do Espírito Santo. Secretaria da Fazenda. Estatística de Exportação 1927. Vitória. 1929.

Soma-se à riqueza da cobertura florestal, um ainda considerável número de sobreviventes da população indígena, e que, do mesmo modo, a partir da década de 1920, com o progressivo desbravamento do território, foram expulsos, mortos ou “civilizados”. A foto 01, que é parte

integrante da edição da revista Vida Capichaba de 11 de abril de 1929, nos mostra uma paisagem da região do Rio Doce em cuja legenda está estampado: “Posto de índios mansos, vendo-se alguns na gravura”.²⁸ Nessa estão representados três índios já aculturados.

Foto 01



Todavia, vivemos sob o domínio da cultura ocidental. Esta, trazida com os “descobridores”, suprimiu a autóctone e caminhou dominadora através de longa série de gerações, chegando ao século XX hegemônica e incontestável. Isto posto, como necessidade de esclarecimento, neste trabalho a noção de progresso estará sempre caracterizada dentro da ideologia ocidental, ou seja, quando nos referirmos a progresso será sempre no sentido de “evolução civilizacional”.

Essa nova sensação, de caminhar para frente, de progredir, respirava-se, “estava no ar” de um jeito nunca antes demonstrado no Espírito Santo. Esse sentimento alvissareiro dos contemporâneos ficou registrado em muitas passagens de documentos de época. Em maio de 1928, publicava a revista *Vida Capixaba*:

[...] Nova vida agita os membros deste pequenino gigante, que se embala entre as plangências querulas do Mucury e do Itabapoana. As estradas, que lhe recortam o dorso, as escolas, que se abrem em todos os cantos, as seáras, que galgam vales e grimpam serras, os fios elétricos, que se entrançam pelos meandros das selvas virgens, por toda parte enfim, as mais adiantadas concepções do espírito humano se manifestam promissoramente.²⁹

Aristeu Borges de Aguiar, nosso personagem principal, sobre cujo Governo iremos nos debruçar nesta dissertação, quando ainda candidato à sucessão do Presidente Florentino Avidos, chefiou a delegação capixaba com destino ao congresso em comemoração ao bicentenário da introdução do cafeeiro no Brasil, que se realizou no Palácio das Indústrias, na cidade de São Paulo, em 27 de outubro de 1927. Seu discurso lido nesse congresso, intitulado, “O Estado do Espírito Santo e as suas possibilidades”, nos remete a sua percepção de aberta confiança no promissor destino que se reservava ao Espírito Santo. Falando para a elite nacional, ao mesmo tempo que engrandece e propagandeia a sua ótima expectativa em relação ao futuro capixaba, nos mostra, também, números favoráveis que corroboravam nessa direção.³⁰

Nos inclinaremos mais detalhadamente na análise desse documento, pela sua importância para demonstrarmos empiricamente esse sentimento progressista que consideramos existente. Este “saltou aos nossos olhos” ao tomarmos contato com os documentos do período e que, neste momento, estamos tentando inserir neste trabalho.

Aristeu participou da administração Florentino Avidos dirigindo a Secretaria da Presidência, de 10 de julho de 1926 até a data de sua escolha como candidato à sucessão presidencial.³¹ Trabalhando dentro da máquina governamental, obteve a possibilidade de estar totalmente inteirado aos números relativos à administração, tornando factível, ainda, que nos fornecesse valores abrangentes e ao mesmo tempo minuciosos. É assim que Aristeu introduz o Estado do Espírito Santo aos demais congressistas:

[...]O Espírito Santo occupa hoje um lugar de vanguarda entre os seus irmãos da Federação. Basta dizer-vos que com um território de pouco mais de quarenta mil kilometros quadrados, uma população de cerca de 450 mil habitantes tem uma arrecadação que orça por 30 mil contos de réis, o que lhe confere, sem duvida, a primazia, entre os demais Estados, na produção per capita. E, por enquanto, como podeis facilmente verificar no mappa, sómente uma parte do Estado concorre na producção, estando a outra, aliás riquíssima, entre o rio Doce e o S. Matheus, com a suas reservas prodigiosas inteiramente intactas, denunciando a sua radiosa e refulgente predestinação, para futuro proximo[...].³²

Neste trecho, logo de início, nos é mostrada sua inteira confiança nas possibilidades capixabas. Aristeu, tido como respeitado e competente professor e encontrando na educação uma de suas prioridades, não poderia deixar de citar, no seu pronunciamento, os progressos que, na sua compreensão, essa estava a galgar no Espírito Santo. Não queremos parecer ingênuos, com a demonstração dos dados abaixo, fazer crer que a educação andava a “mil maravilhas”. O que realmente se constata é um consistente aumento do número de estabelecimentos escolares e, ao mesmo tempo, a sua disseminação para todas as localidades do Estado, principalmente a partir de meados da década de 1920. O que, por sinal, já estava assinalado na passagem anterior da revista Vida Capichaba.

É interessante notar, devido principalmente aos ideais liberais que nortearam todo o processo republicano brasileiro, uma maior preocupação em relação ao descaso educacional existente e as suas consequências para o desenvolvimento nacional. Com toda certeza, a escola pública no Brasil foi ganhando importância a partir da República, infelizmente essa mesma República deixou-a perder-se ao longo do tempo, fundamentalmente a partir de meados da década de 1960. Grandes nomes dirigiram o atual Colégio Estadual, antigo Ginásio do Espírito Santo, que vão de governadores até outras grandes personalidades da vida pública capixaba. Aristeu, por exemplo, foi seu Diretor de maio de 1921 até maio de 1926, apenas dois anos antes de se tornar Presidente do Estado, uma situação impensada nos dias atuais, de desvalorização dos professores. Eis os dados concernentes à instrução pública até 1927:

[...] A instrução publica tem-se desenvolvido muito. Em 1908, possuíamos 124 escolas publicas, com a matricula de 3.672 alumnos, frecuencia de 2.967 e dispendiamos com esse serviço 265:020\$000. Dez annos mais tarde, em 1918, possuíamos 219 escolas primarias, com a matricula de 11.978 alumnos, frecuencia de 8.593 e gastavamos com o seu custeio 755:755\$000. Cinco annos depois, em 1923, já ufanavamos de 372 escolas com a matricula de 18.971 alumnos, frecuencia de 12.804, e dispendiamos com a instrução 1.329:840\$000; em 1924, tínhamos 386 escolas, matriculados 20.652 alumnos, e gastavamos 1.688:400\$000; em 1925 já possuíamos 429 escolas, com a matricula de 22.121, gastando 2.440:880\$000. Em 1926, tínhamos 438 escolas primarias, com a matricula de 23.039 alumnos, frecuencia de 16.004, e dispendemos com o ensino 3.061:260\$000. Este anno já possuímos 610 escolas primarias. [...] Não há, no Estado, logarejo onde não funcione, pelo menos, uma escola primaria para que bem possa ser cumprido o dispositivo constitucional que tornou, no meu Estado, obrigatorio o ensino elemental, o que vae aflorando resultados magnificentes.

Devo accentuar que num anno apenas as escolas que eram em numero de 438, passaram a 610, o que é positivamente extraordinario, como indice de progresso no ensino. Há, além dessas escolas, as escolas reunidas e grupos escolares, uma Escola Normal, dois estabelecimentos equiparados, um gymnasio equiparado ao Pedro II, e mais oito institutos de ensino secundario. Estamos seguros de que o nosso Estado tem progredido muito em materia de instrução, occupando um logar de saliente destaque no Brasil, [...]³³

Analisando os dados apresentados, podemos constatar em poucos anos um considerável aumento no número de escolas. Durante a década de 1920 esse número sobe rapidamente, de 1923 para 1924 o aumento foi da ordem de 3,77%, deste ano para 1925 de 11,14%, deste para 1926 de 2,10% e como frisou Aristeu, do ano de 1926 para o de 1927, tivemos a construção de 172 escolas, o que equivale a um surpreendente aumento da ordem de 39,27%. É relevante considerar também que, no ano de 1927, tínhamos uma escola pública cobrindo cada localidade do território estadual. A disseminação da estrutura física relativa à educação, com a escola chegando a todos os cantos, é suficiente para percebermos o que é importante em relação ao processo educacional como comprovação para essa parte da dissertação, a sensação entre os contemporâneos da chegada do progresso, da difusão do desenvolvimento.

Também, nessa conferência, nos é mostrada a situação financeira do Espírito Santo: Como já citado anteriormente, vivíamos um “boom” da cafeicultura nacional e o Espírito Santo, com sua economia assentada sobre bases cafeeiras, pôde desfrutar um período de receitas vigorosas. Vamos à exposição e a alguns números:

Póde parecer-vos, meus senhores, que esta exaltação de empreendimentos, notáveis que engrandecem o Espírito Santo e o seu governo se reflecta penosamente numa desastrosa situação financeira que nos arrasta ao desequilíbrio, e consequente desmoronamento no vortice das exigências dos credores insatisfeitos. Felizmente, porém, a nossa situação não é de pesadelos. É tranquilizadora pelas reservas de que dispõe, pela confiança que inspira. Não temos dívida fluctuante, e todos os seus pagamentos estão regularizados e em dia, inclusive todo o funcionalismo, que até o dia 10 de cada mez seguinte ao vencido está integral e rigorosamente pago do mez imediatamente anterior. A dívida interna não atinge a sete mil contos. A situação externa também perfeitamente animadora. O governo actual tem já os fundos necessários para liquidar o empréstimo de 1919, na importancia de 22.000.000 de francos, conforme consta de sua mensagem ultima.

O empréstimo de 1908, que esteve envolvido em dificuldades desde que o estabelecimento com que foi contractado falliu, entrou, graças ao esforços do presidente Avidos, numa phase suave de liquidação, por um accordo a que chegámos com a Association Nationale des Porteus Français de Valeurs Mobilières para o completo resgate, em vespas de ser effectivado.

Para saldar os empréstimos anteriores, de 1908 e 1919, e proseguir com entusiasmo na execução dos grandes melhoramentos iniciados, com sejam: as obras do porto de Vitoria, incluída a ponte de ligação da capital do Estado ao Continente, orçadas em cerca de 20.000:000\$000; a estrada de ferro do littoral; a estrada de ferro S. Matheus; a estrada de ferro Norte do Rio Doce, com a ponte metallica sobre o mesmo rio; a estrada de ferro Alfredo Chaves a Anchieta; a extensão consideravel de estradas de rodagem que se alongam pelos sertões, abrindo aos longinuos centros productores as portas dos mercados consumidores; a abertura de novas e elegantes ruas e praças; a construcção de bairros novos; de edificios publicos e toda uma série enorme de trabalhos importantíssimos, que hão de assegurar ao governo do presidente Avidos a aura de justa benemerencia, o Estado não teve necessidade senão de um empréstimo interno de menos de 15.000:000\$000, a curto prazo. Deste modo, quando terminar o seu quadriennio, o Estado, apesar dos gigantescos empreendimentos, estará com a sua dívida total, numa cifra inferior a 20.000:000\$000, pois a primeira prestação do ultimo empréstimo estará paga.³⁴

Dessa narrativa podemos perceber a existência de uma crença em que o Estado se encontrava bem posicionado quanto às suas receitas, despesas e dívidas interna e externa. Entretanto, a dívida estadual a curto prazo de 15:000:000\$000 para uma receita orçada em 30:000:000\$000 já não era pequena e, como analisaremos no terceiro capítulo, prosseguiu em crescimento, se tornando após o advento da crise econômica de 1929, um sério problema. Todavia, por agora, basta que tenhamos em mente que as boas arrecadações como nunca antes vislumbradas e a facilidade de obter dinheiro novo através de empréstimos, proporcionavam aos governantes uma benéfica tranquilidade na gestão da administração estadual, inclusive com considerável montante de recursos para inversões. Estas foram bem destacadas por Aristeu nessa parte do texto, não ficando preso somente às receitas e dívidas. Esse grande volume de investimento realizado, que foi acima parcialmente nominado, teve seu auge durante o Governo do Presidente Florentino

Avidos, cujo término se deu no ano de 1928 e é considerado um dos mais promissores da história política capixaba.

Engenheiro de formação e com recursos que lhe propiciaram sonhar e ousar, Florentino produziu um Governo de amplas realizações, sendo fundamental, para a disseminação, nos anos 20, do sentimento de progresso, de mudança, de novos tempos. Desde o exercício financeiro de 1924/1925 até o de 1927/1928, as receitas do Estado foram maiores que as respectivas previsões orçamentárias, propiciando generosos “superavits” e, com isso, o mais importante, dinheiro para investimentos.³⁵ É o próprio Florentino, na transcrição abaixo, quem ratifica a favorável conjuntura existente.

[...] Graças a essa bôa situação, que felizmente me parece permanente com a estabilidade do câmbio, me foi possível construir edificios publicos, estradas de ferro, estradas de rodagem, pontes, uma bôa parte das obras do porto, uma apreciavel relação de empreendimentos uteis, representando em emprego da quantia aproximada de sessenta e três mil contos de réis (63.000:000\$000); e resgatar encargos da administrações anteriores [...]³⁶

A administração Florentino Avidos transformou o Estado em um imenso canteiro de obras, com edificações despontando em todas as localidades. O seu período à frente do executivo capixaba, tomando como referência a quantidade e a importância das construções civis implementadas, é consensualmente considerado como um “divisor de águas”, principalmente em relação à transformação pela qual foi submetida a capital estadual. Eis algumas obras realizadas nos quatro anos da administração Florentino:

Em relação às estradas de rodagem, construiu, entre outras, a ligação de Vitória a Afonso Cláudio, com um total de 187 km, de Santa Teresa a Colatina, com 42 km, além de reformar e reconstruir trechos de estradas que cortavam todo o Estado. Edificou diversas pontes, sendo as principais a que liga Vitória ao Continente e a ponte sobre o Rio Doce em Colatina, que iniciou mas não concluiu. Construiu a Estrada de Ferro de Benevente a Alfredo Chaves, com extensão total de 32 km, iniciou a construção da Estrada de Ferro do Litoral, que ligaria Vitória até a Ponte de Itabapoana, reformou a Estrada de Ferro Itapemirim e continuou a Estrada de Ferro São Matheus, iniciada por Nestor Gomes. Remodelou a capital capixaba, com a abertura de várias avenidas, ruas, praças, escadarias, entre elas, a Avenida Capichaba, Rua Nestor Gomes, Praça

Costa Pereira, Escadaria Cleto Nunes, Escadaria Maria Ortiz, entre outras. Alargou a Avenida Jerônimo Monteiro. Construiu o Mercado da Vila Rubim, o Mercado da Capichaba, o Arquivo Público e a Biblioteca Pública. Ergueu diversas escolas e outros edifícios públicos. Construiu casas para funcionários em diversos bairros de Vitória. Reiniciou, sob a execução estadual, as obras do Porto de Vitória e as adiantou bastante. Efetuou diversas obras de saneamento, drenagem e abastecimento de água.³⁷

O governo Florentino teve o cuidado de fotografar todos os passos das obras realizadas, deixando para a posteridade, um amplo e interessante acervo. A nossa vontade era inserir todas neste trabalho, entretanto, como não é viável, escolhemos duas fotos relativas à Praça Costa Pereira, pois através destas conseguimos mensurar a magnitude das transformações urbanas implementada por Florentino. A foto 02 nos mostra uma vista panorâmica do local antes da demolição de casas para a construção da respectiva praça, enquanto a foto 03 já nos a apresenta pronta.³⁸ Atualmente, quando estamos pelas imediações, é nela que nos refrescamos sob a sombra de suas frondosas árvores, cercados por todos os lados pelas grandes estruturas de concreto.

Foto 02

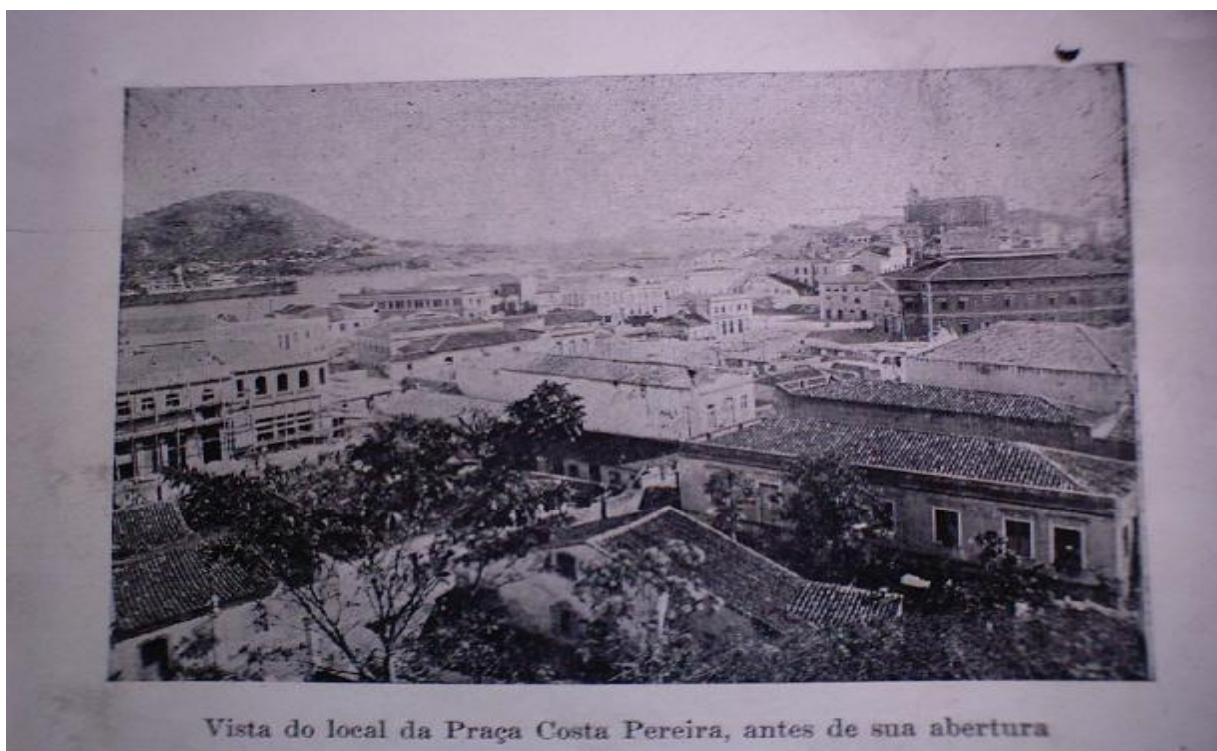


Foto 03



Retomando a análise da conferência, Aristeu examinou, também, o movimento bancário de Vitória, capital do Estado, como “seguro índice do progresso de qualquer Estado,”³⁹ comparando inclusive com outras capitais brasileiras. Dados interessantes e inesperados nos são mostrados sobre a pacata e provinciana Vitória:

[...] O commercio bancario no Espirito Santo tem-se desenvolvido consideravelmente, em numero de bancos e em vulto de negocios. Actualmente, há na capital varios bancos, que operam francamente, mas para apurarmos o seu desenvolvimento digamos, resumindo, apenas do crescente movimento de um delles – a agencia do Banco do Brasil. Nos ultimos 5 annos passou ella por tres promoções. Simples escriptorio em 1923, foi promovida no anno seguinte a agencia de 4ª classe; em 1925, tambem um anno depois, a agencia de 3ª classe, e no corrente anno, ainda uma vez promovida a agencia de 2ª classe, estando com classificação superior a ella somente as agencias de S. Paulo, Santos, Bello Horizonte, Porto Alegre, Bahia e Recife. A de Victoria não obstante ser de instituição recente, está em immediata colocação. As agencias de Curityba, Florianopolis e de varias outras capitaes progressistas são de classe inferior. A promoção das agencias do Banco obedece estrictamente, como sabeis, ao desenvolvimento dos negocios, sendo por isso um indice indiscutivel de progresso da respectiva praça.[...] É bom salientar que nos referimos apenas ao Banco do Brasil, havendo varios outros que operam francamente, com animado movimento.⁴⁰

Confessamos que, num primeiro momento, esses dados nos causaram surpresa. É fato que a demanda consistente e os bons preços do café, atingidos durante a década de 20, favoreceram em muito os Estados produtores e exportadores. Não obstante o claro aumento do volume de negócios e a maior geração e circulação de riquezas, o que aliás estamos evidenciando a todo momento nesta dissertação, Vitória ainda era uma pequena cidade, posto que o Espírito Santo, mesmo com esse recente incremento de sua economia, esteve durante um longo período afastado dos benefícios do crescimento e com pouca representação em termos políticos, econômicos e sociais a nível nacional. Estarmos à frente de capitais que tiveram anos de dianteira, só vem reforçar, ainda mais, como os anos 20 foram especiais para os capixabas.

Entretanto, Aristeu não parou por aí e nos fornece mais algumas informações interessantes sobre a movimentação nos Correios, a Estrada de Ferro Vitória a Minas e, o Porto de Vitória.

A nossa repartição dos correios, classificada na categoria de 2ª classe, tem sempre, consecutivamente, dado renda maior que algumas de primeira classe, como por exemplo, Pará e Ceará, pois nos annos de 1924, 1925 e 1926, os Correios do Ceará e Pará renderam, respectivamente, 343:292\$295, 364:446\$825, 323:834\$332 e 238:513\$920, 264:170\$930, 296:868\$358, ao passo que os Correios do Espirito Santo, nos mesmos annos, renderam 348:913\$399, 432:339\$340 e 459:206\$950, o que só por si justificaria a sua promoção á primeira classe.⁴¹

Já em relação ao Porto de Vitória, Aristeu o situa na sexta colocação a nível nacional em número de toneladas exportadas, atrás apenas da Capital Federal, Santos, Bahia, Recife e Rio Grande do Sul e já igualando-se a este último, segundo dados estatísticos oficiais de cada alfândega estadual. Necessário se faz destacar que por essa época, novamente recorrendo a Aristeu, a Estrada de Ferro Vitória a Minas, mesmo com o aumento do volume de cargas transportadas, ainda não estava totalmente acabada.⁴² Esperava-se com sua conclusão um consistente aumento da demanda pelas operações portuárias.

O efeito dificultador ao rápido e eficiente fluxo dos produtos pelo Porto de Vitória, embora com o contínuo aumento do volume de mercadorias exportadas, se encontrava nas condições em que estas continuavam sendo embarcadas, através de pequenos barcos e balsas que as transportavam até os navios ancorados na baía, pois o porto não possuía um cais comercial em que estes pudessem atracar. As obras do porto, após iniciativas e paralisações, se reiniciaram sem mais interrupções, agora sob a responsabilidade do Estado, a partir de 1925, no governo do Presidente Florentino Avidos. Além da construção das instalações portuárias propriamente ditas, estava inserido em todo o complexo a construção da ponte que ligaria Vitória ao continente, trazendo a linha férrea até dentro do cais. Enquanto a ponte foi inaugurada ao término do mandato de Florentino, a construção do Porto demandou um tempo maior, apenas em 1937 os navios puderam descarregar diretamente no seu cais, e somente em 1940 as obras foram totalmente concluídas.⁴³

Como já citado, com a construção da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, no norte do Estado, iniciada no Governo Florentino, ainda não totalmente concluída no Governo Aristeu, porém já possibilitando o tráfego provisório, fez-se a ligação com uma grande parte do território capixaba praticamente inexplorada. Tornava-se urgente desbravá-la e utilizá-la em benefício do desenvolvimento espírito-santense e, para isso, necessitava-se povoá-la. Diante dessa nova

realidade, uma das soluções encontradas pelo Governo Estadual foi fomentar a imigração. Dentre as possibilidades imigratórias, optou-se pela estrangeira em detrimento da nacional, sendo o norte capixaba propagandeado na longínqua Polônia, pela Companhia Colonizadora de Varsóvia, a qual, em 1928, celebrou um contrato com o Governo do Estado para trazer imigrantes poloneses para o Espírito Santo.⁴⁴

O imigrante europeu, desde o período imperial, frequentou o imaginário de parte da elite nacional como o melhor recurso para o progresso brasileiro. Na opinião dessa elite, brancos, trabalhadores, cultos, civilizados, estes seriam a redenção nacional, contra uma maioria esmagadora da população de mulatos, pretos, indolentes e analfabetos. Aristeu, mais uma vez, exemplifica a nossa afirmativa:

“[...] Nada concorrerá talvez mais para o progresso de nosso Estado, do que a introdução do braço estrangeiro, braço sadio e educado, que nos traga de seu paiz de origem não só o tirocinio do trabalho senão a vitalidade de raças vigorosas. Temos com que compensar fartamente o sacrificio do immigrante.[...]”⁴⁵

A revista *Vida Capichaba* caminha na mesma direção, tecendo loas aos poloneses e aprovando a escolha feita pelo executivo estadual. É evidente como os imigrantes europeus deixavam boa impressão entre os contemporâneos, como podemos verificar na edição de 22 de maio de 1930, onde estão estampadas duas fotografias com os respectivos dizeres: A foto 04 nos mostra uma moça, de uma página contendo duas fotos de polonesas jovens e bonitas e tem os seguintes dizeres: “- duas jovens polonesas, apanhadas entre as que vieram com as 25 famílias da Quarta leva de imigrantes para o Estado, demonstrando o aspecto sadio e jovial dessa gente, que vem colaborar no nosso progresso.” A foto 05 possui os seguintes dizeres: “- grupos de colonos polacos, cujo aspecto é o melhor depoimento a favor do acertado critério do Governo, preferindo essa imigração às outras, apanhados nesta capital, antes de seu embarque para o valle do Rio Doce.”⁴⁶

Foto 04



Foto 05



É importante estar claro que todas essas transformações pelas quais o Estado do Espírito Santo e, principalmente, sua capital, estavam passando, se insere dentro de um contexto mundial caracterizado pela existência de profundas inovações científico-tecnológicas, surgidas principalmente a partir da segunda metade do século XIX, que estavam provocando sensíveis mudanças culturais e comportamentais nas formações sociais de cada povo. Em época alguma precedente na história da humanidade iniciou-se um novo século com tantas “novidades” a fustigar o lento ritmo da longa duração.

Essas novidades e, ao mesmo tempo, a velocidade com que estavam sendo implementadas produziam alterações assustadoras no comportamento diário das pessoas, acostumadas a um modo de vida mais vagaroso. Durante séculos e séculos, o homem utilizou os mesmos elementos para suprir as carências existentes até então, como exemplos a vela para fornecer luz e os eqüinos como meio de transporte. De repente essa geração foi surpreendida com a luz elétrica, o telefone, o cinema, o bonde e o automóvel, entre muitos outros, que acabaram por criar novas necessidades e transformaram definitivamente as suas vidas.

Esse fervilhar de modificações sócio-econômicas e culturais, somado ao aumento da urbanização, favoreceram o despontar de um novo comportamento feminino que reivindicava para si direitos antes exclusivos ao sexo oposto. O próprio desenvolvimento do sistema capitalista demandava mulheres mais educadas e capazes para suprir as novas necessidades do trabalho e os novos desafios que surgiam na vida moderna.

Do mesmo modo, esses novos conhecimentos e valores, que despontavam no limiar do século XX, trouxeram no seu bojo, principalmente nas áreas urbanas, a idéia da necessidade de mudanças estruturais nas cidades brasileiras. Estas precisavam ser modificadas e remodeladas para atender aos novos padrões arquitetônicos, estéticos, higiênicos, que a modernidade suscitara. Nesse sentido, a capital federal foi palco de uma profunda reforma realizada entre os anos de 1903 a 1906 durante o mandato do prefeito Pereira Passos. No Espírito Santo não foi diferente. Tão logo a receita orçamentária do Estado possibilitou e com o projeto já encaminhado de formar uma centralidade em Vitória, retirando o predomínio da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, a Capital, como vimos, foi totalmente transformada.

Em texto de maio de 1927, Garcia de Rezende, intelectual, professor e jornalista, descreve, em sua coluna no Diário da Manhã, uma conversa com o ex-presidente Nestor Gomes na varanda do antigo Palácio da Santa Clara, localizado na ladeira do mesmo nome, centro da capital, na qual os dois “saboreiam,” do alto, as mudanças pelas quais estava passando a cidade, onde fica explicitada toda essa “tensão” moderna que desabrochava à época. Para Rezende, Vitória:

[...] Tornou-se uma cidade moderna, de ruas largas, praças ajardinadas, construcções definitivas, talhadas em linhas architectonicas de clara belleza, residencias particulares elegantissimas, vida offegante de trabalho, hoteis confortaveis, theatros apresentáveis e, sobretudo, um poderoso centro de actividade mercantil e de labôr industrial. Desde cêdo as ruas crepitam de febre, animadas por uma multidão apressada, inquieta, cheia de occupações, [...] e vibrante de energia constructôra. Automoveis, bondes, caminhões e demais vehiculos se cruzam incessantemente, espalhando no ar, um laborioso ruido de colmeia previdente e prospera.⁴⁷

Na foto⁴⁸ de número 06, publicada pela revista Vida Capichaba na edição de 16 de fevereiro de 1928, encontramos representada uma esquina da rua Jerônimo Monteiro, hoje avenida, principal artéria comercial da Vitória de então. Nessa podemos facilmente visualizar uma representação fiel dos modernos novos tempos. Rua nova, movimentada, com elegante comércio, onde vemos a loja Flor de Maio, que sobrevive até os dias atuais, não com o mesmo “glamour”, tendo em vista que era especializada em chapéus. Somada à própria modernidade da cidade, encontramos a nova mulher, bem vestida, com ares independentes, caminhando sozinha pela cidade, indo às compras, atitudes não apropriadas no início do século, ou seja, usufruindo das recentes conquistas que estavam obtendo. A mesma esquina, com iguais características, podemos encontrá-la, tanto em Vitória, como no Rio de Janeiro, São Paulo, Londres, Nova York e Paris.

Foto 06



Os novos rumos! Já não existia mais possibilidade de freá-los. No ano seguinte, o Espírito Santo teria a sua primeira eleitora - a Sra. Emiliana Emery, residente no município de Veado, hoje Guaçuí - após “brilhantíssima” sentença favorável do juiz da comarca de Alegre. Assim noticiou o fato, a revista Vida Capichaba.

[...] Senhora estimadíssima em todo o sul do Estado, onde exerce a sua admirável actividade, que faz inveja a muitos homens, no commercio e na politica, cabe-lhe a honra do advento feminista em nosso Estado, com o titulo de eleitora, que lhe foi concedido.⁴⁹

Inserido nessa conjuntura, com o Estado e principalmente a capital “pulsando” os novos valores da modernidade, em junho de 1928 Aristeu tomou posse no comando do executivo estadual. Dentro de um quadro extremamente favorável, tanto no campo político, quanto econômico, social e cultural, o futuro presidente sequer imaginaria quantas adversidades tão logo iria ter que enfrentar.

Notas ao capítulo I:

- 1 Cláudio, Afonso. *História da Propaganda Republicana no Estado do Espírito Santo*. Gráfica Espírito Santo. Vitória. 2002. p. 9.
- 2 Fausto, Boris. *Pequenos Ensaio de História da República (1889/1945)*. Cad. 10, CEBRAP, São Paulo. Editora Brasiliense. 1973. p. 19.
- 3 Ferreira, Marieta de Moraes; Pinto, Surama Conde Sá, A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.) *O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003. p. 395.
- 4 Lamounier, Bolivar. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma Interpretação. In: Fausto, Boris. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III. v. 2. São Paulo. Difel. 1978. p. 356.
- 5 Delfim Netto, Antonio. *O Problema do Café no Brasil*. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Ministério da Agricultura/SUPLAN. 1979. p. 97.
- 6 Mello, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo. Brasiliense. 1982.
- 7 Carone, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)* Corpo e Alma do Brasil. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1970. p. 51.
- 8 Fausto, Boris. *Pequenos Ensaio de História da República (1889/1945)*. Cad. 10, CEBRAP, São Paulo. Editora Brasiliense. 1973. p. 24 e 25.
- 9 Ibid. p. 25.

- 10 Espírito Santo (Estado) Presidente (Nestor Gomes) Mensagem...23 de maio de 1924. In: *Anais do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo. Sessão Ordinária 1924*. p. 63-64. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1413/000001.gif>> acesso em: 26/05/2006.
- 11 *Vida Capichaba*, ano VI, nº 126, 23 de maio de 1928.
- 12 *Mensagem final* apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriennio de 1924-1928. p. 45-47 passim.
- 13 Rocha, Haroldo Correa & Cosseti, Maria da Penha. *Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo – 1850/1930*. NEP - Departamento de Economia – Ufes. p. 92.
- 14 Ibid. p. 77
- 15 Diário da Manhã, 05 de agosto de 1910. Apud. Saletto, Nara. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Edufes. Vitória. 1996. p. 27.
- 16 *Mensagem final* apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriennio de 1924-1928. p. 241.
- 17 Aguiar, Audifax. *O Café no Estado do Espírito Santo. Detalhes da Defesa no período de Julho de 1928 a Outubro de 1930*. Rio de Janeiro. 1932. p. 26.
- 18 Ibid p. 26

- 19 *Mensagem final* apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriennio de 1924-1928. p. 244.
- 20 Aguiar, Audifax. *O Café no Estado do Espírito Santo. Detalhes da Defesa no período de Julho de 1928 a Outubro de 1930*. Rio de Janeiro. 1932. p. 55.
- 21 Ibid p. 55.
- 22 *Diário da Manhã*. 24 de agosto de 1928.
- 23 Ibid
- 24 Ferreira, Sinésio Pires. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1849-1960*. Rio de Janeiro. UFRJ. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia Industrial. 1987. p. 64.
- 25 Para uma maior discussão sobre a subordinação da produção cafeeira ao comércio no Estado do Espírito Santo, ver: Campos Junior, Carlos Teixeira. *O novo arrebalde: aspectos de formação urbano de Vitória*. São Paulo. USP. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 1985; Campos Junior, Carlos Teixeira. *A construção da cidade. Formas de produção imobiliária em Vitória*. Flor e Cultura. 2002; Saletto, Nara. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Edufes. Vitória. 1996; Saletto, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Edufes. Vitória. 1996; Rocha, Haroldo Correa & Cosseti, Maria da Penha. *Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo – 1850/1930*. NEP - Departamento de Economia – UFES; Achiamé, Fernando Antônio de Moraes. *Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)*. Dissertação de mestrado. UFES. 2005; Ferreira, Sinésio Pires. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1849-1960*. Rio de Janeiro. UFRJ. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia Industrial. 1987.

- 26 Houaiss, Antonio e Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Objetiva. 2001. p. 2308.
- 27 Ruschi, Augusto. Apud. Borgo, Ivan Anacleto Lorenzoni; Rosa, Léa Brígida Rocha de Alvarenga; Pacheco, Renato José Costa. *Norte do Espírito Santo: Ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960)*. Vitória. EDUFES. 1996. p. 23.
- 28 *Vida Capichaba*, ano VII, nº 170, 11 de abril de 1929.
- 29 *Vida Capichaba*, ano VI, nº 126, 23 de maio de 1928.
- 30 Aguiar, Aristeu Borges de. *O Estado do Espírito Santo e as suas possibilidades*. Conferencia pronunciada, em 27 de outubro de 1927, no Palácio das Industrias, em São Paulo, por ocasião do Congresso em comemoração do bicentenário da introdução do café no Brasil.
- 31 *Mensagem final* apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriênio de 1924-1928. p. 44..
- 32 Aguiar, Aristeu Borges de. *O Estado do Espírito Santo e as suas possibilidades*. Conferencia pronunciada, em 27 de outubro de 1927, no Palácio das Industrias, em São Paulo, por ocasião do Congresso em comemoração do bicentenário da introdução do café no Brasil. p. 7 e 8.
- 33 *Ibid.* p. 24-25. Atualmente como estamos habituados com outro padrão de moeda, a representação vigente à época nos parece bastante confusa. Com intenção de esclarecimento, a unidade monetária brasileira durante a década de 1920 se chamava mil réis. Um milhão de réis equivalia a um conto de réis. O valor de 265:020\$000 é grafado corretamente como duzentos e sessenta e cinco contos e vinte mil réis.

- 34 Ibid. p. 25 e 26.
- 35 *Mensagem final* apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriennio de 1924-1928. p. 104.
- 36 Ibid.
- 37 Ibid. p. 213 et seq.
- 38 Ibid. Legendas originais. s/p.
- 39 Aguiar, Aristeu Borges de. *O Estado do Espírito Santo e as suas possibilidades*. Conferencia pronunciada, em 27 de outubro de 1927, no Palacio das Industrias, em São Paulo, por ocasião do Congresso em comemoração do bicentenario da introdução do cafeeiro no Brasil. p. 26 e 27.
- 40 Ibid. p. 27.
- 41 Ibid. p. 28.
- 42 Ibid. p. 28 e 30.
- 43 Siqueira, Maria da Penha. *O Desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940*. Vitória. FCAA/CODESA. 1984. p.113-116 passim.
- 44 *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo* na 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 22 de setembro de 1930, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 122.
- 45 Ibid. p. 121.

46 *Vida Capichaba*, Ano VIII, nº 228, 22 de maio de 1930.

47 *Diário da Manhã*. 08/05/1927.

48 *Vida Capichaba*. 16/02/1928. Anno VI. nº 112.

49 *Vida Capichaba*. 25/07/1929. Anno. VII. nº 185.

Capítulo II

II.1 Os meandros da prática política estadual

A partir desse quadro geral, podemos, de agora em diante, embrenharmo-nos na “mata escura” da micropolítica capixaba do período compreendido pelo nosso tema, que se situa entre os anos de 1928 e 1930. Entretanto, para um melhor entendimento desse espaço temporal, faz-se necessário pinçarmos alguns fatos políticos importantes ocorridos em anos anteriores. Utilizamos a metáfora da “mata escura” com o intento de realçar e reiterar que estamos penetrando em um território ainda muito pouco explorado dentro da historiografia espírito-santense. Em que pese o temor deste capítulo se tornar muito factual, no entanto, faz-se premente esse estudo para podermos descortinar as conexões existentes dentro dos sinuosos caminhos da prática política.

Utilizamos, como suporte para desenvolver o segundo e terceiro capítulos, dois dos principais jornais espírito-santenses editados à época. O primeiro se chamava Diário da Manhã, era o jornal do Partido Republicano do Espírito Santo e tinha um contrato com o governo do Estado para publicar os atos do executivo e do legislativo. Pertencia ao Coronel Marcondes Alves de Souza ¹ e, entre os anos de 1928 a 1930, foco desta dissertação, esteve sob a direção de seu filho Marcondes Junior. Após a Revolução de 1930, o Diário foi encampado pelo Governo e, embora tenha continuado com o mesmo nome, foi transformado efetivamente em diário oficial. O segundo, mas não por isso menos importante para a consecução do nosso trabalho, se denomina A Gazeta. Este se transformou em parte integrante da principal rede de comunicações do Espírito Santo na atualidade.

O jornal Diário da Manhã foi fundado em agosto de 1907, com o propósito de defender a causa da situação em todas as ocasiões, deixando sempre transparecer que as decisões tomadas pelos poderes constituídos foram as melhores e as mais acertadas. Já A Gazeta foi fundada em setembro de 1928, com a intenção de fazer propaganda de um novo loteamento em Camburi. “A firma Cambury precisava vender lotes. Viu que um jornal poderia ser bom instrumento de

propaganda para atingir seus objetivos. O dono da imobiliária, Hostílio Ximenes, chamou o advogado, professor e jornalista Adolpho Luís Thiers Vellozo. E ele topou.”²

Entretanto, é interessante destacar que o Diário da Manhã também fazia a divulgação dos lotes em Camburi. Tanto propaganda em locais e destaques apropriados, quanto subentendidas ou camufladas, pois, após o lançamento desse loteamento, era uma constante, dentro do jornal, referências enaltecendo as qualidades da localidade, com dizeres como praia paradisíaca e, ao mesmo tempo, frisando a pequena distância de Vitória, apenas 20 minutos de carro. O Diário chegou a sortear um lote em Camburi, que foi doado pelos empreendedores, entre os leitores “a título de boas-festas”.³ Fazendo uma leitura mais apurada, ficava transparente a existência de uma ligação entre o jornal e os donos do loteamento. Partindo desse fato e como é evidente que o Diário, o Partido Republicano e o Executivo estavam todos entrelaçados, podemos inferir que a inauguração da nova ponte da passagem em dezembro de 1929, construída pelo Presidente Aristeu, além de atingir outros interesses como a melhoria da estrada para o município da Serra, estava privilegiando o loteamento em Camburi. Na foto número 01 está representada a nova ponte durante as festividades inaugurais.⁴



Foto 01

Embora tenha sido bastante divulgada, a região de Camburi não alcançou o seu desenvolvimento nesse período da história da capital capixaba, permanecendo um longo tempo como uma praia deserta, um lugar “paradisíaco.”

No início da circulação de A Gazeta, não existiam divergências entre os dois jornais, inclusive Thiers Vellozo tinha acabado de retirar-se da chefia de redação do Diário da Manhã. Um dia após a publicação inicial de A Gazeta, saiu na primeira página do Diário a seguinte nota:

Circulou, hontem, a A Gazeta, o nosso novo diário vespertino.
 Bem feito, variado, com boas secções, o apparecimento do brilhante confrade foi, sem duvida, o melhor acontecimento de hontem.
 Desejando ao collega a realização integral do seu bello programma, que é um formoso padrão de cultura e de ideal jornalístico, felicitamos os seus redactores pelo brilhantismo da estréa.⁵

Os jornalistas desses órgãos de imprensa nem de longe poderiam imaginar o entrevero que começaria a existir entre os dois após A Gazeta passar a ser dirigida por Affonso Lyrio, advogado e jornalista, que já fazia oposição ao governo no jornal Folha do Povo. Depois do nascimento da Aliança Liberal, o vespertino A Gazeta passou a apoiá-la sistematicamente e, ao mesmo tempo, intensificou a oposição aos governos estadual e federal. Com o acirrar dos acontecimentos, os dois jornais se transformaram em fervorosos rivais até a vitória dos revolucionários. Após esta, Affonso Lyrio fez parte da Junta Governativa que governou o Estado durante um curto período, em companhia de João Manoel de Carvalho e do Capitão João Punaro Bley. Quando da escolha definitiva de Bley para a Interventoria, Lyrio foi nomeado Secretário do Interior.

As principais decisões políticas tomadas a partir do final da primeira década do século XX no Estado do Espírito Santo passavam necessariamente pelo crivo dos Monteiro. Havia um incontestável domínio dessa oligarquia familiar cujos protagonistas principais eram os irmãos Jerônimo de Souza Monteiro e Bernardino de Souza Monteiro. Estes conseguiram destituir do posto de principal liderança o ex-presidente Moniz Freire e, paulatinamente, foram se tornando hegemônicos na condução da política estadual. Todavia, essa oligarquia não se resumia a liderança dos dois irmãos, o seu braço atingia diferentes nichos de poder existentes no Estado, inclusive a Igreja, cujo bispo Dom Fernando de Souza Monteiro, que dirigiu a Igreja católica em terras capixabas no período de 1902 a 1916, era irmão de Jerônimo e Bernardino.

A conquista da presidência estadual era a coroação do domínio exercido sobre a política nos Estados. De 1908 a 1930 os candidatos indicados para ocupá-la eram escolhidos, ou dependiam do beneplácito dos Monteiro, pelo menos de um deles. Lembremos que, até a eleição de 1916, esses se encontravam juntos, porém, a partir da campanha de 1920, os dois tomaram posições opostas e Bernardino passou a encabeçar a liderança política. Eleitos presidente ou através de seus candidatos, em decisões conjuntas ou em posições divergentes, os irmãos Monteiro dominaram a política espírito-santense durante um período considerável da Primeira República.

É importante esclarecer que a consolidação desse domínio não sucedeu facilmente, foi necessário um esforço no sentido de minar a resistência da oposição para, aos poucos, conseguirem que as suas decisões predominassem. Marcondes, político proveniente de Cachoeiro de Itapemirim,

eleito em 1912, sob a escolha dos Monteiro,⁶ foi considerado, pela oposição como não capaz para exercer a presidência: Sua eleição e principalmente a de Bernardino, em 1916, dando mostras de que o Estado estava caminhando para se tornar um feudo familiar, foram marcadas por disputas intensas. Todavia, os Monteiro conseguiram estabelecer a sua vontade e assegurar o seu domínio na política capixaba.⁷

Jerônimo de Souza Monteiro foi presidente do Estado de 1908 a 1912 e escolheu o seu sucessor, o Coronel Marcondes Alves de Souza, que se candidatou e foi eleito para o período de 1912 a 1916. A partir do ano de 1916 e com término em 1920, o governo ficou a cargo de Bernardino de Souza Monteiro. No pleito para o quadriênio 1920 a 1924, ocorreu a disputa que detonou a séria divergência que colocou os dois irmãos em lados opostos na política estadual e a intervenção federal garantiu a eleição do Coronel Nestor Gomes, candidato de Bernardino. Este se tornou o chefe do Partido Republicano e o todo poderoso na política estadual até a sua morte em maio de 1930, poucos meses antes do início da revolução. O presidente Florentino Avidos que governou o Estado de 1924 a 1928, foi casado com Henriqueta Monteiro Avidos, irmã de Jerônimo e Bernardino e, por estar dentro do âmbito familiar, a sua candidatura foi aceita sem grandes divergências. O nome de Aristeu Borges de Aguiar, para o quadriênio 1928 a 1932, foi uma opção de Florentino, acatada pelos demais “caciques” do partido, fundamentalmente Bernardino e o restante da bancada federal.

Jerônimo, a partir da dissensão com Bernardino, perdeu prestígio e poder de decisão dentro do Partido Republicano estadual. No vespertino Diário da Manhã, entre os anos 1927 a 1930, o seu nome foi praticamente excluído das edições, sendo somente citado para sofrer críticas quando disputou a eleição ao Senado contra Joaquim Teixeira de Mesquita em fevereiro de 1927 e contra Florentino Ávidos na eleição realizada em outubro do ano seguinte, após a renúncia do senador Mesquita. Com a existência de apenas um partido a nível estadual, o Partido Republicano Espírito-Santense e alijado do nível decisório deste, Jerônimo acabou por não participar das chapas propostas pelo Partido para as eleições senatoriais. Durante a Primeira República, por razões que já analisamos no primeiro capítulo, os candidatos integrantes da situação já podiam considerar-se eleitos.

O ex-presidente, que era senador em fim de mandato, tentou reeleger-se como candidato independente, mas não conseguiu. Procurou reverter a situação a seu favor na comissão de poderes do senado, tentando imputar falhas na eleição para obstruir a confirmação do candidato que alcançou o maior número de votos, mas não logrou sucesso. Joaquim Teixeira de Mesquita obteve a sua homologação pelo Senado Federal em maio de 1927.⁸ Do mesmo modo, na disputa com Florentino, Jerônimo perdeu, tentou impugnar, foi derrotado novamente e Florentino foi reconhecido e tomou posse em novembro de 1928.⁹

O Partido Republicano publicou, no Diário da Manhã, em janeiro de 1927, um manifesto apresentando seus candidatos para a eleição federal de fevereiro do corrente. Indicava a chapa completa, sem abertura de espaço para os candidatos de oposição, argumentando que, dentro do território capixaba, não existia oposição organizada.

Correspondendo a elevados propositos da política nacional, era intuito do Partido Republicano do Estado do Espírito Santo reservar á minoria um dos logares da representação federal na Camara. Occorre, entretanto que, dentro das fronteiras do Estado, nenhuma aggreiação partidaria existe constituída em ordem a representar um elemento ponderavel de dissidencia na politica regional, de sorte que a opposição no Estado é apenas um reflexo da acção geral do movimento com que se tem procurado perturbar a sollução tranqüila dos problemas nacionaes pelos altos Poderes da Republica. Esta é a razão por que, escolhendo dentre os seus correligionarios, o Dr. Joaquim Teixeira de Mesquita para pleitear a vaga do Senado, resolve, outrosim, indicar á reeleição os Srs. Dr. José Gomes Pinheiro Junior, Geraldo Vianna e Joaquim José Bernardes Sobrinho, completando, com a apresentação do Sr. Abner Mourão, o numero de candidatos á representação federal na Camara.¹⁰

O Diário da Manhã, em reportagem do mesmo dia, também sublinha que, dentro do Estado do Espírito Santo, não existia oposição constituída, apenas elementos isolados sem coesão, sendo assim, o partido situacionista estava apto a pleitear todas as vagas existentes.

Força concordar, nesse ponto, com a mensagem do Partido Republicano e, ao mesmo tempo, com as considerações do jornal situacionista, pois realmente não existia oposição estruturada, nem outra agremiação partidária em solo espírito-santense. Havia sim uma dissidência encabeçada por Jerônimo que, nesse período, já estava bem enfraquecida. Inclusive, muitos que o acompanharam nos acontecimentos de 1920, já estavam novamente recompostos com a posição dominante. Abner Mourão, por exemplo, que tinha sido o candidato de Jerônimo para ocupar a Presidência do Estado em 1920, já estava fechado com a situação, tendo seu nome incluído na chapa do

Partido Republicano para disputar uma vaga na Câmara Federal. Do mesmo modo, Marcondes, que foi galgado à Presidência do Estado em 1912 por disposição de Jerônimo, em 1927, o seu jornal, que sempre acompanhava a situação, fazia oposição ríspida e contundente àquele que o tinha colocado no poder. É importante deixar claro que, entre os atores políticos estaduais, não existiam divergências de idéias, somente comportamentos pragmáticos.

Jerônimo também não possuía correligionários no Poder Legislativo estadual, pois, quando da sua disputa com Florentino para a cadeira de senador, o Congresso Legislativo aprovou, com votação unânime, uma moção de solidariedade e apoio à candidatura desse último ao Senado.¹¹

Um dos poucos personagens que fazia oposição pública ao Governo, antes do surgimento da Aliança Liberal, era Affonso Lyrio. Este se uniu a Jerônimo, antigo desafeto político, e apoiou, através do jornal Folha do Povo do qual era diretor, as candidaturas do ex-presidente ao Senado.

As principais lideranças políticas capixabas estavam integradas dentro da situação dominante. Até mesmo Pinheiro Junior, político importante do sul do estado que durante muito tempo foi profundo inimigo dos Monteiro, participava das decisões ao lado de Bernardino, tanto como representante federal capixaba, quanto na comissão executiva do Partido Republicano da qual era membro.

O deputado Henrique Wanderley, em discurso realizado na Convenção do Partido Republicano que tinha por incumbência referendar a candidatura Aristeu/Mesquita, cunha uma frase, ao falar sobre a responsabilidade dos membros presentes, que nos é bastante reveladora da situação existente: “[...] indicação que cresce de vulto si considerarmos que, não existindo opposição efficiente, equivale a segura outorga do mandato pleno e liquido.”¹² Essa constatação feita pelo parlamentar, nos remete a considerar a existência de, no mínimo, uma desarticulação dos políticos que divergiam da situação dominante dentro do Estado.

Um dos questionamentos colocados logo no começo da pesquisa e que atiçou a nossa curiosidade, impelindo-nos em direção às fontes - como as formigas correm em direção ao açúcar - para buscar as respostas desejadas, se assentava em descobrir quem ou quais forças políticas

optaram por Aristeu para ocupar a Presidência do Estado. De início é importante estar claro que Aristeu continuou a representar os interesses das oligarquias que comandavam a política estadual e a sua escolha não esteve vinculada a uma fração de classe em particular. Nesse período o candidato representava o Partido Republicano Espírito-Santense e, dentro deste, estavam incluídos membros de todas as atividades produtivas que detinham a hegemonia na política e na formação social capixaba, e compreendiam o setor produtor cafeeiro do sul, do centro e do vale do Rio Doce, este, por essa época em franco desenvolvimento, o comércio e os profissionais liberais. A escolha do candidato à presidência não passava pela divergência entre setores produtivos, sendo mais apropriado afirmar que a existência de dissensões estava ligada a questões pragmáticas individuais, não importando a qual ramo econômico-social os opositores pertenciam.

Essas eram as “classes conservadoras” estaduais, como à época a própria parcela dominante se autodenominava. Visavam e articulavam a manutenção do “status quo,” defendendo-o veementemente e sem subterfúgios, pois a própria cultura social e política prevalecente naturalizava essa dominação. As divergências pontuais, porventura existentes entre produção agrícola e comércio, não influenciavam no funcionamento da macropolítica capixaba.

Não podemos nos esquecer que a escolha do nome para ocupar o executivo estava inserida em um suscetível e intrincado processo político, tendo em vista que essa era a parte mais melindrosa da política nos Estados durante a Primeira República, porquanto, na realidade, não se estava selecionando um candidato, mas sim o futuro Presidente do Estado. Os contemporâneos, ao se referirem ao assunto, taxavam-no sempre do mais grave, delicado e relevante problema a ser resolvido na sua prática política. Especificamente em relação à candidatura Aristeu, a documentação pesquisada demonstrou a existência de alguns fatores, repetidamente citados, que favoreceram a sua indicação. Dentre esses, a garantia da continuidade do bom governo realizado por Florentino, a unidade que seu nome estabeleceu dentro do Partido e a percepção que se tinha sobre ele como uma pessoa preparada para ocupar o cargo. Aristeu era uma pessoa de confiança da situação, tendo exercido diversos cargos importantes nos poderes públicos desde o Governo Bernardino.

Somada às suas qualidades intrínsecas, a origem familiar também colaborou no seu percurso que acabou por culminar com a presidência, pois descendia de duas famílias antigas e tradicionais na formação social capixaba, os Borges, por parte de sua mãe, e os Aguiar, pelo lado paterno. O ramo dos Borges se localizava predominantemente na cidade da Serra, que dista poucos quilômetros da capital. Atualmente faz parte da região metropolitana da Grande Vitória, à época, mesmo com a construção da estrada de rodagem Vitória-Serra em 1923, no Governo Nestor Gomes,¹³ a ligação entre as duas cidades ainda era uma demorada viagem. Os Borges ocupavam posições destacadas na vida econômico social serrana.¹⁴

A parte Aguiar se dividia entre as cidades de Vitória, Serra e Vila Velha. Esta última também hoje pertencente à região metropolitana e a pequena distância da capital. Foi na Serra que nasceu o advogado e político Xenocrates Calmon de Aguiar, então presidente do Congresso Legislativo. Já o pai de Aristeu, Augusto Manoel de Aguiar, morava com a família em Vitória quando esse nasceu e Miguel Manoel de Aguiar, seu tio, residia em Vila Velha.¹⁵

No inventário de Miguel Manoel de Aguiar, cujo óbito ocorreu em 1897, consta que a dívida da hipoteca da sua residência, localizada em Vila Velha, foi paga pelo seu irmão Augusto Manoel de Aguiar.¹⁶ Esse fato nos indica que o núcleo familiar de Aristeu possuía uma boa situação financeira. O envolvimento dos Borges de Aguiar na política capixaba se deu através da participação de um dos irmãos de Aristeu, João Dukla, médico formado no ano de 1900, que teve atuação destacada na política estadual e, quando faleceu em 1929, já era um homem de muitos haveres.¹⁷ A maioria dos irmãos de Aristeu possuía curso superior e foram quase todos aproveitados no Aparelho de Estado quando ele se tornou presidente.

A análise dos telegramas e dos discursos proferidos pelos atores políticos envolvidos nas diversas fases do processo sucessório nos forneceu subsídios para considerar que o nome de Aristeu foi uma opção primeira de Florentino. E essa é a orientação que seguiremos neste trabalho, mesmo estando cientes de que a documentação pesquisada não nos possibilita comprovar empiricamente se Florentino foi o mentor ou simplesmente o seu portador após um acordo prévio de bastidores. Todavia, a candidatura só veio a público após a questão estar fechada com os próceres do Partido Republicano.

Florentino, no início de setembro de 1927, estava na capital federal segundo o Diário para tratar dos “vultosos interesses econômico-financeiros do Espírito Santo,”¹⁸ mas, na realidade, o motivo principal para a sua viagem estava na busca do apoio e no fechamento da candidatura Aristeu com a representação federal capixaba. Esta, depois de tudo decidido, resolveu fazer um almoço em homenagem ao Presidente do Estado no restaurante do Jockey Club. O discurso ao homenageado coube ao senador Bernardino. Este, em um pequeno trecho, que transcreveremos abaixo, diz que foi Florentino quem “lembrou” o nome de Aristeu.

[...] Ainda agora ao se tratar do problema da sucessão presidencial, v. exa. deu mais uma prova de elevação do seu espírito de ponderação e patriotismo *lembrando* o nome de um espíritosantense illustre que dispõe de todos os predicados necessários para continuar a executar com brilho o programma de trabalho eminentemente constructor que v. exa. planejou e vae realizando de um modo feliz, nome que logo mereceu o apoio da Commisão Executiva e, é de esperar, será homologado pela convenção dos nossos municípios.

Refiro-me ao Dr. Aristeu Aguiar, o candidato *lembrado*. [...]

Á *clarividencia* de v. exa. sr. Presidente, devemos o modo pacifico e cordeal, com que está sendo entre nós resolvido o problema político administrativo [...]

Esta a razão, pela qual, entre tantos serviços á nossa terra, mais este, é justo reconhecer, [...] como um dos administradores de elevada visão e probidade e sincero devotamento á causa publica.”¹⁹

A representação federal capixaba enviou, em 04 de setembro de 1927, o seguinte telegrama de congratulações ao candidato Aristeu Aguiar pela escolha de seu nome, onde cita que a indicação partiu do Presidente do Estado.

Rio 4 – Representantes federaes nosso Estado, reunidos hoje demonstração apoio solidariedade benemerito Presidente Ávidos, resolvemos, unanimidade expressiva, levar convenção partido vosso digno nome sucessão presidencial Estado, consoante *indicação suggerida Presidente Ávidos* como penhor seguro continuação fecunda administração, politica larga. Accordo praxe seguida nosso partido, ficou combinado acceitaremos para vice-presidencia nome que resolverdes indicar opportunamente convenção, resolvendo-se assim brilhantemente solução delicado assumpto. Nossas congratulações ao querido Estado do Espírito Santo. Saudações – (as.) Senadores Bernardino Monteiro, Manoel Monjardim, Teixeira de Mesquita. Deputados Pinheiro Junior, Bernardes Sobrinho, Geraldo Vianna, Abner Mourão.²⁰

Ao proceder a resposta ao telegrama, Aristeu nos demonstra que os representantes federais, no Senado e na Câmara, apoiaram a indicação do seu nome, solidarizando-se com Florentino.

Agradeço profundamente sensibilizado comunicação que recebi de haverem representantes federaes nosso Estado, reunidos hontem em *demonstração de apoio e solidariedade ao benemerito Presidente Ávidos*, resolvido unanimemente levar meu nome á convenção do Partido para sucessão presidencial nosso Estado. Si merecer

effectivamente immensa honra de ser indicado pela convenção e decisivo apoio eleitorado espírito-santense, assumirei governo nossa terra proposito firme inabalavel de prosseguir grandiosa obra do insigne Presidente Ávidos, mantendo feliz salutar ambiente harmonia politica e prestar decidido concurso á brilhante orientação sr. Presidente da República, como visão verdadeiro estadista vae imprimindo administração nacional. Cordiaes saudações. – Aristeu Aguiar.²¹

No regresso de sua viagem ao Rio de Janeiro, Florentino foi recebido com um banquete no palácio, oferecido pelo vice-presidente Coronel Eugênio Netto. Com o deputado Ubaldo Ramallete ficou a incumbência de fazer o discurso de boas vindas. Neste, Ramallete deixa transparecer que o nome de Aristeu saiu da “manga da camisa” de Florentino.

“[...] Dahi a razão da alegria e do jubilo publico com que foi recebida a noticia do grande serviço de ordem política, que o sr. presidente Florentino Avidos vem de prestar ao Estado, encaminhando de maneira elevada, digna e feliz, a solução do nosso mais delicado e relevante problema - a grave questão da sua successão no governo do Estado. A escolha do nome de um dos mais dignos espíritos-santenses, *assentada* por sua exa. com a collaboração dos nossos illustres representantes federaes [...]”²²

A Convenção do Partido Republicano era a última instância que a candidatura necessitava percorrer dentro dos trâmites partidários para, então, ser ratificada. De acordo com os estatutos do Partido, o nome do candidato escolhido pela comissão executiva deveria ser confirmado por representantes de todos os municípios capixabas. É evidente que era só pró-forma ou, utilizando uma linguagem mais rasteira, somente “para inglês ver”, pois o nome já tinha sido decidido e os convencionais não fugiam a essa resolução. Entretanto, no intuito de cumprir os seus regulamentos, essa foi realizada em setembro de 1927 na sala de sessões do Congresso Legislativo. Nessa reunião, retomando o pronunciamento do deputado Henrique Wanderley citado anteriormente, fica demonstrado, mais uma vez, que o nome de Aristeu teria sido proposto por Florentino, sendo acatado por Bernardino e demais próceres do partido e, como era de se esperar, pelos “chefes locais do partido”²³ presentes à assembléia.

“[...] Esta continuidade tão necessária, encerrando nella mesma a condição essencial á bôa marcha dos negocios públicos, está entre nós assegurada pela clarividencia patriotismo e louvavel desprendimento com que, em torno da pessoa do insigne chefe do Estado, o Exmo. Sr. Dr. Florentino Ávidos, se congregaram o eminente Chefe do Partido Republicano do Espirito Santo, o Exmo. Sr. Senador Bernardino Monteiro, e os demais membros da Comissão Executiva e da nossa representação no Congresso Nacional, prestigiando-o, acatando-o e louvando-se nas ponderações acertadas e experientes de S. Exa., que, á frente da administração, melhor conhece as suas necessidades poderia *lembrar um nome* que attendesse ás conveniências políticas e administrativas. D’ahi, a sugestão feita á Convenção do Partido, ora reunida, e sobre a qual nos devemos

pronunciar, do nome do Exmo. Sr. Dr. Aristeu Borges de Aguiar, dignissimo secretario da Presidencia.”²⁴

O presidente do Congresso Legislativo, deputado Xenocrates Calmon de Aguiar, em sessão do congresso realizada dois dias após a convenção do Partido Republicano, faz um discurso sobre os objetivos e as conclusões dessa, onde também revela que o nome de Aristeu surgiu por iniciativa de Florentino.

“[...] Esta grande e memoravel assembléa política, representando o sentir de todo o povo espírito-santense, numa expressão de extraordinario contentamento e perfeito entusiasmo, acceitou a indicação feita, pela nossa bancada federal, no Senado e na Câmara, *indicação orientada* pelo exmo. sr. dr. Florentino Ávidos, benemerito Presidente do Estado.”²⁵

Como já afirmamos, a análise dessa documentação nos impeliu a considerar que a candidatura Aristeu foi alçada “à luz do sol” pelas mãos de Florentino. Diante dessa constatação, torna-se interessante levantarmos algumas hipóteses sobre quais seriam as motivações que balizaram o seu comportamento, impelindo-o na direção do nome de seu secretário da presidência. Será que a continuidade do seu programa de governo foi o fator primordial, ou então, ao ter Aristeu como subordinado, Florentino enxergou nele uma pessoa muito competente, capaz de realizar um excelente mandato; por outro lado, Aristeu poderia ser a pessoa certa por estarem intimamente ligados e, desta forma, teria a garantia de não sofrer acusações futuras aos atos de sua administração. Pode ser, também, que Florentino visse em Aristeu uma pessoa que ele poderia, caso necessitasse, manipular em seu proveito.

Em um episódio singular, podemos constatar o “dedo” de Florentino manipulando uma decisão que caberia somente a Aristeu. Era praxe, dentro do Partido Republicano Espírito-Santense, o nome do candidato a vice, na chapa que disputaria a Presidência do Estado, ficar a cargo do candidato escolhido para encabeçá-la. Todavia, o nome de Joaquim Teixeira de Mesquita não foi escolhido por Aristeu, mas sim decidido por Florentino, pois este tinha interesse na questão, como veremos.

Esse assunto remonta à época da candidatura de Mesquita ao Senado Federal, que nasceu e foi implementada através do Presidente Florentino. Este tinha a intenção, quando do término de seu governo, de concorrer ao Senado para a cadeira daquele, que renunciaria. Foi o que realmente ocorreu quando da decisão do nome de Mesquita para a vice-presidência na chapa Aristeu. O senador Mesquita renunciou ao seu mandato, sobrando, conseqüentemente, uma vaga, o que abriu a possibilidade de Florentino disputá-la como o escolhido do partido republicano e eleger-se senador. A foto 02 foi publicada no Diário da Manhã no dia da eleição para a vaga aberta no Senado Federal.²⁶

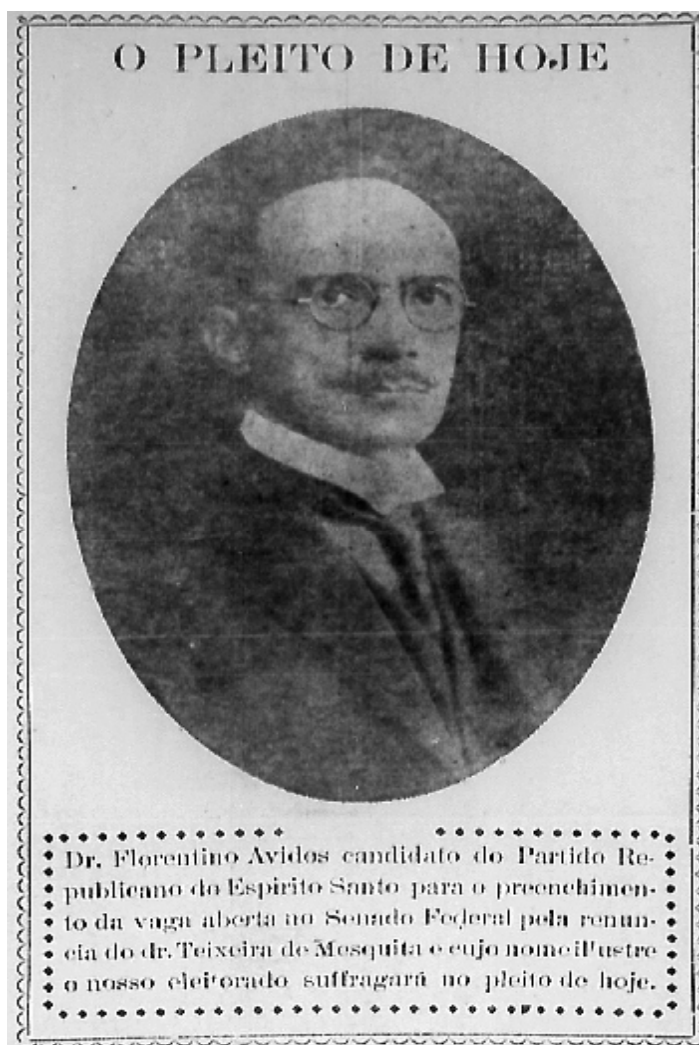


Foto 02

Assim, Florentino, por ter feito um bom governo aos “olhos de todos” e estar com popularidade em alta, conseguiu colocar em prática os seus interesses eleitorais. Ao maquinar essa engrenagem, para ao fim do seu governo conseguir ocupar uma cadeira no senado, mostrou que, dentro do jogo de interesses da política, quem detém o poder e possui competência nos acordos de bastidores, vai montando o quebra-cabeças de acordo com suas necessidades.

Mesquita, nascido em 1853, na localidade de Barra do Piraí, Rio de Janeiro,²⁷ já contava em 1928 com a idade de 75 anos. Antigo médico e político militante no Espírito Santo, onde, entretanto, não mais residia. É importante salientar que Mesquita foi um Vice-Presidente distante das principais decisões que foram tomadas durante o Governo Aristeu. Não teve participação na escolha dos secretários, refugiou-se em um “velho casarão na Rua Moncorvo Filho,”²⁸ no Rio de Janeiro e quando o cargo ficou vago com a fuga de Aristeu nas vésperas das forças revolucionárias invadirem a capital, o Presidente do Congresso Legislativo foi obrigado a assumir, tendo em vista a sabida ausência do Vice-Presidente.

Aristeu tomou posse no comando do executivo estadual em 30 de junho de 1928 e foram esses os nomes que encontrou como representantes capixabas no Senado Federal: Bernardino Monteiro, Florentino Avidos a partir de novembro do mesmo ano e Manoel Silvino Monjardim. Este último, de família tradicional na política capixaba desde a época imperial, médico, já tinha sido deputado federal em duas legislaturas e era filho de Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade e Almeida, o Barão de Monjardim, personagem importante na política estadual desde o período monárquico.²⁹

O Estado do Espírito Santo possuía, a esta época, o direito de eleger quatro deputados à Câmara Federal. Como vimos, na eleição de 1927, o Partido Republicano Espírito-Santense lançou os quatro nomes que foram anteriormente citados e, esses, como era de praxe, foram os eleitos. Sendo assim, no início do governo Aristeu, a deputação federal capixaba era composta por, J. J. Bernardes Sobrinho, Pinheiro Junior, Geraldo Vianna e Abner Mourão.

Abner Carlos Mourão que, nesse período, foi o líder da representação capixaba na Câmara Federal, nasceu em São José do Calçado, sul do Espírito Santo, entretanto os seus vínculos

políticos estavam fundamentados em grande medida em São Paulo. Advogado e jornalista, redator do Correio Paulistano, foi a ele imputada a tentativa de privilegiar o Estado paulista em detrimento da sua própria terra natal, da qual era representante.³⁰ Foi membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito-Santo. Em 1930, após a morte de Bernardino, foi candidato e elegeu-se à vaga de Senador pelo Partido Republicano Espírito-Santense, todavia não chegou a tomar posse devido a Revolução de 1930.³¹

José Gomes Pinheiro Junior, médico, fazendeiro, chefe político de Cachoeiro do Itapemirim, sul do Estado e descendente do Barão de Itapemirim que foi, durante um longo tempo, a principal liderança na região sul. Deputado estadual em três legislaturas, deputado federal e inimigo ferrenho dos Monteiro, sendo contrário à candidatura Jerônimo ao Governo do Estado em 1908, Vice-Presidente na chapa de Getúlio dos Santos que concorreu com Marcondes em 1912 e candidato a Presidente contra Bernardino em 1916.³² Integrado à situação, a partir da eleição de Nestor Gomes, participava junto com Bernardino das decisões do Partido Republicano.

Joaquim José Bernardes Sobrinho nasceu na Bahia, advogado, promotor público e professor do Ginásio Espírito-Santense. Foi secretário geral do governo Bernardino, deputado estadual em duas legislaturas e deputado federal desde 1924.³³

Geraldo de Azevedo Vianna, político de Muqui, sul do Estado, onde foi professor primário. Redator do primeiro jornal, dirigiu o município, foi vereador e deputado estadual em três legislaturas. Chefiava a facção de Bernardino no Congresso Legislativo na crise de 1920. Foi representante da Associação Comercial de Vitória junto a sua congênere do Rio de Janeiro.³⁴ Após o nascimento da Aliança Liberal, apoiou-a e tornou-se um dos seus líderes no Estado. Esperava que Getúlio o nomeasse interventor, entretanto foi preterido para o cargo. Acabou sendo nomeado, pelo próprio Getúlio, para diretor da carteira de descontos do Banco do Brasil, que ocupou até falecer.

O Congresso Legislativo capixaba era composto por 25 deputados e se renovava de três em três anos. Em setembro de 1928, praticamente dois meses após Aristeu assumir o Governo, iniciou-se a 13ª legislatura³⁵ composta pelos seguintes membros: Xenocrates Calmon de Aguiar

(Presidente), Antonio Athayde (Vice-Presidente), Aguiar Filho (líder da situação), Alarico de Freitas, Alziro Vianna, Amphilóquio Moreno, Augusto Emilio Estellita Lins, Augusto Lamego, Bricio Mesquita, Eugenio Netto, Fernando de Abreu, Francisco Gonçalves, Henrique Wanderley, Ildefonso Brito, João Marcellino, José Pedro Fernandes Aboudib, José Sette, Lauro Faria Santos, Manoel Nunes, Manoel Vivacqua, Oscar Barauna, Octavio Indio do Brazil Peixoto, Sylvio Avidos, Ubaldo Ramalheite Maia e Vicente Caetano.³⁶

Alarico de Freitas, nasceu em Vitória, filho de Afonso Cláudio de Freitas Rosa, primeiro presidente do Estado no período republicano. Advogado, professor, membro fundador da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto dos Advogados do Espírito Santo. Foi deputado estadual de 1916 a 1930, presidindo a Casa de 1920 a 1925. A partir de 1934, passou a residir no Rio de Janeiro onde foi professor da Faculdade de Direito e advogado do Banco do Brasil.³⁷

Antonio Francisco de Athayde, “republicano histórico”, nasceu em Vitória, engenheiro, foi prefeito da sua cidade natal e de Vila Velha. Um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Deputado estadual de 1901 a 1909 e de 1925 a 1930. Em 1930, com a saída de Xenocrates Calmon para a Câmara Federal, foi eleito Presidente do Congresso Legislativo. Assumiu por poucas horas o governo do Estado, quando do abandono de Aristeu. Foi vereador pela Capital em 1936.³⁸

Alziro Vianna, político da região de Cachoeiro de Itapemirim, sul do Estado, onde exercia a atividade comercial. Foi Diretor de Contabilidade da Secretaria da Fazenda, de onde saiu para ocupar o posto de Secretário da Fazenda desde a metade do Governo Nestor até o final do mandato de Florentino. Além de exercer o mandato de deputado, foi nomeado pelo Presidente do Estado para o cargo de Diretor da Companhia Territorial.³⁹

Amphilóquio Alves Moreno, político do sul do Estado.⁴⁰

Augusto Emilio Estellita Lins, nasceu em Recife, advogado, jurista, professor de direito, funcionário do Banco do Brasil, veio morar no Espírito Santo em 1916 e em 1934 transferiu-se

para Vitória. Foi prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, deputado estadual, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e presidente da Academia Espírito-Santense de Letras.⁴¹

Augusto Ferreira Lamego, político pertencente ao município de Santa Cruz, hoje denominado Aracruz, norte do Estado. Agrimensor, agricultor e comerciante, foi chefe político local, vereador e duas vezes deputado estadual.⁴²

Augusto Manoel de Aguiar Filho, irmão mais velho de Aristeu. Quando tomou posse no Congresso Legislativo, integrava o quadro do exército brasileiro na patente de major. Residia na capital da República onde ocupava o cargo de Presidente do Centro Espírito-Santense e, a partir de agosto de 1929, a função de representante da Associação Comercial de Vitória junto a Federação das Associações Comerciais do Brasil. Vinha a Vitória para exercer as funções de deputado.⁴³

Bricio de Moraes Mesquita, médico e político em Cachoeiro de Itapemirim, onde foi prefeito e primeiro presidente do Banco da mesma cidade, criado em junho de 1929.⁴⁴

Eugenio Pinto Netto, político da região de Vitória e Vice-Presidente do Estado na gestão Florentino. Participou em 1893, durante a gestão Moniz Freire, do Conselho Municipal, que tinha como função trabalhar pelo desenvolvimento da capital,⁴⁵ dentro do projeto maior de formar uma centralidade em Vitória.

Fernando de Abreu, nasceu em Campos, localidade pertencente a Minas Gerais, farmacêutico e professor. Transferiu-se para Cachoeiro de Itapemirim onde foi prefeito municipal.⁴⁶ Participou da oposição aos Monteiro até o governo Nestor Gomes. Deputado estadual desde 1922, passou para a oposição com o nascimento da Aliança Liberal e foi um dos seus defensores mais ferrenhos.

Francisco Gonçalves, advogado e político de Cachoeiro de Itapemirim. Deputado estadual desde 1922. Foi deputado federal no interregno democrático dos anos 1930.⁴⁷

Henrique Augusto Wanderley, advogado, político de Alegre, sul do Estado, onde foi vereador, presidente da Câmara e prefeito municipal.⁴⁸ Deputado estadual desde 1922 e presidente do Congresso Legislativo em 1926.

Ildefonso Ramos Carvalho de Brito, foi Secretário da Fazenda no Governo Nestor Gomes.⁴⁹

João Marcellino de Freitas, chefe político de São José do Calçado, região sul do Estado.⁵⁰ Deputado estadual desde 1922.

José Pedro Fernandes Aboudib, advogado e membro fundador do Instituto dos Advogados do Estado do Espírito Santo. Foi eleito deputado federal em 1930 e vereador por Vitória na curta legislatura que se iniciou em 1936.⁵¹

José Rodrigues Sette, professor, advogado e membro fundador do Instituto dos Advogados do Estado do Espírito Santo. Foi redator chefe do Diário da Manhã e governou o Estado através da interventoria, durante um curto período na década de 1940.⁵²

Lauro Faria Santos, advogado, foi prefeito de Santa Leopoldina na região serrana do Estado, deputado estadual desde 1925 e deputado federal durante os trabalhos constituintes de 1934.⁵³

Manoel Nunes do Amaral Pereira, em 1928 iniciava o seu terceiro mandato como deputado estadual.⁵⁴

Manoel Vivacqua, político do sul do Estado, presidente da Câmara Municipal de Muniz Freire durante três legislaturas, compreendendo o período de 1915 a 1920.⁵⁵

Octavio Índio do Brasil Peixoto, nasceu na Serra, foi prefeito de Santa Leopoldina e da capital durante a gestão Florentino na presidência. Já tinha sido deputado estadual em duas legislaturas.⁵⁶

Oscar Baraúna, político da região serrana do Estado, tendo sido prefeito do município de Santa Isabel de 1923 a 1928. À época Campinho – hoje Domingos Martins – era distrito de Santa

Isabel, atualmente a situação se inverteu, Santa Isabel se tornou distrito de Domingos Martins e este o município.⁵⁷

Sylvio Monteiro Ávidos, filho de Florentino, nasceu em Cachoeiro de Itapemirim e era médico.⁵⁸

Ubaldo Ramallete Maia, nasceu em Santa Leopoldina, região serrana do Estado, advogado em Vitória, procurador do Estado, promotor e jornalista. Secretário Geral do Estado no Governo Jerônimo, Vice-Presidente do Estado entre 1912-1913 e Secretário de Instrução no período Florentino. Antes de assumir a cadeira no Congresso Legislativo em 1928, já tinha sido deputado estadual de 1913 a 1915 e federal no período 1920 a 1924.⁵⁹

Vicente Caetano, nasceu em São José do Calçado, sul do Espírito Santo, advogado, desembargador, jornalista e professor. Foi prefeito de Alegre e interventor em São Mateus.⁶⁰

Xenocrates João Calmon de Aguiar, nasceu na Serra. Advogado e jornalista, passou a atuar profissionalmente na cidade de Colatina, onde foi prefeito e por diversas legislaturas membro da Câmara Municipal. Deputado estadual por dois mandatos e federal por um curto período. Com a Revolução de 1930, transferiu residência para o Rio de Janeiro onde se tornou desembargador.⁶¹

Após descrição biográfica dos deputados, pudemos constatar que, no final da década de 1920, grande parte dos políticos capixabas pertencia às prósperas regiões sul e central. Com o desenvolvimento econômico em direção ao norte e com a construção da Estrada de Ferro Vitória Minas, Colatina, na fronteira, estava se fortalecendo. A construção da ponte sobre o rio Doce, iniciada no governo Florentino e já possibilitando, mesmo que provisoriamente, o tráfego de veículos, tornava realidade à ocupação do extremo norte. Colatina já mais desenvolvida e a região ao norte do Vale do Rio Doce que estava iniciando agora uma fase de crescimento, ainda possuíam um número limitado de representantes, todavia, com o passar dos anos, essas tiveram na sua participação um contínuo movimento ascendente. Xenocrates Calmon, discursando em fevereiro de 1929, assinalou que a lavoura cafeeira do município de Colatina já era uma das maiores do Estado.⁶² Entretanto, o aumento da pujança econômica ainda não estava de todo refletida no parlamento.

É importante destacar que o Espírito Santo possuía um pequeno contingente populacional e Vitória era uma pequena e pacata cidade, também com diminuta população. Esse fato propiciava que houvesse uma convergência dos mesmos atores sociais participando simultaneamente dos principais “nichos” de poder existentes dentro do Estado. Dentre esses, o Executivo, o Congresso Legislativo estadual, o Poder Judiciário, a Associação Comercial de Vitória, o Instituto histórico e Geográfico do Espírito Santo, a Academia Espírito-Santense de Letras, o Instituto dos Advogados do Estado do Espírito Santo, o Jornal Diário da Manhã e a revista Vida Capichaba.

Convém notar que as entidades privadas citadas acima surgiram no Estado somente no século XX e algumas apenas na década de vinte. O Diário da Manhã em 1907, a Associação Comercial no ano de 1909, o Instituto Histórico em 1916, a Academia de Letras no ano de 1921, a revista Vida Capichaba no ano de 1923 e o Instituto dos Advogados em 1927. Existia algo novo no plano cultural nascendo na provinciana Vitória.

Todos os políticos capixabas, pertencentes ao Poder Legislativo, apoiavam, nessa época, as decisões tomadas pelo Partido Republicano Espírito-Santense e, conseqüentemente, o Presidente Aristeu Borges de Aguiar. Este iniciou o seu período a frente do Governo como uma unanimidade dentro da classe política pertencente às Casas Legislativas no âmbito federal e estadual. Nas Câmaras Municipais, tanto de Vitória quanto do interior do Estado, existia o mesmo apoio, como pudemos constatar nas inúmeras mensagens telegráficas, registradas no Diário da Manhã, provenientes de todo o Espírito Santo em consonância à escolha e depois à eleição de Aristeu.

O próprio Aristeu, em entrevista ao jornal carioca O Paiz, sublinha essa unanimidade afirmando que, em relação a sua candidatura: “[...] Não houve a discrepância de um município, de um membro do Congresso Estadual, de um elemento da representação no Senado e na Câmara Federal.”⁶³ O jornalista, na seqüência, afirmou com propriedade que isso era “[...] um facto de extrema raridade na vida política nacional”.⁶⁴ Está claro que a candidatura Aristeu conseguiu um feito digno de comemoração dentro da prática política brasileira, todavia essa concordância, como veremos, não se mostrou duradoura.

É interessante constatar que dois dos personagens que se tornaram, após o surgimento da Aliança Liberal, os seus principais expoentes no Estado, quando da escolha de Aristeu, eram deputados governistas e mandaram telegramas apoiando a sua candidatura. Antes da dissensão a nível nacional, Geraldo Vianna e Fernando de Abreu eram fiéis participantes da situação capixaba.

Em 02 de setembro de 1927, Geraldo Vianna passa o seguinte telegrama a Aristeu felicitando-o pela sua escolha para sucessão de Florentino.

Rio 2 – Assentada entre nós a sua candidatura á successão presidencial do nosso Estado e satisfazendo o pensamento da representação federal, envio ao presado amigo os meus cordiaes parabens, exprimindo a grande confiança que me inspira o seu nome para a defesa dos altos interesses do Espirito Santo e cohesão do nosso partido. Abraço-o cordialmente. Geraldo Vianna.⁶⁵

Fernando de Abreu, três dias depois, manda um telegrama louvando Aristeu, parabenizando-o pela sua escolha e tecendo-lhe rasgados elogios.

C. Itapemirim, 5 – Queira aceitar minhas vivas felicitações pela auspiciosa inspiração dos directores políticos do Estado, elegendo-te candidato a successão presidencial. Do seu talento e nobre character tudo pode esperar o Espirito Santo. – Fernando de Abreu.⁶⁶

Na mesma data, o diretório de Cachoeiro de Itapemirim também envia um telegrama congratulando-se com o candidato à presidência. Neste, dentre outras assinaturas, se encontra a de Fernando de Abreu.

C. Itapemirim, 5 – O directorio do partido politico situacionista felicita o eminente conterraneo pela auspiciosa deliberação dos chefes da politica do Estado, elegendo-o candidato á successão presidencial. Saudações, - Reynaldo Machado, Fernando de Abreu, Francisco Gonçalves.⁶⁷

É fato que Geraldo Vianna, logo após o surgimento da Aliança Liberal, resolveu apoiar firmemente esta corrente. No entanto, é verdadeiro, também, que Vianna era um fiel partidário e defensor da corrente majoritária da política capixaba até poucos dias antes de se bandear para a oposição, como percebemos analisando os seus telegramas e discursos. Em 30 de junho de 1929, na ocasião de aniversário do primeiro ano do mandato Aristeu, felicitava o Chefe do Executivo estadual, elogiando o seu governo e taxando-o de fecundas realizações e, em discurso de 08 de agosto do mesmo ano, praticamente um mês depois, na Câmara Federal, faz críticas contundentes ao governo, inclusive por acercar-se de parentes na administração.⁶⁸

Mais interessante ainda, para comprovar que sua mudança de opinião foi repentina, é a intrigante seqüência de telegramas, em que Vianna professa opiniões divergentes em apenas dois dias. Na decisão tomada pelo governo do Estado de apoiar o candidato Julio Prestes para a sucessão de Washington Luís, Aristeu recebeu alguns telegramas referentes a essa questão. Geraldo Vianna em 26 de julho de 1929 comunica ao Presidente do Estado: “Rio, 26 – Regressando viagem encontrei seu cabogramma. Applaudo deliberação tomadas bancadas unanimes Camara Senado nossa representação affirmando apoio sua orientação relativamente sucessão presidencial Republica. Abraços.”⁶⁹ Do mesmo modo, no dia 27, os representantes federais, inclusive Vianna, enviam o seguinte telegrama:

Rio, 27 – Senadores e Deputados Federaes reunidos deliberaram com entusiastica cordialidade applaudir attitude tomada por V. Exa. na questão da sucessão presidencial e tão patrioticamente inspirada nos mais altos interesses da Republica. Attenciosas saudações. – Bernardino Monteiro, Manoel Monjardim, Florentino Ávidos, Pinheiro Junior, Bernardes Sobrinho, Abner Mourão e Geraldo Vianna.⁷⁰

Entretanto, apenas um dia depois, Geraldo Vianna muda de atitude, sem demonstrar razões fortes para isso e, em comunicação a Aristeu, informa a sua adesão à corrente aliancista.

Rio, 28 – Apresentada pelas correntes liberaes do paiz a candidatura do Sr. Dr. Getulio Vargas á Presidencia da Republica, dentro de normas politicas que merecem as mais francas e leaes sympathias, deliberei dar-lhe a minha adhesão. Ao mesmo tempo que communico ao eminente amigo a minha attitude, renuncio a qualidade de membro da Comissão Executiva do Partido Republicano do Espirito Santo por divergir da sua orientação. Saudações cordiaes.⁷¹

Na resposta a este último, um incrédulo Aristeu cita a seqüência “sui generis” de telegramas de Vianna, deixando transparecer como a transformação foi repentina, pois, mal tinha respondido os favoráveis à sua decisão, chegaria um novo em total contradição aos anteriores.

Já agradecei telegramma de 27 de julho em que prezado amigo me communicava que Senadores e Deputados Federaes reunidos haviam deliberado com entusiastica cordialidade applaudir attitude tomada por mim na questão da sucessão presidencial, tão patrioticamente inspirada nos mais altos interesses da Republica. Bem como outro telegramma em que prezado amigo isoladamente reafirmava solidariedade, dizendo applaudir deliberação tomada bancadas unanimes Camara e Senado, nossa representação e affirmava apoio minha orientação relativamente sucessão presidencial Republica [...]. Agradeço agora telegramma de hontem em que me comunica haver deliberado dar seu apoio á candidatura do Dr. Getulio Vargas á Presidência da Republica, bem como

renuncia membro Comissão Executiva Partido que o elegeu Deputado Federal por este Estado. Cordiaes saudações.⁷²

Torna-se difícil inferir o que realmente estaria por trás deste repentino novo rumo tomado por Vianna. Poderíamos argumentar o fato do lançamento público da candidatura Getúlio Vargas/João Pessoa ter acontecido em 30 de julho, ou seja, próximo à comunicação dos telegramas. Entretanto, a negociação dentro do âmbito político já acontecia havia algum tempo e, nesses fins de julho, os rumores dos acontecimentos já deviam estar claros, principalmente para os políticos federais. Ao apoiar a escolha feita pelo executivo capixaba apenas um dia antes, demonstra, no mínimo, uma falta de coerência na sua prática política.

À época as retaliações não demoravam e eram realizadas das formas mais esdrúxulas. Em início de setembro Aristeu visitou Muqui para a inauguração do Banco local e na metade do mesmo mês o Prefeito municipal modificou o nome da Praça Geraldo Vianna, localizada no centro da cidade, para Praça da Liberdade. Entretanto, em novembro de 1930, tão logo os revolucionários tomaram o poder, através do decreto número 1, a Junta Governativa do município devolveu à praça o seu nome original.⁷³

Estamos focando nesses dois deputados, pela importância que tiveram no desenrolar dos acontecimentos, pois foram participantes da linha de frente da Aliança Liberal no Estado e que, antes do surgimento da dissensão nacional, não faziam oposição a nível estadual, nem federal. Com a sua passagem para a oposição, Vianna passa a criticar com veemência os personagens que anteriormente defendia, entretanto essa se restringia a questões pessoais. Já Fernando de Abreu, em seus famosos discursos realizados no Congresso Legislativo, fazia críticas mais abrangentes, focando o próprio funcionamento do sistema político nacional.

Na resposta ao último telegrama de Vianna relativo à sucessão presidencial, Aristeu deixa bem claro ao deputado que sua eleição a bancada federal se deve tão somente ao Partido Republicano Espírito-Santense. O que, por sinal, era uma situação característica da prática política na Primeira República e que tem sido mencionada a todo momento neste trabalho. Desse modo, com a dissensão de Vianna, quando da época de realizar-se nova eleição para a Câmara Federal, o

Partido Republicano capixaba retirou o seu nome da lista de candidatos. Mesmo assim, Vianna tentou a reeleição, entretanto, como era notório, no pleito realizado em março de 1930, os indicados pelo partido foram os eleitos. Vianna argumentou a existência de fraudes, porém não obteve sucesso junto à Comissão de Verificação de Poderes da Câmara.

A chapa, apresentada pelo Partido Republicano Espírito-Santense para a renovação do terço do Senado e de todos os membros da Câmara Federal, na eleição que se realizou em março de 1930, foi a seguinte: Para o Senado a reeleição de Bernardino Monteiro, para a Câmara a recondução de Abner Mourão e José Gomes Pinheiro Junior e, como novos representantes, Xenocrates Calmon de Aguiar e José Pedro Fernandes Aboudib.⁷⁴ Nessa eleição também se deu a escolha do Presidente e Vice-Presidente da República, saindo vitoriosa a chapa Julio Prestes e Vital Soares, vencendo a disputa contra Getulio Vargas e João Pessoa.

II.2 Quem era Aristeu?

Aristeu Borges de Aguiar nasceu em 23 de maio de 1892 e se tornou o primeiro Presidente do Estado nascido sob o regime republicano. Natural da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, era filho de Augusto Manoel de Aguiar e Luiza da Silva Borges de Aguiar.

Iniciou os seus estudos na sua cidade natal com o professor Amancio Pereira, entrando no Colégio Aristides Freire para o curso secundário. Este foi concluído no ano de 1910, no Colégio São Vicente de Paulo, na localidade de Petrópolis. No ano seguinte, entrou para a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro onde concluiu o curso jurídico em 1915. Já em 1916, foi nomeado pelo Presidente do Estado, à época Bernardino Monteiro, para promotor público da capital. Em 1918, deixou a promotoria para ser indicado como lente interino de História Universal e do Brasil do Gymnasio do Espírito Santo onde, dois anos depois, foi efetivado através de concurso, defendendo a tese “De correção impecável e absoluta sinceridade são as tradições do Brasil nas relações internacionais”. Ainda em 1920, foi nomeado o novo procurador geral do Estado, sendo o mais moço a ocupar o cargo e, no mesmo ano, se tornou redator chefe do Diário da Manhã. Em 1921, teve a preferência para o cargo de diretor do Gymnasio do Espírito Santo, de onde saiu para assumir, em junho de 1926, a Secretaria de Instrução do

governo Florentino Ávidos. Apenas um mês depois, foi designado para a Secretaria da Presidência, onde estava até ser escolhido candidato do Partido Republicano à Presidência do Estado.⁷⁵

Foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e primeiro ocupante da cadeira número 07 (sete) da Academia Espírito Santense de Letras, na qual participou da reunião que culminou com a sua fundação em julho de 1921, em conjunto com personagens destacadas da vida capixaba à época, como Alarico de Freitas (advogado e parlamentar), Garcia de Rezende (escritor e jornalista), Elpídio Pimentel (publicitário e educador), D. Benedito Paula Alves de Souza (Bispo Diocesano), Thiers Velloso (advogado, jornalista e político), Fernando Coelho (jurista e escritor), Aristides Freire (professor e jornalista), Arquimimo Mattos (médico e publicista), Cassiano Castelo (magistrado e jornalista) e Jugurtha Couto (advogado e funcionário público federal). A posse do primeiro grupo de acadêmicos capixabas se deu em agosto do mesmo ano.⁷⁶

Analisando os dados da sua biografia, constatamos que sua carreira teve uma rápida ascensão. Foi nomeado diversas vezes para ocupar posições importantes dentro do Aparelho de Estado, ao mesmo tempo que galgava postos através de concursos. É inegável que possuía talento, pois, além deste ser a todo momento reiterado nas reportagens de época, os políticos procuravam escolher como assessores pessoas capazes para os cargos.

Aristeu era tido como homem de prestígio e reputação ilibada, tomou posse na presidência, como vimos, com total apoio e grandes esperanças. Os jornais e revistas aclamavam as suas qualidades e virtudes, como escreveu a revista *Vida Capichaba* em reportagem de maio de 1928:

“bem moço ainda no florir promissor das suas 35 primaveras, Aristeu Aguiar já era um vulto de destaque na vida mental do Espírito Santo, antes de ser evidenciado como candidato do Partido Republicano do Espírito Santo. Por seus méritos incontestáveis, pela sua cultura, pelo seu civismo, tantas vezes demonstrado na cathedra de professor, é que o seu nome surgiu e foi logo aclamado entre os proceres da nossa política, como de um candidato capaz de satisfazer as nobres aspirações do povo, orientando o nosso estado para um grandioso futuro e dando à sua política novos moldes, talhados na grande escola da liberdade e do patriotismo.”⁷⁷

O jornal Diário da Manhã, em repetidas edições, descrevia elogiosamente as competências de Aristeu. Por ser um jornal que tinha como obrigação elogiar as decisões tomadas pela situação dominante, os panegíricos dirigidos a Aristeu certamente não merecem muita credibilidade. Entretanto, eles mencionavam certas qualidades que eram sempre reiteradas e comuns a todas as fontes, como exemplo, o seu prestígio junto à mocidade capixaba, devido a sua capacidade demonstrada no magistério.

Nos tempos da faculdade, o aluno Aristeu já sobressaía junto aos colegas. Os bacharéis da turma de 1915 da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, ofereceram, após Aristeu ser escolhido como candidato a presidência estadual, um almoço em sua homenagem com a presença de dezessete colegas. Neste, o discurso coube ao também espírito-santense Alcides Gentil, que relaciona algumas qualidades do homenageado.

[...] Em verdade, a tua ascensão na vida publica longe está de constituir uma dessas surpresas com que, as mais vezes, os acasos da sorte espantam os seus premiados: - eras no seio da nossa communhão, quando vingavas connosco o tirocinio academico um collega em cujo cabedal de estados, feitio de character e lucidez de inteligencia preexistiam elementos de rapido triumpho para o futuro.⁷⁸

O que despontava, na análise da documentação da época e que nos chamou a atenção, foi o clima de unanimidade em relação a uma pessoa e o que esta poderia fazer a frente do governo. Aristeu estava no melhor dos mundos, sem oposição nas Casas Legislativas, com a economia em pleno desenvolvimento e com respaldo junto à população do seu Estado.

II.3 Aristeu é empossado

Em 30 de junho de 1928, a cidade parou para a posse do novo governo que se iniciava cheio de expectativas e esperanças. Vinha com uma grande responsabilidade de substituir o anterior aclamado como um período de profícuas realizações. O sentimento geral era de alegria e concórdia. O jornal da situação vinha em um crescendo de elogios desde o dia da escolha do candidato até o momento culminante da tão esperada posse. A foto 03 foi escolhida, entre muitas publicadas no Diário nesse período, e mostra Aristeu já como presidente eleito.⁷⁹



Foto 03

Entretanto, logo na escolha dos ocupantes para os cargos do primeiro e segundo escalões, Aristeu tomou a primeira decisão como Presidente do Estado que gerou desconfianças quanto a sua conduta futura, pois optou por um grande número de assessores dentro de seu âmbito familiar. O nepotismo que grassou desde o início de seu mandato serviu de munição para críticas dos opositoristas, os quais tiveram um crescimento no decorrer de seu Governo, tendo em vista os desacordos políticos que propiciaram o surgimento da Aliança Liberal e, por outro lado, o despontar da crise econômica mundial, afetando a economia espírito-santense a partir de outubro de 1929. Examinando os nomes dos ocupantes do secretariado e dos principais cargos da administração, podemos constatar a grande presença de parentes na máquina governamental.

João Dukla Borges de Aguiar, Diretor de Departamento de Saúde Pública do Estado, médico, irmão de Aristeu. Antes de ser escolhido para a direção do Departamento de Saúde já tinha exercido as seguintes funções: Deputado estadual, professor da Escola Normal, comissário federal do ensino no Espírito Santo, Diretor de Higiene Municipal e Inspetor Federal da Saúde do Porto.⁸⁰

Orlando Borges de Aguiar, Secretário de Agricultura, Terras e Obras, engenheiro, irmão de Aristeu.⁸¹

Audifax Borges de Aguiar, chefe do Serviço de Defesa do Café, economista, irmão de Aristeu. Ao mesmo tempo que exercia a chefia do Serviço de Defesa presidia a Companhia Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais. Tomou posse, em agosto de 1929, no cargo de diretor da Associação Comercial de Vitória.⁸²

Eurico de Aguiar Sales, oficial de gabinete, era sobrinho de Aristeu, filho de Ocarlina, sua irmã, e de Clímaco Sales. Eurico Sales, que hoje é nome de bairro no município da Serra, na Grande Vitória, e também do Aeroporto de Vitória, foi professor e político atuante, tanto a nível estadual quanto federal, chegando ao posto de Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em novembro de 1957, por nomeação do Presidente Juscelino Kubitschek. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.⁸³

Mirabeau da Rocha Pimentel, Secretário do Interior, concunhado de Aristeu, advogado, promotor, juiz. Foi Secretário da Presidência no governo Florentino Avidos e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Em 1960 era Diretor do Contencioso do Banco da Lavoura de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, onde residia.⁸⁴

Attilio Vivacqua, Secretário de Instrução, nasceu em Muniz Freire, mas iniciou sua vida profissional e sua carreira política em Cachoeiro de Itapemirim. Colega na faculdade e amigo pessoal de Aristeu. Foi professor, advogado, deputado estadual desde 1922 e participou do segundo escalão do governo Florentino. Posteriormente foi deputado federal e senador de 1946 a

1961. Foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e autor de importantes obras no campo do Direito.⁸⁵

Nelson Goulart Monteiro, Secretário da Presidência, advogado, filho do Senador Bernardino Monteiro, era deputado estadual desde 1919 e líder da maioria na legislatura que se encerrou em 1928.⁸⁶

José Vieira Machado, Secretário da Fazenda, nasceu na localidade de Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, advogado, funcionário concursado do Banco do Brasil, ocupava, à época, o cargo de gerente na praça de Vitória. Foi Ministro interino da Fazenda no ano de 1947.⁸⁷

É fato que esse grande número de parentes contribuiu negativamente para a imagem de seu governo, a despeito da competência que porventura poderia demonstrar a equipe. Os irmãos escolhidos, por exemplo, eram pessoas que sobressaíam nos seus estudos e profissões. João Dukla, médico de destaque no Estado, Ormando recebeu da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, como prêmio, uma viagem à Europa pelo seu bom desempenho e Audifax considerado o melhor aluno do curso fundamental.⁸⁸ Deste último, utilizamos, inclusive, um texto nesta pesquisa.

Mirabeau Pimentel e Nelson Monteiro, além de serem muito próximos a Aristeu, tinham grande reputação e eram muito respeitados na sociedade capixaba da época.

Os demais foram nomes que posteriormente tiveram a sua competência comprovada. José Vieira Machado e Eurico Sales chegaram a ocupar o posto de ministro interino e Atílio Vivacqua foi senador e jurista de grande capacidade e renome nacional. Este último tentou, durante o período como secretário, uma transformação na estrutura educacional capixaba através da chamada Escola Ativa ou Escola Nova. Essa implantação estava sendo elogiada inclusive pelo jornal oposicionista A Gazeta no período de disputas políticas mais acirradas. Essa e outras realizações do novo governo, que serão analisadas no capítulo seguinte, foram prejudicadas por uma avalanche de acontecimentos que sacudiram os anos 1929 e 1930.

Luiz Serafim Derenzi, engenheiro que trabalhou em obras executadas nos governos de Nestor Gomes, Florentino Avidos e Aristeu Aguiar, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-Santense de Letras, comentou assim a composição do secretariado do governo Aristeu: “Os escolhidos eram todos capazes e dignos, mas o povo os recebeu com reserva, porque pertenciam à mesma família, com exclusão de três nomes, [...] da mais estreita intimidade do Presidente. Foi o primeiro erro cometido pelo governo, porque atingiu a malícia das massas populares.”⁸⁹

Aristeu iniciou o seu período à testa do executivo com a “locomotiva estadual a todo vapor”. No entanto, no decorrer do seu mandato foi atingido por dificuldades políticas e econômicas que complicaram a boa sequência existente. A crise econômica afetando as finanças, o surgimento da Aliança Liberal trazendo as dissensões políticas entre as grandes oligarquias nacionais para dentro do Estado, a crítica sofrida pelo nepotismo existente e, por fim, a ocorrência do fatídico comício de 13 de fevereiro de 1930, impeliram Aristeu para um período sombrio, que culminou em um desfecho novelesco com sua fuga em um cargueiro italiano de nome Atlanta, quando as tropas revolucionárias estavam na iminência de entrar na Capital. Como Aristeu lidou com todas essas questões é o que veremos com detalhes no próximo capítulo.

Notas ao capítulo II:

- 1 Silva, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória. FCAA. 1995. p. 130.
- 2 Gonring, José Irmo . “A Gazeta – 60 anos, 1928-1988. Sessenta anos de História. Sessenta anos de História do Espírito Santo, do país e do mundo refletidos nas primeiras páginas de A Gazeta.” In: A Marca Impressa da história apud Campos Junior, Carlos Teixeira. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Florecultura.Vitória. 2002. p. 57.
- 3 *Diário da Manhã*. 06/10/1927.

- 4 *Vida Capichaba*. 26/12/1929. Ano VII. nº 207.
- 5 *Diário da Manhã*. 12/09/1928. p. 1.
- 6 *Século Diário*. Reportagens especiais. As confissões de Carlos Lindenberg. Disponível em: <www.seculodiario.com/reportagens/index_lindenberg01.htm> acesso em 01/09/2003.
- 7 Saletto, Nara. *Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República*. (inédito) p. 16 – 18 passim.
- 8 *Diário da Manhã*. 26/05/1927.
- 9 *Diário da Manhã*. 21/11/1928.
- 10 *Diário da Manhã*. 18/01/1927.
- 11 *Ata do Congresso Legislativo Estadual*. 28/09/1928.
- 12 *Diário da Manhã*. 20/09/1927.
- 13 Espírito Santo (Estado) Presidente (Nestor Gomes) Mensagem...23 de maio de 1924 In: *Anais do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo*. Sessão Ordinária 1924. p. 104. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1413/000001.gif>> acesso em: 26/05/2006.
- 14 Miranda, Naly da Encarnação. *Comentários Históricos da Serra*. p. 23 – 54 passim.
- 15 Aguiar Filho, Walter de. Aguiar, os nativos da Vila. In: *Morro do Moreno. História e Cultura do ES*. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/aguiar.htm>> acesso em: 05/10/2006.

- 16 Ibid.
- 17 *Diário da Manhã*. 24/04/1929. e Aguiar Filho, Walter de. Aguiar, os nativos da Vila. In: *Morro do Moreno. História e Cultura do ES*. Disponível em: <http://www.morrodomoreno.com.br/aguiar.htm> acesso em: 05/10/2006.
- 18 *Diário da manhã*. 07/09/1927.
- 19 Ibid. Grifos nossos.
- 20 *Diário da Manhã*. 06/09/1927. Grifos nossos.
- 21 Ibid. Grifos nossos.
- 22 *Diário da Manhã*. 10/09/1927. Grifos nossos.
- 23 *Diário da Manhã*. 17/09/1927.
- 24 *Diário da Manhã*. 20/09/1927. Grifos nossos.
- 25 *Diário da Manhã*. 21/09/1927. Grifos nossos.
- 26 *Diário da Manhã*. 07/10/1928.
- 27 *Senado Federal*. Biografia senadores. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1867&li=34&lcab=1927-1929&lf=34 acesso em: 14/10/2006.
- 28 Derenzi, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro. Pongetti. 1965. p. 228.

- 29 Senado Federal. Biografia senadores. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2078&li=35&lcab=1930-1930> acesso em 04/08/2006.
- 30 Achiamé, Fernando Antônio de Moraes. *Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)*. Dissertação de mestrado. UFES. 2005. p. 93
- 31 Ribeiro, Francisco Aurélio. Coord., *Patronos & Acadêmicos – Antologia*. AEL. Vitória/ES. 2002. p. 75 e 76 e *Jornal Diário da Manhã*. 03/07/1930. p. 1.
- 32 Saletto, Nara. *Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República*. (inédito) p. 16 – 18 passim.
- 33 Derenzi, Luiz Serafim. *Caminhos Percorridos. Memórias Inacabadas*. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/memoria/derenzi/memorias/derenzi_4.html> acesso em 02/11/2006.
- 34 *Diário da Manhã*. 21/09/1927. e Rambalducci, Ney Costa. *Muqui. Passado de Glória. Futuro de Esperança*. Edições Achiamé Ltda. Rio de Janeiro/RJ. 1991. p. 23 – 30 passim.
- 35 *Diário da Manhã*. 08/09/1928.
- 36 *Livro de Atas do Congresso Legislativo Estadual* de setembro a dezembro de 1928.
- 37 Valle, Euripedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-Santenses*. Vitória. 1971. p. 137.; Neves, Luiz Guilherme. *Vitória e o Espírito Santo no final dos anos 20*. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/texto/texto.php?id=703>> acesso em: 04/10/2006 e Ribeiro, Francisco Aurélio. Coord., *Patronos & Acadêmicos – Antologia*. AEL. Vitória/ES. 2002. p. 28.

- 38 Tallon, Miguel Depes e Costa, Luciana Osório. (Org.) *O Espírito Santo na Revolução de 30*. Vitória. Assembléia Legislativa. 1980. p. 101; Santos, Jair Malisek. *O polemico morrinho*. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/memoria/jair_santos/vila_velha/morrinho.html> acesso em: 13/10/2006; *Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Fazenda*. PROMAF/ES. Disponível em: <<http://www.sefa.es.gov.br/painel/vultos15.htm>> acesso em: 13/10/2006; *Diário da Manhã*. 24/09/1930 e *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo*. Volume I. 1936. p. 15.
- 39 *Diário da Manhã*. 30/10/1929.
- 40 *Diário da Manhã*. 24/01/1928.
- 41 *Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Fazenda*. PROMAF/ES. Disponível em: <<http://www.sefa.es.gov.br/painel/vultos75.htm>> acesso em: 13/10/2006 e Ribeiro, Francisco Aurélio. Coord., *Patronos & Acadêmicos – Antologia*. AEL. Vitória/ES. 2002. p. 89 e 90.
- 42 Cruz, Maurilen de Paulo (org.) *Faça-se Aracruz! (Subsídios para estudos sobre o município)* Edições Tempo Novo. Serra/ES. 1997. p. 202 e 203.
- 43 *Diário da Manhã*. 03/07/1928; 17/08/1929 e 24/09/1930.
- 44 *Folha do ES*. Disponível em: <<http://www.folhaes.com.br/folhaes/noticias.asp?nID=4473>> acesso em: 02/11/2006 e *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura, em 07 de setembro de 1929, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 239. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm>> acesso em: 15/11/2006.

- 45 Elton, Elmo. *Logradouros Antigos de Vitória*. IJSN. Vitória. 1986. p. 93.
- 46 Ribeiro, Francisco Aurélio. Coord., *Patronos & Acadêmicos – Antologia*. AEL. Vitória/ES. 2002. p. 209.
- 47 *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo*. Volume I. 1936. p. 05.
- 48 Bravo, Carlos Magno Rodrigues. *Resgate Histórico do Governo Municipal de Alegre (1891 -1920)*. Fundação Banco do Brasil/Prefeitura Municipal de Alegre. s/d. p. 55 – 59 passim.
- 49 Rezende, Sezefredo Garcia de. *Memórias (1897-1978)* Vitória. 1981. p. 26.
- 50 Garcia, Milton Teixeira; Garcia, Maria Lúcia Teixeira. *O Vale do Itabapoana e a história de São Pedro de Itabapoana e São José do Calçado*. Vitória. EDUFES. 1997. p. 106.
- 51 Neves, Luiz Guilherme Santos. *Vitória e o Espírito Santo no final dos anos 20*. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/texto/texto.php?id=703>> acesso em: 04/10/2006 e *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo*. Volume I. 1936. p. 15.
- 52 Neves, Luiz Guilherme Santos. *Vitória e o Espírito Santo no final dos anos 20*. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/texto/texto.php?id=703>> acesso em: 04/10/2006.
- 53 *Presidência da República*. Casa Civil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o34.htm> acesso em: 06/10/2006.

- 54 *Estado do Espírito Santo*. Assembléia Legislativa. Arquivo Geral. Cadastro de Deputados – Governo Republicano Federativo e Diário da Manhã. 24/01/1928.
- 55 *Câmara Municipal de Muniz Freire*. Governadores Municipais. Disponível em: <http://www.camaramf.es.gov.br/histcamara.htm> acesso em 02/11/2006.> acesso em: 30/10/2006.
- 56 *Diário da Manhã*. 06/09/1927.
- 57 Santos, Ezequiel Sampaio dos Santos; Kill, Miguel A.; Bigossi, Rutiléa; Murari, Jonaz Braz. *História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins*. Brasília Editora Ltda. Vitória. 1992. p. 35.
- 58 Calixte, Marien. *Florentino Avidos. Um homem à frente do seu tempo*. Editora Cidade Alta. Vitória/ES. 1998. p. 43.
- 59 Valle, Euripedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-Santenses*. Vitória. 1981. p. 19.
- 60 *Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Fazenda*. PROMAF/ES. Disponível em: <http://www.sefa.es.gov.br/painel/vultos63.htm> acesso em: 13/10/2006.
- 61 *Diário da Manhã*. 09/02/1930 e Valle, Euripedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-santenses*. Vitória. 1981. p. 141.
- 62 *Diário da Manhã*. 09/02/1929.
- 63 *Diário da Manhã*. 05/02/1928.
- 64 Ibid.

- 65 *Diário da Manhã*. 06/09/1927.
- 66 Ibid.
- 67 Ibid.
- 68 *Diário da Manhã*. 14/08/1929.
- 69 *Diário da Manhã*. 08/09/1929.
- 70 Ibid.
- 71 Ibid.
- 72 *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura, em 07 de setembro de 1929, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 45. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm>> acesso em: 15/11/2006.
- 73 Rambalducci, Ney Costa. *Muqui. Passado de Glória. Futuro de Esperança*. Edições Achiamé Ltda. Rio de Janeiro/RJ. 1991. p. 57.
- 74 *Diário da Manhã*. 02/02/1930.
- 75 *Diário da Manhã*. 06/09/1927 e 24/04/1929 e Ribeiro, Francisco Aurélio. Coord., *Patronos & Acadêmicos – Antologia*. AEL. Vitória/ES. 2002. p. 51.
- 76 *Governo do Estado do Espírito Santo*. Secretaria de Estado da Fazenda. PROMAF/ES. Disponível em: <<http://www.sefaz.es.gov.br/painel/lite40.htm>> acesso em 07/08/2006.
- 77 *Vida Capichaba*, ano VI, nº 126, 23 de maio de 1928.

- 78 *Diário da Manhã*. 14/02/1928.
- 79 *Diário da Manhã*. 21/06/1928.
- 80 *Diário da Manhã*. 24/04/1929.
- 81 *Diário da Manhã*. 01/07/1928 e 04/08/1929.
- 82 *Diário da Manhã*. 17/08/1929.
- 83 *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. FGV-CPDOC. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/hm/biografias/Eurico_Sales.asp acesso em: 04/08/2006 e Valle, Euripedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-Santenses*. Vitória. 1971. p. 20.
- 84 *Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Fazenda*. PROMAF/ES. Disponível em: <http://www.sefa.es.gov.br/painel/vultos79.htm> acesso em: 16/10/2006; *Diário da Manhã*. 01/07/1928 e 28/02/1929 e Miranda, Naly E. *Reminiscências da Serra 1556-1983*. p. 66.
- 85 *Senado Federal. Biografia senadores*. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1492&li=38&lcab=1937-1946&lf=38 acesso em: 05/11/2006.; *Diário da Manhã*. 01/07/1928.; Valle, Euripedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-Santenses*. Vitória. 1971. p. 19 e Rezende, Sezefredo Garcia de. *Memórias (1897-1978)* Vitória. 1981. p. 33.
- 86 *Diário da Manhã*. 18/01/1927; 09/09/1927 e 01/07/1928.
- 87 *Ministério da Fazenda. Ministros de Estado da Fazenda*. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/rep038.asp> acesso em: 16/10/2006.

- 88 Derenzi, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro. Pongetti. 1965. p. 227 e 228.
- 89 Ibid. p. 228.

Capítulo III

III.1 As realizações do Governo Aristeu

Naqueles dias de junho de 1928, em terras capixabas, vivia-se, conforme inferimos, um alvoreçar de notícias boas. Vitalidade econômica, política tranqüila e um novo governo que assumia sob os melhores auspícios. O sentimento reinante era de confiança no presente e, mais ainda, no promissor futuro que despontava. O neófito Presidente procurou manter, na execução das políticas públicas, a mesma direção seguida pelo mandatário anterior. Afinal, esse foi um dos pilares que motivou a sua escolha. Todavia, o seu mandato trouxe novidades, como exemplo, a nova estrutura educacional que, em conjunto com o seu secretário da educação, tencionava implementar no Estado.

A plataforma do novo governo tinha, como pontos principais, a instrução e a educação pública, a higiene, a ordem pública, a expansão econômica, a indústria pastoril, a assistência social, o império da lei e a remodelação da capital, e a execução desse programa ficava exposta em locais públicos para facilitar a sua visualização e, ao mesmo tempo, a fiscalização, pela população capixaba, do seu cumprimento por parte do executivo.¹

Aristeu iniciou sua administração com o mesmo empenho realizador do seu antecessor. Existia uma idéia, que sobressaía entre os atores políticos estaduais, no sentido de que o caminho desenvolvimentista em que o Espírito Santo se encontrava não poderia e nem deveria ser interrompido, sob pena de entrar-se em uma fase de retrocesso. Essa reflexão, somada à concepção de que seria uma “insensatez” abandonar algumas obras em andamento, foram alegações utilizadas por Aristeu, diante das críticas por não ter diminuído, ou mesmo paralisado, o grande volume de investimentos tão logo se manifestou a crise econômica.²

As inversões e as aquisições que o governo Aristeu se propôs a realizar, ou simplesmente estava condicionado a fazê-las devido a obras ainda em andamento do mandato anterior, encontramos demonstradas na sua primeira Mensagem apresentada ao Congresso Estadual em setembro de

1929, um ano e três meses após iniciado o seu mandato. No Legislativo a cada novo ano de funcionamento, abria-se uma nova Sessão e, nesta, o chefe do executivo tinha o dever constitucional de prestar conta dos atos referentes à sua administração, realizados no ano anterior. Para dar cumprimento à obrigação, na abertura da 2ª Sessão, Aristeu enviou sua Mensagem ao Legislativo na qual se encontram as realizações até então implementadas pelo governo. Nessa, ainda percebemos o Presidente otimista com o encaminhamento pretendido para o seu mandato e com previsões para vários investimentos, pois, embora apresentada apenas um mês antes, não se esperava o despontar da crise econômica a partir de outubro do mesmo ano e suas conseqüentes dificuldades financeiras advindas para o Estado. No que se refere às divergências políticas que assomaram no Espírito Santo a partir de meados desse ano, parecia que seriam facilmente contornadas, pois ainda não tinham assumido proporções maiores, como ocorrerá em 1930.

Logo no início, o texto da Mensagem deixa claro que o Espírito Santo é um Estado pequeno e, na época, de pouca população. Vitória era a capital que possuía o menor contingente habitacional do Brasil, com apenas 23.595 moradores em 1927. Quando relata as execuções do primeiro ano de governo Aristeu, desce a detalhes e minúcias que a tornam importante representação do período, revelando um pouco do desconhecido Espírito Santo dos anos vinte, como podemos verificar examinando alguns dados nela contidos:³

Em virtude do desenvolvimento econômico pelo qual o Estado estava passando, com o conseqüente aumento da circulação de riquezas e de pessoas, existia uma demanda ascendente por um melhor atendimento da força pública. Nesse sentido foi criado o pelotão de cavalaria, para policiamento noturno da Capital, com a aquisição de 34 cavalos do Estado do Rio Grande do Sul. Foram comprados, também, 325 fuzis, 100 revólveres e 325 sabres punhais. Foi escolhido o local para o novo quartel da polícia na fazenda Maruípe, já que o atual estava em péssimas condições. O projeto para a construção estava a cargo da Comissão de Melhoramentos de Vitória.

Para o Corpo de Bombeiros, foram adquiridos dois “auto-bombas”, veículos mais modernos até então existentes, importados da Inglaterra pelo preço de 209:600\$000, quantia considerável para a época e 60 mangueiras, já que o material existente, na corporação, era precário.

A área de saúde também estava sendo atendida através da reforma da Santa Casa, da aquisição de uma nova ambulância e da conclusão da obra, iniciada no Governo anterior, de total remodelação de um prédio na Avenida Cleto Nunes para onde foi transferido o Departamento de Saúde Pública, com um gasto de 235:829\$751.

Uma das maiores preocupações do governo do professor Aristeu foi a questão educacional e, no intuito de aperfeiçoá-la, não foram medidos esforços, com investimentos tanto no aumento de escolas, quanto na melhoria do ensino. Foram criadas 94 novas escolas nesse primeiro ano de governo. Em relação à edificação de prédios escolares, tivemos a conclusão do de Santa Teresa, onde foram gastos 122:419\$500 e, em Alegre, início das obras do grupo escolar, com um custo orçado em 315:547\$000. Em relação à qualidade do ensino, foram tomadas entre outras medidas: criação de um curso de dois anos para a formação de professores rurais, verificação da capacidade técnica dos professores e novas formas de nomeação e acesso, desenvolvimento da educação física e artística, inspeção médico-dentária, organização do ensino técnico-profissional, criação dos cursos noturnos e preparação para a utilização dos princípios da Escola Ativa. Esta última merece uma apresentação mais detalhada, pois é considerada uma das realizações mais inovadoras da administração Aristeu e teve como idealizadores o secretário de instrução Atilio Vivacqua e seu assessor Garcia de Rezende, com total apoio do Presidente do Estado. Essa nova maneira de focar o ensino tinha como pressupostos básicos substituir o aprendizado eminentemente livresco e fechado em sala de aula, pela utilização de novos métodos, como excursões escolares, utilização de cinema, rádio e jornais, publicação do Resumo Escolar, círculo de pais, pelotões de saúde, biblioteca itinerante, entre outros, com o objetivo de preparar as crianças para o mundo. Nesse sentido era necessário, “[...] introduzir na escola mais vida, vida do mundo exterior e vida interna das próprias crianças. Devemos conduzi-las fóra dos muros da escola para po-las em contacto com as cousas [...] para que respondam a seus desejos e aspirações e para que os movam a pensar e agir.”⁴

Para que essa nova metodologia fosse coroada pelo sucesso, tomava-se premente a preparação dos professores dentro das novas diretrizes educacionais e, ao mesmo tempo, supri-los dos novos conhecimentos. Em vista disso foram tomados alguns procedimentos, dentre eles, uma profunda

propaganda dos fundamentos da nova escola, abertura de um curso superior de cultura pedagógica e a criação de uma “escola de ensaio”.⁵

A Escola Ativa possuía os seus preceitos teóricos elaborados na Europa, todavia a que implementavam no Espírito Santo, um dos primeiros Estados a fazê-lo, estava sendo adaptada aos padrões nacionais e estaduais.⁶ Essa se encontrava coroada por uma feliz unanimidade dentro da imprensa capixaba, pois, tanto os governistas Diário da Manhã e Vida Capixaba, como também o ferrenho opositor A Gazeta aplaudiam o novo método e o seu preceptor Atilio Vivacqua. A Gazeta que só críticas fazia à administração Aristeu, surpreendentemente emitia rasgados elogios à nova metodologia.

O problema da educação no Espírito Santo, não ha negar, tem sido das preocupações do actual Governo a que se tem coroado do melhor exito. Todas as boas iniciativas tomadas no sentido de difundir o ensino, não têm permanecido, apenas, na phantasia das estultas vontades das inovações. Levadas para o terreno da pratica com a precisão de um raciocinio coerente e justo, vimos como foram lançados os esteios da Escola Nova [...] cuja adaptação ao nosso meio representa uma das mais brilhantes victorias do actual gestor da Pasta da Instrucção.⁷

Todavia, embora carregada de louvores pelo jornal opositorista, quando da vitória dos revolucionários em 1930 e mesmo tendo o diretor do vespertino, Affonso Lyrio, como membro do primeiro escalão do novo governo, não se tornou impedimento para que a Escola Ativa fosse recheada de críticas e totalmente desmantelada.

Continuando a analisar, na Mensagem de 1929, as demais realizações do primeiro ano de governo Aristeu⁸, constatamos a criação do Horto Florestal, utilizando-se uma área de quinze hectares da Fazenda Maruípe, localizada na ilha de Vitória, e que tinha como objetivo precípua suprir os agricultores capixabas com as mudas apropriadas.

Na construção de Estradas, as obras foram sempre precedidas de vários estudos com intenção de melhorar os trajetos, dentro de um macro-projeto de ligação entre o norte e o sul. Dentro dessa concepção, o governo trabalhou nesse primeiro ano nas seguintes estradas: Iniciou os primeiros vinte quilômetros, chegando a Viana, da via que ligaria Vitória a Cachoeiro de Itapemirim. De Colatina a Nova Venécia, construção de 26 quilômetros saindo de Colatina e quatro quilômetros

saindo de Nova Venécia, de uma via com extensão aproximada de 120 quilômetros e custo aproximado de vinte contos de réis o quilômetro. Da Serra a Linhares, com aproximadamente 130 quilômetros, foram concluídos 20 quilômetros. Vitória a Santa Leopoldina, alargamento, construção e substituição de pontes, tendo as despesas atingindo o montante de 190:000\$000. Figueira a Afonso Cláudio foi inaugurada em junho de 1928, no final do governo Florentino Avidos, entretanto as últimas medições foram pagas no período Aristeu, além da conclusão de quase toda a drenagem. A despesa com essa estrada foi da ordem de 801:500\$000. Santa Teresa a Colatina, inaugurada, também, no final do Governo Florentino, todavia faltando a construção de 8 quilômetros e alargamento de alguns trechos que cortavam a serra. As obras realizadas de julho de 1928 a junho de 1929 somaram 343:394\$000. Vitória a Vila Velha que também foi construída e inaugurada no governo anterior, já no primeiro ano do governo Aristeu, dada a importância da rodovia, teve todo o seu trajeto alargado para o dobro e construídos novos trechos para diminuir a distância e aperfeiçoar a rodovia. Construção do ramal ligando a estrada de Vila Velha à Estação ferroviária de Argolas, obra com alto custo devido a necessidade de aterro do mangue, ficando por 95:280\$746. Serra a Nova Almeida foi quase toda concluída no governo anterior, tendo este terminado o serviço de alargamento e drenagem com um custo de 78:000\$000. Cachoeiro de Itapemirim a Muqui, foram feitos estudos de viabilidade para a construção da estrada e tendo ficado prontos quatro quilômetros, com uma despesa total de 43:925\$490.

Essa considerável ampliação do número de estradas, ocorrida no Estado nos últimos anos, favoreceu um acréscimo do número de veículos automotores. Diante dessa nova conjuntura, tornou-se necessária uma maior fiscalização para melhorar a segurança. Com a intenção de suprir essa exigência foram criados os inspetores motociclistas e adquiridos sinais luminosos.

O governo também construiu várias pontes, sendo as principais a Ponte da Passagem, sobre o canal norte da ilha de Vitória, fazendo parte da estrada que liga Vitória a Serra, com um custo de 200:000\$000. Ponte sobre o Rio da Costa, ligando a Estrada de Vila Velha a Praia da Costa com uma despesa de 35:000\$000. Na Ponte Florentino Ávidos, terminou o pagamento de obrigações ainda pendentes do governo anterior relativas à sua conclusão no significativo valor de 1.502:547\$067.

Com referência às Estradas de Ferro, o executivo tomou as seguintes decisões: Estrada de Ferro São Mateus a Nova Venécia - terminou os cinco quilômetros que faltavam para sua conclusão, chegando a Nova Venécia. Esta obra, que foi iniciada no governo Nestor Gomes e que teve prosseguimento no período Florentino, demandou um gasto, na administração Aristeu, de 517:063\$000. Estrada de Ferro do Itapemirim, construção de várias obras de melhoria da estrada, como levantamento de trilhos para evitar inundação e novos desvios, numa despesa total de 150:676\$872. É interessante constatar que as duas estradas trabalhavam com déficit, entretanto a explicação governamental, para a necessidade de mantê-las, se assentava em que a primeira cobria uma região ainda inóspita, mas com grande potencial e a estrada se tornava um importante fator para ajudar no seu desenvolvimento e a segunda, como analisamos no capítulo um, praticava preços subsidiados, por servir de importante escoadouro da produção cafeeira do sul do Estado. Todavia, a Mensagem de 1929 já considerava a necessidade de um reajuste nas tarifas.

Estrada de Ferro do Litoral, considerada, à época, de grande importância como novo trajeto da região sul com destino à capital. Desde que assumiu o governo, Aristeu gastou a vultosa quantia de 1.201:100\$604, com a continuação das obras iniciadas no governo Florentino. Essa estrada, por motivos diversos, nunca teve a sua construção finalizada.

Deu continuidade às obras do Porto de Vitória despendendo com várias ações um total de 1.618:986\$627.

Aristeu se encontrava imbuído da nova visão moderna que preconizava a necessidade de reformas nas cidades brasileiras no intuito de higienizá-las e embelezá-las, como podemos perceber na sua justificativa à necessidade de prosseguir nas transformações da capital: “Sendo Victoria uma cidade magnificamente favorecida pela sua belleza panoramica, impunha-se o auxilio da mão do homem á natureza para adaptá-la ás exigencias de hygiene e belleza das cidades modernas [...]”⁹ Nesse sentido contratou o famoso engenheiro Raul Lessa de Saldanha da Gama, para a chefia da Comissão de Melhoramentos da Capital. Com esta estava a responsabilidade de elaborar os grandes projetos e executá-los. No caminho da remodelação e saneamento, o executivo desapropriou e estava demolindo 80 casas no centro da cidade.¹⁰

Por questão de segurança, reformou o teto da Igreja de São Gonçalo que estava na iminência de desabar, pois, nessa época, por funcionar como catedral, deixava parcela considerável da população exposta ao risco. A nova igreja matriz se encontrava em início de construção em substituição à anterior que tinha sido demolida. Efetuou o calçamento de avenidas, ruas e praças, dentre estas, as avenidas República e Cleto Nunes, as ruas do Comércio, 23 de Maio, Duarte Lemos e Misael Pena, as praças São Francisco e do Quartel, as ladeiras São Bento e Dr. Azambuja, com um gasto total de 614:845\$893. Iniciou a reforma da Ladeira Pernambuco, já tendo gasto 36:900\$000 até setembro de 1928. Pavimentação em concreto armado da Estrada que leva à Praia Comprida, já tendo gastos 217:957\$404.¹¹

Fundou, conforme já observamos no primeiro capítulo, a Bolsa Oficial de Café de Vitória, no intuito de disciplinar e facilitar o comércio do produto na praça da capital. A sua criação se deu na data em que o Governo Aristeu completava um ano de mandato sendo um dos pontos altos das comemorações realizadas. Foi impecavelmente instalada no “Palácio Glória” e organizada com os mais modernos equipamentos para o seu funcionamento. Os discursos realizados durante a cerimônia enfatizavam o caráter histórico da inauguração e a importância que a Bolsa teria no desenvolvimento do Estado. Muitas vezes solicitada pelas classes conservadoras, era tida pelos membros do executivo como um “presente” que este estava entregando a essa parcela da sociedade capixaba.¹²

Podemos constatar, após analisar as realizações do primeiro ano de governo, que permanecia à vista a crença no presente e a confiança no futuro do Espírito Santo. As reformas e as obras prosseguiram, do mesmo modo que novos projetos continuavam sendo realizados. Em nenhum momento Aristeu demonstrou preocupação com o progressivo e temerário incremento das despesas e dívidas.

É importante estar claro que as realizações até aqui apresentadas se referiram a apenas metade dos dois anos que Aristeu permaneceu à frente do Estado. Entretanto, em razão das dificuldades econômicas surgidas no começo do segundo ano, as inversões executadas pelo governo durante todo o período não ficaram muito diferentes das realizadas no primeiro ano. A partir de então, o

executivo não iniciou novos investimentos, continuou tão somente os já citados e se viu obrigado, depois de muita relutância, a diminuir ou mesmo paralisar muitos deles por falta de recursos.

Na nova Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em setembro de 1930, encontramos, nas seções onde estão consignadas as inversões que demandavam obras civis, o prosseguimento das anteriormente mencionadas. Devido à progressiva diminuição da receita estadual, tornava-se, cada vez mais difícil, sustentar a marcha das construções. Todavia Aristeu postergou a paralisação destas até o momento em que a gravidade da situação atingiu um ponto em que não era mais possível continuar. Essa Mensagem, ao contrário da de 1929, já continha todos os percalços surgidos em decorrência das crises e já não apresentava o mesmo otimismo da anterior.

III-2 O despontar das crises.

Durante os anos vinte, animados pela ampliação dos negócios do café, os governantes não aproveitaram o bom momento de saldos positivos na arrecadação estadual para buscar uma diversificação da produção econômica capixaba. Muito pelo contrário, o Espírito Santo trilhou no sentido de reforçar a base cafeeira de sua economia, investindo pesadamente em obras que facilitassem o seu escoamento. Florentino e Aristeu, em termos econômicos, focaram preferencialmente a atividade agrícola relacionada ao café, mais precisamente a infra-estrutura para a sua realização.

A Gazeta, embora com certo atraso, em agosto de 1930, constatava e criticava a administração Aristeu por não ter procurado novos caminhos no intuito de evitar que a economia estadual continuasse refém de um único produto.

Só uma grande ingenuidade poderá fazer acreditar [...] que a vida do Estado se emancipe da influencia decisiva do café, enquanto não tivermos em actividade, dentro do nosso território, outros factores economicos, industriaes ou agrícolas.

Em dous annos de administração, não conhecemos, infelizmente, passo algum dado pelos nossos administradores naquelle sentido; não possuímos uma só indústria e a polycultura parece não ter sido até o presente objecto de preocupações do governo [...].¹³

Esses dois últimos administradores não fomentaram, com a intensidade que a situação de extrema dependência das rendas estaduais à monocultura cafeeira exigia, a produção de novas culturas agrícolas, tanto para o mercado externo quanto para tentar atingir à demanda do comércio interno. No Governo Aristeu, salvo algumas tentativas mal sucedidas de criação do bicho da seda e de incremento da produção cacaueteira, principalmente através da concessão gratuita de terras, não tivemos nenhuma ação mais consistente nesse sentido.¹⁴

O único setor produtivo, além da lavoura cafeeira, que estava, por essa época, apresentando um salto de desenvolvimento era a extração da madeira, principalmente a realizada na região norte do Estado. Com o objetivo de incrementar a produção, o governo estava concedendo direitos a particulares de extrair madeiras, em grandes extensões de terras de propriedade do Estado ainda cobertas por florestas virgens.¹⁵ A exportação madeireira, como vimos na tabela III do capítulo I, já ocupava o segundo lugar em receita gerada, todavia esta ainda era muito pequena, caso comparada com a renda proveniente do café o seu valor se tornava insignificante.

Do mesmo modo que a agricultura, a busca de novas rendas, através do desenvolvimento da indústria, foi quase nula. Florentino, na volumosa Mensagem, relativa ao final do seu quadriênio, apresentada ao Congresso Legislativo, onde expõe um compêndio de todas as suas realizações, a referência à produção industrial é praticamente nenhuma. Somente em um pequeno trecho faz menção à indústria quando nos diz: “Possue o Estado uma seção de Industria e Commercio *subordinada* á Secretaria da Agricultura, Terras e Obras e mantem seu mostruario, a cargo de um delegado nosso, no museu commercial do Rio de Janeiro”,¹⁶ ou seja, a “Indústria” era apenas uma pequena seção ligada à Secretaria da Agricultura. Aristeu continuou na mesma vereda seguida por Florentino. A busca pelo desenvolvimento industrial estava, por essa época, relegada a segundo plano pelos governantes estaduais.

Uma das explicações, para o fato de que nos anos 20 a vocação agrícola capixaba estava na ordem do dia, está fundada nas frustradas tentativas de industrialização ocorridas desde o início da República. A maior e mais importante se deu durante o Governo Jerônimo Monteiro, entre os anos de 1908 a 1912. Patrocinada através de recursos estaduais e, também, com a participação direta do executivo, essa grande operação industrializante redundou em um imenso fracasso,

tendo o Estado que arcar com as dívidas de empresas que faliram, ou mesmo nem chegaram a funcionar efetivamente.¹⁷

Além das considerações acima, existia um clima de relativa estabilidade na atividade agrícola capixaba. Já se faziam alguns anos que a receita estadual mantinha uma constância de boas arrecadações. Essa circunstância favorável acabou por acarretar uma distorção da visão dos fatos pelos ocupantes do executivo. Florentino, em um pequeno trecho já assinalado no primeiro capítulo, profere a palavra permanente, demonstrando uma crença na firmeza da conjuntura existente. Quando diz “[...] Graças a essa bôa situação, que felizmente me parece permanente com a estabilidade do câmbio [...]”,¹⁸ nos remete a um sério erro de avaliação cometido durante o seu Governo, ao não vislumbrar a possibilidade de quedas de preços, mudanças no câmbio, etc., fatos não tão incomuns durante períodos anteriores. Da mesma maneira, Aristeu, em sua Mensagem de 1930, nos mostra sua surpresa diante dos acontecimentos de outubro: “[...] Apesar da grande baixa que nos surpreendeu em Outubro do anno passado, e ainda perdura muito accentuada [...]”¹⁹ Esse equívoco, em relação a expectativas futuras, os acompanhou no percurso traçado e na gerência dos negócios públicos.

Não tecerei, neste trabalho, considerações sobre as razões pelas quais o desenvolvimento industrial não vingou no Espírito Santo e, também, porque o surgimento das indústrias ficava na dependência dos haveres governamentais, pois essa investigação demandaria por si só a feitura de uma dissertação.²⁰ Isto posto, para os nossos objetivos, é suficiente que compreendamos que, na década de 1920, o Estado capixaba, mesmo com sobra de recursos, “voltou seus olhos” na direção contrária ao fomento da produção industrial.

Com a atividade agro-exportadora relacionada ao café caminhando “a mil maravilhas” e tendo que arcar com prejuízos de indústrias falimentares, a preferência pelas inversões estaduais, a partir de então, se centrou no desenvolvimento do considerado “nicho” produtivo capixaba. No entanto, toda a estrutura estava montada sobre alicerces frágeis que, ao primeiro tremor mais intenso, desmoronou em um efeito dominó. No final da década de 1920, os “anos dourados” capixaba começaram a desabar como um “castelo de areia” que não resiste a ventos fortes.

Apenas um mês depois que Aristeu apresentou a Mensagem de 1929 ao Congresso Legislativo, o percurso calmo e expansionista que vimos a todo momento constatando ao longo desta pesquisa, desabou, quando sobrevieram, no findar do mesmo ano e que prosseguiu com toda força durante 1930, a crise econômica mundial e o intensificar da dissensão política nacional. Esta última teve, nos seus efeitos estaduais, um progressivo crescimento, principalmente após o comício de fevereiro de 1930.

O jornal A Gazeta estava fazendo uma crítica diária cada vez mais acirrada à política dominante no Brasil, tendo Washington Luís e Júlio Prestes como alvos prediletos. Somada à crítica nacional, os protagonistas da política capixaba também estavam amargando investidas constantes. Reportagens cada vez mais contundentes estampavam as páginas do vespertino. Em relação à política nacional, os textos continham trechos fortes e mordazes, como exemplos, “[...] bandalheira eleitoral com que se diz eleito o senhor Prestes [...]”, “[...] circo-político de que vem sendo excelente chefe de picadeiro o sr. Washington Luis [...]”²¹, “[...] a mystificação torpe controlada pelo energumeno sr. Washington Luis [...]”²², “[...] que o faccioso, despotico sr. Washington Luis, fazendo vista grossa dos principios institucionaes do regimen [...]”²³, entre muitos outros. Causaram-nos espanto a virulência dos adjetivos atribuídos ao supremo dirigente da nação, ao mesmo tempo que nos levaram a considerar, pelo menos em relação à imprensa, a total liberdade de manifestação dentro do Estado. Já no âmbito local, o alvo prioritário era o governo Aristeu e a neófita oligarquia Aguiar. Esta última estava se assenhoreando dos macropoderes estaduais e, não fossem as crises política e econômica, poderia ter-se transformado em uma das mais poderosas do Estado. Críticas fortes também eram feitas ao mandatário estadual: “[...] o sr. presidente Aristeu Aguiar, a grande esperança governamental desfeita para os seus conterraneos capichabas, [...] desta nossa impagavel republica de fachada, para que s. exa. e outros desabusados sobas regionaes da sua mesma estofa [...]”²⁴

As questões políticas foram complicadas ainda mais pelo aguçar dos problemas econômico-financeiros. A expansão econômica retrocedeu diante da queda dos preços e da vigorosa contração da demanda internacional pelo café, em virtude, como analisamos no capítulo primeiro, da crise detonada a partir de outubro de 1929, ocasionando, desde então, uma diminuição da receita estadual. Aristeu, na Mensagem de setembro de 1930 ao Congresso Legislativo, nos

demonstra que, embora no ano de 1929 ainda tenha continuado a sequência de boas arrecadações estaduais, essa não atingiu toda a previsão orçamentária feita para o ano, muito menos a ultrapassou, como em exercícios anteriores. O valor computado na principal rubrica do orçamento estadual, o imposto sobre exportação, estava, para o ano de 1929, em 26.000:000\$000, e o recebido ficou somente em 22.556:796\$806.²⁵ Pela primeira vez, depois de alguns anos, o previsto ficou abaixo do arrecadado. Essa redução teve como causa determinante os acontecimentos de outubro, como deixa bem caracterizado esse pequeno trecho da referida Mensagem: “[...] poucos foram os títulos da previsão orçamentaria não atingidos na arrecadação, e isto com certeza devido à crise que se manifestou em outubro prejudicando tres mezes de exercicio, justamente no periodo de franca exportação.”²⁶ Donde podemos concluir que o Estado só não teve uma piora em toda a arrecadação do ano de 1929 porque a crise estourou a partir de outubro, mais perto do fim do ano. Esse fato nos conduz a outra conclusão, os efeitos da crise econômica no Espírito Santo se fizeram sentir praticamente de imediato, confirmando, assim, a nossa primeira hipótese. A despeito da controvérsia existente dentro da historiografia brasileira sob a velocidade com que a crise atingiu a economia nacional, no Espírito Santo, como vimos, dada a sua característica econômica, as dificuldades se anunciaram com celeridade.

Em Junho de 1928, quando Aristeu assumiu o comando do executivo estadual, um saco de café pagava de imposto de exportação a quantia de 19\$440, em 1930, o Estado estava recebendo pelo mesmo imposto a quantia de 8\$956, ou seja, o valor caiu a menos da metade.²⁷ Diante dos números ruins e das condições perturbadoras da conjuntura internacional, o Governo já começava a perceber que a depressão econômica dava claros sinais de que seria mais demorada e teria efeitos mais perversos do que se esperava num primeiro momento.

Como pudemos perceber, o Espírito Santo chegou ao final da década de 20 com sua economia baseada na atividade primário-exportadora e, perigosamente, dependente do café. Aristeu fortalece a nossa afirmativa quando, em setembro de 1930, assevera: “Tendo-se em consideração que o café ha representado a quasi totalidade das nossas rendas, não só directamente pelo imposto pago como pela influencia que exerce sobre as outras fontes da receita pôde-se calcular facilmente que o momento é de dificuldades [...]”²⁸

Essas dificuldades foram exarcebadas devido à condução desses dois mandatários na gerência das finanças estaduais. Com o considerável aumento da arrecadação, abriu-se a possibilidade do governo Florentino realizar um grande número de inversões. Estas, em praticamente quase sua totalidade, eram realmente necessárias para o Estado. Entretanto, no intuito de fazer cada vez mais e terminá-las rapidamente, Florentino gastou mais do que arrecadou e viu-se obrigado a complementar a diferença através de empréstimos. Mesmo com uma seqüência de boas arrecadações, somente a receita orçamentária não conseguia suprir todas as despesas. Nesse ponto cabe a colocação, em termos de gestão, qual seria a medida mais correta, agir com mais parcimônia nos investimentos dentro das possibilidades orçamentárias, ou dar andamento ao grande volume de obras. Florentino optou pela segunda.

A melhoria da receita também propiciou ao Estado a possibilidade de resgatar apólices dos empréstimos feitos no exterior em 1908 e 1919, que, por estarem inadimplentes e com ações na justiça nos países de origem, traziam sérios problemas para o crédito externo estadual, maculando o nome do Espírito Santo, inclusive na imprensa internacional.²⁹ Esses foram praticamente liquidados durante o governo Florentino, utilizando valor considerável da receita orçamentária e, também, complementado com novos empréstimos.

O fato complicador foi o tipo de empréstimo realizado por Florentino para dar andamento às obras e resgatar as apólices antigas. Foram feitas operações bancárias de curto prazo, para pagamento no máximo em cinco anos. Em fins de 1927 e início de 1928, o Governo fez dois contratos com o Banco Italo Belga perfazendo um valor de 2.500.000 dólares, “[...] representados por 650 obrigações do Tesouro sendo 350 de \$ 5.000,00 cada uma e 300 de \$ 2.500,00 cada uma, com vencimentos em series, de seis em seis meses, até 1932.”³⁰

Aristeu teve como obrigação pagar, durante o seu primeiro ano de governo, uma grande quantidade de débitos relativos a obras executadas no período anterior, continuar as já iniciadas e, ao mesmo tempo, amortizar as parcelas dos novos empréstimos que já estavam vencendo. É compreensível também que desejasse começar as inversões que julgava necessárias para o desenvolvimento estadual e que estavam consignadas no seu programa de governo. Devido ao elevado valor das despesas, foi preciso continuar recorrendo aos Bancos, pois somente os

recursos da receita orçamentária, voltamos a frisar, embora elevados, não conseguiam suprir o avultamento dos gastos.

É fato, como salientamos desde o primeiro capítulo, que a arrecadação estadual durante esses anos deu um extraordinário salto de qualidade. Entretanto, é evidente que Florentino, para dar conta de suas inversões, gastou muito mais do que a receita comportava. Aristeu, ao assumir, teve que arcar com dívidas antes realizadas e continuar obras que já tinham sido inauguradas, mas que ainda demandavam considerável aporte de recursos para o seu completo término. Em razão disso e para realizar os seus próprios investimentos e gastos, muitos destes supérfluos e criticados, como veremos, lançou mão de “[...] operações bancárias de curto prazo, em bancos desta praça e do Rio de Janeiro de acordo com a autorização legal [...]”³¹, alavancando ainda mais a dívida do Estado e, perigosamente, também em operações de curto prazo. É importante constatar que as operações de crédito foram todas, sem questionamentos, autorizadas pelo Congresso Legislativo. Como vimos, no legislativo estadual só passou a existir alguma oposição a partir do segundo semestre de 1929.

Existia um pensamento muitas vezes explicitado entre os atores políticos que, diante do desenvolvimento no qual o Estado se encontrava, as medidas que estavam sendo tomadas para potencializar esse crescimento, como as obras do porto de Vitória, a colonização do norte do Estado e as estradas de rodagem e de ferro para melhorar o escoamento da produção, propiciariam a continuidade, senão o incremento, das boas receitas e estas supririam com tranqüilidade o pagamento das amortizações e dos juros dos empréstimos e o conseqüente aumento de gastos.

Todavia, com o advento da crise e queda da receita, a conjuntura se tornou complicada, pois, como vimos, grande parte da dívida deveria ser resgatada no curto prazo. Para o executivo o que necessitava ser feito era consolidá-la e alongar o prazo de resgate e esse se tornou o seu objetivo principal depois do estopim das dificuldades, todavia, devido à gravidade da crise, o crédito estava difícil e o governo não conseguiu o seu intento. O jornal *A Gazeta* em várias edições nos demonstra as frustradas tentativas de estabelecimento de um novo empréstimo. Manchetes como: “Mais uma vez gorado o empréstimo?”³², estampavam as páginas do vespertino, deixando

transparecer toda a ansiedade com que, no Estado, se aguardava o fechamento de um acordo com banqueiros, que era tido como a única salvação para as combalidas finanças estaduais.

Nesse ponto, uma crítica que estava sendo constantemente apresentada contra o executivo estadual foi a sua demora de posicionar-se frente às dificuldades financeiras.³³ A administração Aristeu considerou que as dificuldades seriam passageiras, errando na avaliação da extensão da crise. Diante desse equívoco, o orçamento para 1930 continuou avultado nas despesas e, mesmo com o crescendo das dificuldades, o Governo continuava demorando a cortar gastos, confiando todas as suas fichas num empréstimo que não veio.

A situação estava se tornando a cada dia mais complicada para a gestão econômico-financeira dos negócios públicos. As operações que eram feitas internamente junto aos bancos para captar recursos novos se esvaíram. No intuito de suprir necessidades inadiáveis, o governo efetuava pequenos empréstimos no comércio local, ou mesmo adiantamentos de impostos futuros, principalmente com as maiores firmas, como Vivacqua & Irmãos, Arens & Langen e Hard Rand & Cia.³⁴ No entanto, esses também foram sendo suprimidos, ocasionando o esgotamento de todas as fontes extras de arrecadação utilizadas pelo Estado. A partir de então, o que já estava ruim começou a ficar ainda pior, com retardos e interrupções de pagamentos de importantes despesas estaduais. A partir de maio de 1930, o atraso do pagamento do funcionalismo público após um longo período de vencimentos em dia,³⁵ assim como dos pecúlios da Caixa Beneficente Jerônimo Monteiro, pois segundo A Gazeta, desta última, o governo utilizou o saldo de seus depósitos para outras despesas, provocavam indignação ante a população.³⁶ O governo também já estava em débito junto à Companhia de Força e Luz, responsável pela iluminação pública.³⁷

Nesse período o executivo estudava a possibilidade de reduzir em 20% os salários dos funcionários públicos, medida que posteriormente se decidiu não implementar. Entretanto, a oposição indignada com essa alternativa apresentava sugestões para corte de despesas, que, no seu entender, deveriam ser feitas antes de imaginar-se hipótese tão extrema. Para eles deveria começar:

[...] pelo subsídio presidencial. Oito contos de réis, afora a representação, com franqueza, dão o que falar. Não se justifica também que os secretários do Estado percebam seis contos, [...]. E por que não pagarem eles o seu tributo á crise? A Comissão de Melhoramentos é uma inutilidade, de vez que nem ha dinheiro para obras. Só serve para pagar os contos mensaes ao sr. professor de belas artes Saldanha e dar-lhe gratuitamente automóvel de luxo para os seus constantes passeios na urbe. E que necessidade temos nós de um aparatoso esquadrão de cavallaria, com o gasto de 480\$000 mensaes, segundo nos foi informado, para cada cavallo constitutivo delle? A Bolsa de Café, com seu exercito de funcionarios figurando na respectiva folha; o Regimento Policial Militar, o seu efectivo extranhamente augmentado; algumas estradas de rodagem, cuja construcção não foi paralysada; o consumo exaggerado de gazolina que serve até a sustentar viagens de caracter particular [...]³⁸

Ao mesmo tempo que sugeria, criticava, já que o jornal opositor alegava falta de competência ao governo Aristeu para lidar com a crise, pois existia considerável “gordura” no orçamento para ser cortada. Taxado de perdulário, pois esbanjava em gastos desnecessários, como aquisição de automóveis caros, “[...] luxo principesco [...] de 50 contos [...]”³⁹ cada um, todos munidos de seus devidos “chaufers”⁴⁰ e aumento de seus subsídios. Este último teve o seu valor dobrado dias antes de Aristeu tomar posse. Fazendo um paralelo com o Estado de Minas em que a receita orçada beirava os 300 mil contos, enquanto a do Espírito Santo era de 30 mil, o Presidente mineiro recebia um subsídio de 6 contos, enquanto o do capixaba perfazia o valor de 8 contos de réis.⁴¹ O salário do Secretário de Estado no Espírito Santo correspondia à mesma quantia que o do Presidente mineiro. Determinadas despesas efetuadas pelo Estado nos remetem a uma percepção de que existia um gasto excessivo com supérfluos. Nota-se certo deslumbramento dos atores políticos capixabas diante do volume de receitas nunca antes vistas no Espírito Santo.

No entanto, o acontecimento que colocou mais “lenha na fogueira” e se tornou alvo de substanciais críticas foram as comemorações realizadas pelo executivo, em junho de 1930, pela passagem do segundo ano da administração Aristeu. Já no dia 27, portanto três dias antes da data oficial, a firma Antenor Guimarães & Cia., que completava 42 anos de fundação, resolveu incluir o aniversário do governo nas suas celebrações. Foi realizada uma festa de gala nos salões luxuosos do Aratimbó, navio da empresa Lloyd Nacional que se encontrava fundeado na baía a caminho do norte do país. Todo o primeiro escalão governamental, sob a salva de 21 tiros, compareceu ao luxuoso almoço, regado a champanhe da melhor qualidade, onde duas orquestras se revezavam para o deleite dos convivas.⁴²

Não sabemos se existiu colaboração financeira do governo para a realização da festa, entretanto esta é reveladora da existência de uma íntima aproximação entre os representantes do comércio e o executivo. Independente da existência direta de dinheiro público, os opositoristas manifestavam a sua revolta frente a uma requintada celebração feita em época não apropriada, porquanto, face a crise que se encontrava o Estado, o governo não tinha motivos para festejar.

Durante todo o dia 30, uma segunda feira em que as repartições públicas não funcionaram, com fogos de artifício e banda de música espalhadas pela cidade, foram liberados à população cinema e parque de diversão gratuitos por conta do endividado fisco. Do mesmo modo a oposição também foi mordaz nas críticas, afirmando que, diante da penúria em que o governo se encontrava, não conseguindo arcar com os débitos mais simplórios e esses somente se avolumando, não era o momento oportuno para serem realizados novos gastos. Todavia, as críticas se tornaram em vão e os festejos foram realizados.⁴³

Segundo A Gazeta, havia um maldoso boato circulando anteriormente à realização das festas, dando conta da possibilidade de, após a população regozijar-se com as diversões no centro da cidade iluminado, a volta para casa, nos arrabaldes da capital, poderia ser na escuridão, tendo em vista a real ameaça da companhia fornecedora de energia de deixar os bairros Praia Comprida, Santo Antônio e Jucutuquara sem luz, devido ao grande atraso de pagamento por parte do governo.⁴⁴

Verificando os números da contabilidade apresentados ao término do Governo Florentino e nos dois anos em que Aristeu esteve à frente do executivo, fica fácil constatar o progressivo crescimento das contas do passivo. Na data de 15 de junho de 1928, poucos dias antes do novo presidente tomar posse, foi publicado um balancete em que, no somatório do quadro de dívidas, estava consignado um total de 25.992:320\$000.⁴⁵ No Balanço encerrado em 30 de março de 1930, quase dois anos depois, o valor das responsabilidades já alcançava a cifra de 47.048:955\$922,⁴⁶ um aumento de aproximadamente 81%. Após a vitória da revolução, em 28 de outubro a junta governativa, em nota, publicou que as obrigações do Estado montavam a um total de 57.571:871\$706, entretanto, em relatório publicado em setembro de 1931, a interventoria apresentava um novo valor para aquela dívida, chegando à soma de 64.133:621\$466.⁴⁷ A

despeito da divergência dos números, com toda certeza, naquela data, os compromissos já tinham ultrapassado os 55.000 contos de réis, valor preocupante por esses possuírem considerável componente com vencimentos no curto prazo e, ao mesmo tempo, para uma receita que se apresentava em queda, pois a arrecadação, que já ultrapassara os 30.000 contos em anos anteriores, atingiu somente 23.342:225\$464 em 1930.⁴⁸

Está claro que houve um acentuado incremento da dívida estadual, tendo o seu valor dobrado em um espaço de dois anos de governo. Diante dos dados existentes, torna-se impossível discriminar, pormenorizadamente, cada item das despesas efetuadas e sua respectiva contribuição para esse aumento. Todavia, partindo para uma análise macro, podemos afirmar que esse se deve aos fatores que temos frisado, quais sejam: pagamentos dos empréstimos contraídos e de despesas anteriormente contratadas, continuação e início de novas obras, aquisições e gastos diversos supérfluos ou não.

É certo que a depressão econômica mundial teve um efeito arrasador, muito mais em Estados como o Espírito Santo em que a força econômica estava submetida à dinâmica de um único produto, tornando a sua fragilidade latente, sujeita a possibilidade do surgimento de crises, inclusive, com voracidade infinitamente maior. Entretanto é verdadeiro, também, que a administração Florentino exagerou nos gastos e o governo Aristeu prosseguiu na mesma direção. É fato que, mesmo com a queda acentuada dos preços do café, poderia o Estado estar em melhor situação se esses dois administradores tivessem apresentado mais parcimônia nas despesas, pois ostentamos, durante seguidos anos, excelentes receitas orçamentárias. Todavia, muitos poderiam objetar que, se o executivo nesse período não tivesse feito esses investimentos, o Estado não teria esse volume de melhoramentos, muitos de relevante importância para o seu desenvolvimento, como exemplos, a ponte ligando a ilha de Vitória ao continente e as obras do porto da Capital, dentre muitos outros.

Como complicador da conjuntura existente de perturbações econômicas e políticas e, ao mesmo tempo, em decorrência desta última, tivemos a ocorrência do fatídico comício de 13 de fevereiro.

III.3 O comício de 13 de fevereiro de 1930

Nada fazia crer, para quem amanheceu em Vitória naquela quinta-feira, que a capital “dormiria” sob uma tragédia que atingiria a população capixaba de maneira nunca antes vista. É fato que a política praticada na Primeira República era de uma violência latente e, no Espírito Santo, muitas campanhas realizadas, já na época republicana, traziam a marca do conflito. Só para citar algumas, as disputas para o governo de 1912, 1916 e 1920 foram intensas e marcadas pela utilização da força bruta. Entretanto esta não atingia diretamente a população comum, as pessoas que não tinham se preparado para o confronto. Nesse comício foi diferente, pais, filhos, senhoras e moças foram assisti-lo, mesmo que não fossem simpatizantes da causa. Foram, entre outros motivos, para ouvir nomes conhecidos da política nacional que tinham fama de bons oradores, principalmente o senador pelo Piauí Pires Rebello e o advogado Evaristo de Moraes,⁴⁹ ou mesmo, por Vitória não ser uma cidade que recebia grandes eventos, algo diferente era sempre alvo de curiosidade popular.

Vários documentos evidenciam a presença de mulheres e crianças no comício. A Gazeta, ao criticar o executivo pelos fatos ali ocorridos, constata que muito dos espectadores presentes não estavam preparados para enfrentar a confusão. O jornal responsabiliza o Governo por: “[...] lançar á rua fusis e metralhadoras municiaadas, com ordem a milicianos ébrios para que trucidem e assassinem infelizes creanças e pobres senhorinhas despreocupadas da selvageria.”⁵⁰ Do mesmo modo, o historiador Renato Pacheco nos conta que o filho de Thiers Veloso, Antonio Gil Veloso, à época com apenas 13 anos, esteve lá presente acompanhado do pai, tendo, inclusive, sumido na hora da confusão e só mais tarde encontrado.⁵¹ Entre os que faleceram no confronto constam dois menores e uma moça, o filho do Capitão Hermínio Silveira, Franklin Silveira, um vendedor de jornal de nome Jacob e uma senhorita chamada Alzira Ferraz.⁵²

Somado à quantidade razoável de mulheres e crianças, grande parte da intelectualidade e, também, da camada dirigente estava presente ao comício. Entre esses, Thiers Velloso, Garcia de Rezende, que assistiu o comício ao lado de vários secretários de estado,⁵³ Luiz Serafim Derenzi, o deputado Alarico de Freitas, Nilo Bruzzi, à época procurador geral do estado interino, o secretário da fazenda José Vieira Machado, o secretário da presidência Nelson Monteiro

acompanhado de sua esposa e o irmão de Aristeu, Flavio Borges de Aguiar, tesoureiro da alfândega.

Atualmente, diante das fontes existentes, apontar a existência de um culpado por esse trágico incidente não é uma tarefa fácil, pois as análises feitas pelos contemporâneos estão eivadas de vícios. Só para ter-se uma idéia, tivemos dois inquéritos referentes ao caso, um ainda durante o mandato de Aristeu, no qual a justiça julgou pelo arquivamento por falta de provas, absolvendo o governo e o outro, logo após a vitória revolucionária, que concluiu pela culpa do presidente do Estado, do secretário do interior e de vários militares.⁵⁴ Do mesmo modo, as publicações sobre o ocorrido nos dois jornais contemporâneos ao fato necessitam ser ponderadas e utilizadas concomitantemente com as demais fontes, pois o *Diário da Manhã*, órgão da situação, procurava em suas análises defender o poder constituído a qualquer custo, já o opositorista, *A Gazeta*, cujo empastelamento se deu na mesma noite, criticava ferozmente o governo pelo desenrolar dos acontecimentos.

O fato concreto é que houve uma sucessão de falhas e desencontros dentro dos escalões governamentais aos quais competia à manutenção da ordem pública diante da realização de um evento de grande importância. Num primeiro momento, foi a decisão proferida, na véspera do dia programado, de transferi-lo da praça Costa Pereira, um lugar espaçoso com facilidade de circulação, para a praça do Carmo, um local apertado sem muitas saídas de escape. Depois, no mesmo dia do comício pela manhã, devido a um desentendimento com o secretário do interior, que, nessa época, era o responsável pelas questões da justiça e da segurança pública, o delegado geral Fernando Duarte Rabelo, no cargo desde o governo anterior, pediu demissão⁵⁵ Esse foi substituído pelo Capitão Hermínio Silveira, acusado de não ser adequado para o posto, entre outros motivos, por não possuir a instrução necessária. Deste fato podem ter surgido ordens mal elaboradas e truncadas que, somadas ao possível despreparo do próprio corpo da cavalaria, teriam culminado no nocivo procedimento da tropa no local. Fora as constantes acusações de que os soldados estavam embriagados. Com toda certeza essas autoridades se equivocaram na condução do processo e, por certo, ocorreram divergências entre elas, dado o pedido de demissão do chefe de polícia. Erraram, ao enviar a cavalaria fortemente armada, sob as ordens do criticado tenente Messias, para fechar todas as saídas que davam acesso ao local. Falharam, novamente, em

escolher a praça do Carmo, pois se tinham a intenção de prejudicar os caravaneiros, o efeito foi inverso, já que esses ficaram no alto do pátio do Colégio do Carmo, com ampla visão e protegidos, tanto foi assim que nenhum deles saiu sequer ferido, enquanto a multidão ficou espremida e no meio do fogo cruzado entre a escadaria e as saídas bloqueadas pelos soldados.

Segundo os opositores, o conflito se iniciou quando discursava o último orador, o senador Pires Rebello, no instante em que este afirmou que o governo estadual era ladrão de votos. Nesse momento, o tenente Messias disparou um tiro para o alto, que seria a senha para que os demais soldados atirassem contra os membros da Caravana, e a partir de então a confusão foi generalizada.⁵⁶

As mesmas fontes consideram o secretário do interior o principal culpado das trágicas ocorrências. Altamir Gonçalves, na época funcionário do Banco de Londres em Vitória, presente ao comício como filiado da Aliança Liberal, acusa Mirabeau Pimentel, ao afirmar que: “Aristeu Aguiar foi meu professor no ginásio. Era um homem culto, muito educado, fino, e eu não acredito que ele fosse sanguinário. Sanguinário era Mirabeau, que já tinha fama como Secretário do Interior e Justiça.”⁵⁷ Também A Gazeta, em várias reportagens, responsabiliza o secretário do interior, dentre elas: “[...] a caravana liberal [...] foi logo no seu primeiro comício dissolvida a pata de cavallo e assassinados pelos carabineiros do sr. Mirabeau Pimentel numerosos populares [...]”⁵⁸ Na mesma matéria continua sua crítica ao secretário, quando este tentava influir sobre a disputa para presidência do Congresso Estadual que ficaria vaga com a saída de Xenocrates Calmon para a Câmara Federal, reafirmando a sua responsabilidade no comício:

O machiavelico secretario não esconde as suas profundas simpatias pelo deputado Alziro, que foi, por ocasião dos lugubres acontecimentos de fevereiro, um dos esteios da defesa do Sr. Mirabeau, quando todo o Espírito Santo [...] atirava sobre os hombros daquelle auxiliar do governo todas as responsabilidades pelas deshumanas occorencias.⁵⁹

Ainda na mesma notícia encontramos relatada a perda de prestígio de Mirabeau junto aos irmãos de Aristeu. Esses, segundo o jornal, acusam o secretário do interior de ser o responsável pela crescente antipatia da população para com o Governo. Entretanto, junto com Mirabeau, estava a família do sogro do presidente.⁶⁰ Como vimos, Mirabeau era concunhado de Aristeu, tendo,

portanto, parentes em comum, o que estreitava as ligações e, ao mesmo tempo, dificultava possíveis rompimentos.

Diante da situação ruim que se apresentava para Mirabeau, vários secretários de estado foram em visita de cortesia hipotecar-lhe solidariedade. Essa ganhou matéria de destaque na Revista Vida Capichaba e no Diário da Manhã, que aproveitaram para elogiar o secretário e tentar reforçar a sua inocência diante dos acontecimentos.⁶¹ Entretanto sem apresentar fatos concretos que lhe amenizassem a possível culpabilidade.

Se a culpa estava recaindo principalmente sobre Mirabeau, como situarmos Aristeu nesse fato? Até onde vai a responsabilidade do Presidente sobre os atos cometidos pelos seus subordinados? O secretário de estado possui relativa autonomia, muitas vezes as suas ações não são de conhecimento do presidente. Essa discussão envolve uma série de “nuances” que acreditamos não ser o momento indicado para discuti-las. Também, por outro lado, não seria procedente afirmarmos que Aristeu não sabia sobre as decisões que estavam sendo tomadas especificamente nesse caso, pelas autoridades diretamente envolvidas. Não nos é possível de posse da documentação existente esclarecermos esse fato. Todavia, se ele soubesse que a violência praticada no comício já estava pré-determinada, com a cavalaria embriagada sob o comando do tenente Messias pronto para a qualquer momento lançar o sinal para o ataque, nos parece razoável considerar que não teria permitido que pessoas tão próximas a ele comparecessem, como o seu irmão e os secretários de Estado. Entretanto, podemos utilizar a mesma defesa para o secretário do interior, tendo em vista que também tinha um irmão presente ao comício. Ainda dentro do mesmo raciocínio, podemos argumentar favoravelmente também ao delegado de polícia Herminio Silveira, cujo filho menor de idade esteve presente ao comício, foi ferido e veio a falecer dias depois.⁶²

O jornal Diário da Manhã, desde a edição do dia posterior ao comício, foi um defensor incansável da inocência do governo frente aos acontecimentos, colocando a responsabilidade sobre a “caravana da morte”, constituída pelos “missionários da raiva vermelha.”⁶³ Segundo o editorial do dia 14, que foi escrito por Garcia de Rezende, o início da confusão se deu no momento em que o senador Pires Rebello estava discursando e disse que o governo do estado era ladrão de votos,

ou seja, até aqui, o relato é o mesmo da oposição. Todavia, as narrativas são coincidentes somente até esse ponto, a partir de então divergem completamente. Acrescenta o Diário que, diante dessa ofensa ao governo, a população se inquietou e a cavalaria se movimentou, fazendo com que o deputado Fernando de Abreu disparasse o primeiro tiro contra os cavalarianos e, a partir de então, começasse a confusão.⁶⁴ Em diversas reportagens os elogios à cavalaria são uma constante, essa que, “[...] guardava com severa vigilância, mas com polidez a ordem pública [...] e apesar de agredida a tiros procurou sempre evitar disparos sobre pessoas, descarregando os seus fuzis para o ar.”⁶⁵

Em várias matérias, o jornal procura demonstrar que o executivo não poderia ter a intenção de ferir inocentes, muito menos premeditaria o acontecido, lembrando sempre o passado de cordialidade e de conduta liberal da administração Aristeu. Entretanto nunca apresentou fatos concretos que pudesse eximir a responsabilidade governamental. Do mesmo modo, Aristeu em escrito de 1932, defendendo os atos praticados durante o seu governo, apresenta as seguintes justificativas para excluir-se da culpa pelo 13 de fevereiro: que o seu governo sempre primou pela manutenção da liberdade política; se o executivo desejasse atrapalhar a propaganda da caravana liberal, não teria esperado até o momento que o último orador estivesse finalizando a sua fala para iniciar o conflito, pois aí a propaganda já teria sido feita; as consequências da convulsão, onde só saíram feridas pessoas ligadas ao governo e a população comum, que foram assistir ao evento; vários integrantes do primeiro escalão governamental estavam lá presentes; o resultado dos inquéritos, tanto o feito durante o seu governo quanto o do período revolucionário, os quais, mesmo este último o condenando, não conseguiram provar nada contrário ao governo.⁶⁶ No entanto, Aristeu também não consegue apresentar evidências definitivas de sua inocência.

O próprio Garcia de Rezende que, na época do acontecido, defendeu com veemência o governo, em suas memórias demonstra que houve equívocos por parte daquele, acabando por culpá-lo muito mais do que à oposição.⁶⁷

Como vimos, temos versões completamente diferentes que tentam explicar o mesmo evento. Dada a acentuada perda de popularidade do governo após o comício, tudo indica que a população capixaba esteve mais propensa a responsabilizar o governo. Com toda certeza, o executivo teve a

maior culpa no ocorrido, porquanto, mesmo que não tenha tido a intenção de ferir pessoas inocentes, errou na condução de todo o processo até a realização do comício.

Todavia, mais importante, para os objetivos deste trabalho, do que comprovar se a culpa foi do Governo ou da Caravana Liberal, é ter claro que os acontecimentos de 13 de fevereiro abalaram sensivelmente a popularidade do presidente Aristeu e, ao mesmo tempo, aumentaram o número de opositoristas e de simpatizantes da Aliança Liberal no Estado. O comício, também, marcou de forma negativa a sua administração, já à época como para a posteridade, tendo em vista que as escassas análises sobre o seu governo se referem principalmente às trágicas ocorrências da praça do Carmo.

O progressivo aumento da imagem negativa do governo junto à população está representado até mesmo no jornal governista, onde, lendo com mais atenção dois editoriais do Diário da Manhã, encontramos denotada uma preocupação situacionista com o crescimento de uma opinião contrária ao executivo frente aos acontecimentos de 13 de fevereiro. O primeiro intitulado “A Opinião Pública” publicado em 21 de fevereiro, num pequeno trecho diz o seguinte:

Os acontecimentos de Victoria precisam e devem ser examinados com serenidade e isenção de animo. Sobretudo isenção de animo.

A opinião publica não ha de ser norteadada pelo commentario dos cafés, feito ao sabor do maior numero de desoccupados, que são os liberaes.

Também, está claro, não se formará á sombra dos commentarios contrarios, sem mais exame.

O exame dos factos, sereno, claro, terá que ser feito com o raciocinio e com a intelligencia.⁶⁸

Já o segundo, publicado seis dias depois, inicia focando, mais uma vez, a necessidade da opinião pública ficar atenta a verdade dos fatos e não se deixar levar no seu julgamento. Diz a passagem final do editorial de nome “Examinando as Provas”:

Deixemos, pois, de lado os boatos e as invencionices.

Ao vozerio inconsciente de meia duzia de desocupados, oppunhamos a expressiva solidariedade que o governo ha recebido de quantos têm responsabilidades definidas na vida do Estado e não desçamos a desmentir esses boateiros contumazes que investem contra todos os auxiliares da administração, como se, do nosso lado, houvesse transfugas.

No momento, não queremos senão provas, para examinal-as e, com ellas, confundir os boateiros.⁶⁹

Provas essas que nunca vieram e seriam fundamentais no sentido de tentar reverter, ou mesmo amenizar, uma situação de perda de prestígio.

Do mesmo modo, alguns contemporâneos, que deixaram escritos sobre o fato, também demonstraram a queda da popularidade de Aristeu diante dos acontecimentos. Para o governista Rezende:

Apesar da consagração das urnas, já na metade do quadriênio tornou-se impopular. A dissolução à bala do comício realizado em Vitória, a 13 de fevereiro de 1930, pela caravana da Aliança Liberal, foi a causa do desgaste político-partidário, fortalecendo, por outro lado, uma campanha oposicionista que não tinha o menor relevo no Estado pelo pequeno grupo de descontentes que dela participavam. [...] Resultado desse triste episódio: o governo perdeu o apoio da opinião pública, revolucionando Vitória.⁷⁰

Nesse ponto, acreditamos ter comprovado a nossa segunda hipótese. Como apresentamos, Aristeu iniciou o seu mandato como uma unanimidade positiva dentro do território capixaba, entretanto essa lhe foi escapando desde a escolha de seus auxiliares recheados de nomes de parentes, prosseguiu com as críticas a sua gerência administrativa e financeira do Estado frente à crise econômica e, concomitantemente, por meio das consequências do comício de 13 de fevereiro.

III.4 A aproximação do Espírito Santo com São Paulo

Durante todo o primeiro período republicano, o pequeno Espírito Santo, sem força política e econômica, esteve sob a ascendência direta dos dois estados que mais influíam na política nacional, Minas Gerais e São Paulo. Em alguns momentos Minas se sobrepunha, em outros a vez era de São Paulo. Entretanto, este último, no período concernente a este estudo, se transformou

no espelho para os capixabas, tendo exercido importante influência política, econômica e cultural. O estado paulista era constantemente elogiado pelos atores políticos estaduais e pela imprensa espírito-santense. Expressões e sentenças referentes à capacidade paulista, como, “Escola de brasilidade”⁷¹, “[...] adiantada e operosissima unidade da federação brasileira [...]”⁷² e “[...] monumento de operosidade [...]”,⁷³ eram comumente encontradas. O presidente do Estado foi buscar, junto aos paulistas, idéias, exemplos e, até mesmo, pessoal especializado para ajudá-lo na condução da administração pública. Vários secretários de Estado viajaram a São Paulo para conhecer e trazer as técnicas mais modernas de sua respectiva pasta. Através das palavras do próprio Aristeu, encontramos representado todo o deslumbramento que a prosperidade paulista causava ante os olhos dos capixabas.

{...} tendes deante de vossos olhos o espectáculo maravilhoso da grandeza de S. Paulo, que deslumbra, pela imponencia da sua lavoura, do seu commercio, da sua industria; pela rectidão e sabedoria da sua justiça; pela sua modelar organização dos serviços de hygiene, instrucção e polícia; pela capacidade productiva, a honradez, o patriotismo dos seus homens publicos que lhe têm garantido esta situação privilegiada, este exito assombroso de vossa grande capital que vai crescendo vertiginosamente, em todas as direcções, impulsionada pelas potentes alavancas do interior enriquecido e triumphante.⁷⁴

Nesse momento da política espírito-santense, o “norte” estava direcionado para São Paulo. As relações entre os dois governos, durante o mandato Aristeu, se estreitavam, facilitando um providencial intercâmbio de idéias. Todavia, não eram somente estas que circulavam entre os dois estados, ações efetivas estavam sendo empreendidas por técnicos paulistas dentro da “máquina estadual”.

É fato que, tendo a lavoura cafeeira como principal fonte de riqueza, as políticas que a beneficiavam eram de importância fundamental para ambos os estados, principalmente a de valorização do produto, o que instituíam um importante elo de vinculação de interesses. Entretanto, além de vantagens comuns, o que mais poderia desejar São Paulo com essa aproximação, tendo em vista o empenho realizado por esse governo no sentido de estreitar o relacionamento? Aristeu e os seus secretários que visitaram o Estado paulista foram tratados com todas as honras e pompas, sendo recebidos pelas principais autoridades com calorosas recepções e jantares, tendo direito, inclusive, a desfiles militares em sua homenagem. Biografias, entrevistas e grandes

reportagens referentes à passagem das autoridades públicas eram publicadas nos principais jornais locais.⁷⁵ Do mesmo modo, os atores políticos paulistas exageravam nos elogios à terra capixaba e aos seus habitantes. Dentre muitos, o secretário de interior, Fabio Barreto, assim se referiu ao Estado: “O Espírito Santo é a mais completa expressão do Brasil novo.”⁷⁶ Questões políticas, econômicas e mesmo de ajuda militar são alguns pontos a considerar nesse interesse paulista. A possibilidade de influir nas decisões da representação federal capixaba, ou mesmo indicar nomes para compô-la; um fiel aliado nas decisões vinculadas a interesses cafeeiros, como, por exemplo, influir na questão das cotas. Neste último ponto o Espírito Santo foi acusado de ceder partes de sua cota a São Paulo sem consultar os demais subscritores do convênio como seria o correto de acordo com as normas vigentes.⁷⁷ E força policial aliada ante qualquer possibilidade de confronto, pois, por mais remota que pudesse ser a existência de qualquer tipo de conflito, é importante considerar que, no momento em que os instrutores militares paulistas vieram ao Estado, já existia a Aliança Liberal e a respectiva dissensão política nacional. Reforça essa questão, uma crítica constante do jornal de oposição frente ao que considerava um desnecessário e “estranho” aumento do efetivo policial.⁷⁸

O secretário de interior se locomoveu a São Paulo para conhecer como se organizava a sua força pública. Não sabemos se somente por conveniência e decisão próprias, ou sensibilizado por algum tipo de “necessidade” criada pelos paulistas, Mirabeau retornou ao Estado com a intenção de enquadrar a polícia capixaba à daquele Estado. Nesse sentido contratou instrutores para a guarda civil, inspetoria de trânsito e polícia militar. Esses profissionais e alguns de seus treinamentos encontramos representados através de fotos publicadas à época pela revista Vida Capixaba. A foto 01, se refere aos instrutores da guarda civil: “O Sr. Pedro Bós, inspetor da guarda civil, entre seus auxiliares, Srs. Edmundo Leszczynski e Francisco Castro, guardas paulistas, commissionados pelo actual governo para instruirem a nossa guarda.”⁷⁹

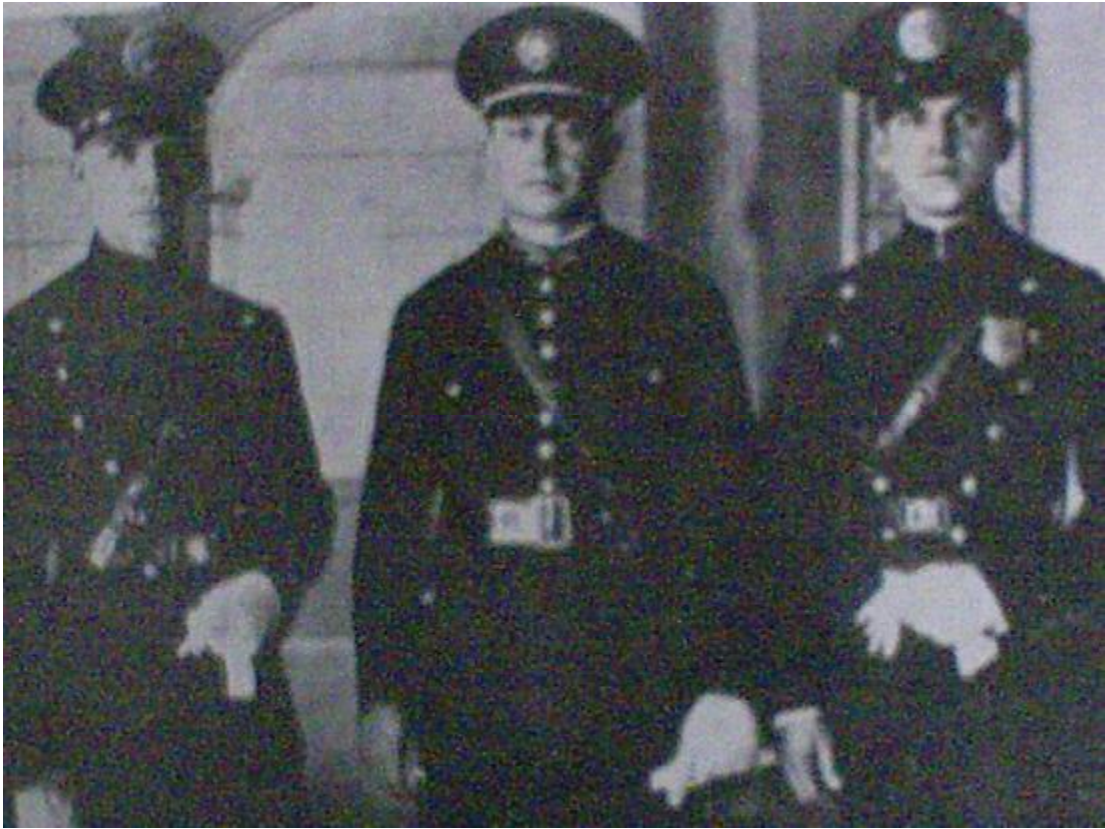


Foto 01

Já a segunda foto nos mostra uma festa em homenagem ao inspetor de veículos paulista responsável pelo treinamento, e apresenta os seguintes dizeres:

“Photographia tirada por ocasião de ser oferecida, pelos inspectores de vehiculos desta cidade, uma festa de despedida ao chefe da missão instructora paulista, Sr. José Pedro de Moraes e Silva, vendo-se sentados da direita para a esquerda, os Srs. Pedro Carlos Bós, de branco, inspector da guarda; José Pedro de Moraes e Silva, o homenageado; Francisco Castro, instructor; Edmundo Leszczynski, instructor e Francisco Vidigal, fiscal geral.”⁸⁰



Foto 02

Finalizando, as fotos 03 e 04 mostram treinamentos de campo da polícia capixaba, também sob o comando de um capitão paulista: “O regimento policial do Estado, cuja instrução está actualmente a cargo do cap. Benedicto Castro, da polícia paulista, fazendo exercícios de trincheira e descansando no acampamento.”⁸¹



Foto 03



Foto 04

Também o secretário da instrução, que, como vimos, esteve à frente de modificações importantes na educação capixaba, viajou pela capital e interior de São Paulo visitando estabelecimentos de ensino, com a missão de estudar o funcionamento do sistema educacional daquele Estado. É o próprio Atílio que, em entrevista a um jornal paulista, nos resume os benefícios de sua viagem:

“[...] Volto para minha terra profundamente encantado, e levo no espírito o ensinamento que as grandes instituições de S. Paulo me ofereceram. Visitei as escolas profissionais de S. Paulo, de Campinas; Escola Normal e Jardim da Infancia desta capital. Em tudo, senti predominar aquelle alto espirito de disciplina e de realização que transformou a terra dos bandeirantes num modelo de Estado.”⁸²

No intuito de suprir a Escola Ativa com técnicos capacitados, trouxe, através de contratos comissionados, os professores paulistas, Manoel Deodato de Moraes para a direção do Curso Superior de Cultura Pedagógica e Paulo Gomes Cardin para o ensino de música focado nos objetivos do novo método.⁸³

No momento em que o executivo decidiu montar uma Bolsa de Comércio de Café na Praça de Vitória, foi também, em São Paulo, que buscou o técnico para ser o encarregado da tarefa. Luiz Caiaffa, gerente da Caixa de Liquidação de Santos, foi escolhido após indicação feita ao Governo Estadual pelo presidente da Bolsa Oficial de Café daquela cidade. Após todo o trabalho de organização que consumiu seis meses, Caiaffa foi nomeado para o cargo de primeiro presidente da Bolsa espírito-santense. Tão logo assumiu, um dos seus primeiros atos foi enviar por intermédio do deputado Abner Mourão, uma lata do café Capitania, considerado o melhor do Estado, para o presidente de São Paulo Julio Prestes.⁸⁴ Como vemos encontrávamos profissionais paulistas trabalhando em várias áreas da administração capixaba.

Tendo em vista essa correspondência de interesses, no momento em que ficou decidido o nome de Julio Prestes para ocupar a Presidência da República, o Estado do Espírito Santo, através do seu governante, corroborado pelo Partido Republicano Espírito-Santense, pela Associação Comercial de Vitória e pela Junta Comercial, assumiu rapidamente a candidatura do presidente paulista.⁸⁵

Diante desses fatos, torna-se fácil concordar com Carlos Lacerda quando disse:

“Pequeno e desprotegido o Espírito Santo oscilou, sempre, entre duas influências: A de Minas quase sempre preponderante e a de São Paulo, vigente por ocasião da vitória de 30. Paulistas eram então as missões de sua força pública, os professores que assistiram a sua reforma educacional. [...] Por isso mesmo, não encontrou a revolução de 30 que derrubou a ascendência política de São Paulo na federação, ambiente favorável nos circuitos dirigentes da vida capichaba.”⁸⁶

É claro que, durante a Primeira República, por uma série de motivos, inclusive dependência econômico-financeira, era muito difícil, principalmente para os pequenos Estados, irem de encontro às decisões do Governo Federal. Tanto era assim que dezessete Estados da federação apoiaram a candidatura Julio Prestes. Todavia, o que nós estamos constatando, através desta pesquisa, é que, mesmo considerando a existência da ligação com o Governo Federal, o Espírito Santo estava muito mais próximo do Estado paulista. Essas estreitas relações não permitiriam de maneira nenhuma uma posição contrária à decisão emanada das forças políticas de São Paulo. É fato que a escolha foi ainda mais facilitada por essas estarem no comando do executivo federal. Em face dessa aproximação do Espírito Santo com São Paulo, o Governo capixaba foi um dos, senão o primeiro, a apoiar a candidatura oficial, a despeito das históricas relações com o vizinho Estado de Minas. Com essa constatação, acreditamos ter comprovado a terceira e última hipótese a que nos propusemos neste estudo.

III.5 A fuga

A 03 de outubro de 1930, irrompeu, simultaneamente nos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, a conspiração revolucionária, que vinha sendo construída, com idas e vindas, desde a dissidência entre as grandes oligarquias nacionais a partir da escolha de Julio Prestes como candidato à presidência. Naquele mês, os fatos se precipitaram em uma velocidade vertiginosa, provocando transformações no comando dos macropoderes estaduais e modificando as relações políticas nacionais. Após 21 dias de combates, oficiais do exército e da marinha destituíram o Presidente Washington Luís e formaram uma junta governativa no intuito de permanecerem no poder. Entretanto essa não resistiu à pressão dos revolucionários a favor da posse do candidato

derrotado nas últimas eleições e principal líder civil da sublevação, o gaúcho Getúlio Vargas, que assumiu a presidência da república em 03 de novembro.

A frente, que deu sustentação a esse movimento, tinha na sua composição um substancial número de tenentes do exército brasileiro. A presença de integrantes do exército e, ao mesmo tempo, as novas idéias que à época influenciavam os militares, favoreceram a cooptação de contingentes legalistas da corporação, que tinham como dever defender a ordem constituída. No Espírito Santo esses tiveram papel fundamental na vitória das forças revolucionárias, como veremos.

Aristeu foi empossado na presidência do Estado em 30 de junho de 1928, para exercer o mandato até o mesmo mês do ano de 1932, todavia esteve à frente do executivo somente até 15 de outubro de 1930, metade do tempo para o qual tinha sido eleito. Isto porque, diante da manifesta derrota para as tropas revolucionárias, no dia 16 embarcou em um cargueiro italiano rumo ao Rio de Janeiro, juntamente com seu secretário do interior Mirabeau Pimentel, e respectivas famílias. Essa partida repentina figura, ao lado dos acontecimentos do comício da Aliança Liberal, dentre as maiores críticas sofridas por Aristeu e seu governo, tanto pelos seus contemporâneos quanto por escritos que se reportaram ao período. Acusado de medroso e de não honrar a dignidade do povo espírito-santense, entre inúmeros outros impropérios dos quais foi vítima. No Congresso Estadual, no mesmo dia da sua partida, os deputados, na maioria fiéis escudeiros de seu governo, o criticavam com veemência nunca antes presenciada. O deputado Ubaldo Ramallete, em discurso emocionado, clamava ao Congresso Legislativo que desse uma demonstração eloqüente, “[...] em nome do povo espírito-santense contra esse acto de abandono, para que sobre todo o nosso povo não possa cair o labéo da covardia.”⁸⁷

Aristeu, em sua defesa, justificou sua súbita viagem com destino à capital da República à necessidade de encontrar-se com o Presidente para cientificá-lo dos desacertos, que, segundo seu entendimento, as tropas enviadas pelo Estado Maior do exército, responsáveis pela defesa do Estado, estavam assumindo em solo capixaba. Estava preocupado com a tática usada pelo comando da operação em não oferecer resistência alguma às tropas invasoras no interior do Estado, recuando insistentemente para concentrar a defesa na capital, o que considerava totalmente contraproducente.⁸⁸

O chefe do executivo ainda argumentava que os oficiais que desembarcaram em Vitória no navio Itagiba, Coronel José Armando de Paula, Major Aristides Paes Brasil e Capitão João Punaro Bley, não estavam imbuídos da defesa do Estado como deveriam e, ao menos dois, o Major e o Capitão já estavam impregnados pelo “Espírito Revolucionário”. Esses, inclusive, acabaram por atrapalhar a própria resistência que estava sendo feita com algum sucesso nas fronteiras pelo regimento policial militar, o qual, além de possuir um razoável efetivo, vinha sendo treinado por oficiais da Força Pública de São Paulo, já que esta, por essa época, era uma polícia melhor preparada. Através de ordem emanada do Governo Federal, o comando deveria ser centralizado na mão dos oficiais do exército e estes decidiram recuar e usar equivocadamente a capital do Estado como ponto de defesa. Vitória, uma ilha que dependia da água e da energia que vinham do continente a aproximadamente 20 quilômetros de distância, não era um ponto ideal para se concentrar a reação. Bastava os revolucionários tomarem os pontos de abastecimento que minariam as resistências na capital, ao mesmo tempo que causariam imensas privações à sua população, enquanto isso, no interior, existiam ótimos pontos de defesa desprovidos de contingentes populacionais. Para Aristeu estava claro que os oficiais se encontravam eivados de segundas intenções.⁸⁹

Nesse momento da disputa os oficiais já estavam comprometidos, ou mesmo eram simpatizantes à causa revolucionária, e não somente os de maior patente, mas também alguns dos tenentes que desembarcaram no Estado. Pode-se concluir, então, que a tática utilizada pelos militares em retroceder até a capital era a certa, tendo em vista encontrarem-se compromissados com a Revolução e desejarem inviabilizar as defesas do Estado para facilitar a sua vitória. Foram os oficiais do exército, que vieram para guarnecer o Espírito Santo, os responsáveis pela facilidade de penetração das colunas revolucionárias em território capixaba e, conseqüentemente, por entregaram o Estado à Revolução vitoriosa.

Garcia de Rezende, contemporâneo aos fatos, assim enxergava o poder de ação das tropas revolucionárias e o comportamento dos militares legalistas.

A revolução que derrubou a República Velha, no Espírito Santo [...] foi uma comédia. A força expedicionária que invadiu o Estado procedente de Minas Gerais, poderia ser liquidada, logo que entrou no território espírito-santense, se o coronel que o presidente da República enviara para assumir o comando das forças legalistas, inclusive a P.M., houvesse entrado em ação. Mas contra a expectativa geral, permitiu que os invasores avançassem em direção a Vitória, sem a menor resistência.⁹⁰

Podemos constatar o duplo comportamento dos oficiais do exército, através das posições assumidas por esses tão logo os revolucionários entraram na capital, ou mesmo nas suas declarações sobre os acontecimentos. O Capitão João Punaro Bley toma parte da junta governativa formada a partir do dia 19, sendo posteriormente nomeado interventor, o Major Aristides Paes Brasil ficou como comandante da guarnição revolucionária de Vitória e o Coronel José Armando de Paula, posteriormente “[...] declarou ao Correio da Manhã (12-12-1930) que nada fizera para impedir a vitória da revolução.”⁹¹

Segundo Aristeu, convicto “[...] da dubiedade de uns e deslealdade de outros dos elementos a que estava confiada a defesa do Espírito Santo [...]”,⁹² decide deixar Vitória e ir ao encontro do Presidente da República, tentar angariar esforços para defender o Estado. Todavia, tendo em vista ordem emanada da capital federal, o navio foi obrigado a mudar o seu trajeto e rumar para a Bahia, na qual desembarcou no dia 20. Nesta, sentindo que a sua tentativa tinha sido em vão, pois o Presidente da República decidira não recebê-lo, resolve embarcar para Lisboa no navio francês “Belle Isle.”⁹³

Essa viagem, para ele, de maneira nenhuma poderia ser considerada como abandono do cargo, pois a Constituição estadual facultava ao presidente sair do Estado por até vinte dias, independente de licença e transmissão.⁹⁴ Entretanto em Sessão realizada em 22 de outubro, o Congresso Legislativo decretou o cargo como vago, a despeito do voto vencido do deputado José Sette que considerou ilícito o não aguardo do prazo consignado na Constituição Estadual.⁹⁵ Caso esta tivesse sido respeitada, o Presidente teria sido deposto pela Revolução na posse de suas prerrogativas legais, somente se encontraria fora do Estado, não sendo formalmente caracterizado o abandono do cargo. Por outro lado, muitos dos deputados antigos partidários da situação anterior já estavam se afinando com a atual e buscavam, nas suas decisões e discursos, não melindrar os novos detentores do poder, que tinham interesse nessa questão.

Essas foram as ponderações de Aristeu para ter deixado subitamente o Espírito Santo naquela data. Entretanto, se existia a intenção de ir ao Rio de Janeiro dialogar com o Presidente da República e retornar ao Estado, é de estranhar a decisão de partir à surdina e a necessidade da companhia de seu secretário do interior e de suas próprias famílias. Como não conseguira chegar ao Rio de Janeiro e cumprir o seu intento, também não retornou à Vitória, ao menos numa tentativa, diante da gravidade da situação, de encontrar uma melhor saída frente às tropas invasoras no intuito de propiciar tranquilidade e segurança à população. Isso não foi realizado pelo Presidente.

Por outro lado, diverso entendimento da questão afiança que a saída do Presidente do território estadual seria uma das soluções encontradas para evitar-se um possível choque entre forças contrárias dentro da capital. Achiamé, fundamentado em ata da Associação Comercial de Vitória, cita a existência de um acordo entre os diretores dessa entidade com o chefe do executivo estadual, avalizado pelas forças revolucionárias. Em tal acordo, firmado no dia 15 de outubro, o qual o Presidente pode ter tomado como um “ultimato,” dada a força dessa representação, Aristeu se compromete a dar uma solução em 24 horas para que se evite qualquer tipo de derramamento de sangue junto à população e em virtude desse pacto decide pela sua saída.⁹⁶ Analisando a respectiva ata, encontramos realmente nela consignada a afirmação de que a partida de Aristeu se deu em virtude dessa proposta da Associação.

Sua Excellencia garantiu-nos, então, sob palavra, que, no seu governo não correria sangue em nossa cidade e que elle saberia corresponder ao appello que lhe fazíamos. Quanto ao accordo proposto, disse-nos o Presidente do Estado, que deliberaria dentro de 24 horas, convencido que estava de que dentro desse prazo a situação se resolveria sem sacrificio para o nosso povo.

Cumprindo sua palavra, o sr. dr. Aristeu de Aguiar retirou-se no dia immediato, para bordo do vapôr italiano “Atlanta”, ficando a cidade a espera da Columna Revolucionaria.⁹⁷

Entretanto é importante termos claro que todas as explicações sobre o referido acordo se encontram em justificativas de diretores demissionários, perante seus pares, de atos cometidos em nome da respectiva Associação, sem estarem autorizados para fazê-los, ou seja, falavam em seu próprio nome, assumindo responsabilidades por atitudes que não eram da concordância de todos os membros da entidade.

A partir dessa constatação, torna-se procedente questionar a veracidade de algumas das afirmações dos diretores contidas nas respectivas atas, dentre essas, a que se refere ao abandono da presidência como parte constante do acordo. Após os fatos consolidados e convenientemente resolvidos, torna-se fácil aludir que a saída de Aristeu do Estado foi providencial. No entanto, a situação poderia ter-se complicado, por exemplo se o Coronel José Armando, investido, no mesmo dia, nas funções de Interventor pelo Presidente da República, resolvesse endurecer a defesa, independente de ponderações de quem quer que fosse. Caso o confronto ocorresse, será que a partida repentina do chefe do executivo estaria constando como parte integrante do acordo na explicação dos diretores?

Interessante constatar que só os diretores da dita associação consideravam que a saída de Aristeu por si só garantiria a possibilidade da não existência de uma guerra civil, os demais representantes da sociedade, como os deputados estaduais, por exemplo, não partilhavam dessa opinião e afiançavam que o presidente deveria ter permanecido no posto. No plenário da Assembléia Legislativa, no mesmo dia de sua partida, o chefe do executivo foi impetuosamente criticado pela sua atitude. Para os deputados, havia outra possibilidade de evitar-se o derramamento de sangue, mas com Aristeu no posto, exercendo as prerrogativas para as quais foi eleito e não os riscos de uma presidência acéfala.

Além disso, Aristeu, em nenhum momento, cita a existência desse acordo que ao nosso entendimento poderia ajudá-lo na sua defesa, pois ao assumir que saiu para resguardar a capital do Estado, mediante um pacto firmado com representantes das classes conservadoras, com toda certeza amenizaria as críticas à sua fuga. Entretanto, se esta última era realmente a intenção, Mirabeau, que estava visado pelos revolucionários desde o comício de fevereiro, não poderia estar ausente nessa hora.

Diante da presunção de abandono do cargo, em razão da partida inesperada e sem aviso a nenhuma autoridade constituída, ou à população capixaba, assumiu então a Presidência, ainda no dia 16, o deputado Antonio Athayde, na ocasião presidente do Congresso Legislativo, em face, como vimos, da contumaz ausência do vice-presidente do Estado. Todavia esse só esteve à frente do cargo por três horas, sendo substituído pelo Coronel José Armando, nomeado interventor

conforme ordem do ainda Presidente da República Washington Luís, de acordo com prerrogativas emanadas da Constituição Federal.⁹⁸

No dia 19, quando os revolucionários entraram na capital, foi formada uma Junta Governativa composta pelo capitão João Punaro Bley, o juiz João Manoel de Carvalho e o jornalista Afonso Lyrio. O nome escolhido para ocupar a interventoria, a partir do dia 22, recaiu sobre o capitão Bley que se “etemizou” no poder governando o Espírito Santo durante os anos de 1930 a 1943. Aristeu rumou com destino a Portugal, entretanto em 1931 retornou ao Brasil fixando residência na cidade do Rio de Janeiro, na qual se tornou advogado militante, membro do Instituto dos Advogados e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados. Foi, também, presidente da Financiadora Sociedade Anônima e diretor do contencioso da Companhia General Elétrica até o momento em que a morte o alcançou em setembro de 1951.⁹⁹

Notas ao capítulo III:

- 1 Aguiar, Aristeu Borges. *O meu governo e a defesa dos meus actos*. Officina de Obras do Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1932. p. 8.
- 2 Ibid. p. 14.
- 3 *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura, em 07 de setembro de 1929, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 71. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm>> acesso em: 10/12//2006. p. 59 - 181 passim.
- 4 Ibid. p. 87 e 88.
- 5 Ibid. p. 86.

- 6 *Diário da Manhã*. 09/03/1929.
- 7 *A Gazeta*. 18/08/1930.
- 8 *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura, em 07 de setembro de 1929, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm>> acesso em: 10/12//2006. p. 63 – 168 passim.
- 9 *Ibid.* p. 169.
- 10 *Ibid.* p. 170.
- 11 *Ibid.* p. 174 – 179 passim.
- 12 *Diário da Manhã*. 02/07/1929 e 18/07/1929; *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura, em 07 de setembro de 1929, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm>> acesso em: 10/12//2006. p. 237.
- 13 *A Gazeta*. 01/08/1930.
- 14 *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura, em 07 de setembro de 1929, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 118 – 121 passim. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm>> acesso em: 10/12//2006 e *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 22 de setembro de 1930, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 108 – 112 passim.

- 15 *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 22 de setembro de 1930, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 175 – 189 passim.
- 16 *Mensagem final* apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriennio de 1924-1928. p. 273. Grifos nossos.
- 17 Bittencourt, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O roteiro da industrialização. Do engenho às grandes indústrias (1535-1980)*. Livraria Editora Cátedra Rio de Janeiro. 1987 e Rocha, Haroldo Correa & Cosseti, Maria da Penha. *Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo – 1850/1930*. NEP - Departamento de Economia – UFES.
- 18 *Mensagem final* apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriennio de 1924-1928. p. 104.
- 19 *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 22 de setembro de 1930, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 229.
- 20 Para uma análise detalhada sobre a constituição de indústrias no Estado do Espírito Santo até o final da década de 1920, ver Bittencourt, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O roteiro da industrialização. Do engenho às grandes indústrias (1535-1980)*. Livraria Editora Cátedra Rio de Janeiro. 1987. Haroldo Correa & Cosseti, Maria da Penha. *Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo – 1850/1930*. NEP - Departamento de Economia – UFES. Ferreira, Sinésio Pires. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1849-1960*. Rio de Janeiro. UFRJ. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia Industrial. 1987.

- 21 *A Gazeta*. 21/05/1930.
- 22 *A Gazeta*. 24/09/1930.
- 23 Ibid.
- 24 Ibid.
- 25 *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 22 de setembro de 1930, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 231.
- 26 Ibid. p. 230.
- 27 Ibid. p. 6.
- 28 Ibid.
- 29 *Mensagem final* apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriennio de 1924-1928. p. 109.
- 30 *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura, em 07 de setembro de 1929, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 125. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm>> acesso em: 10/12//2006. p. 214.
- 31 Ibid. p. 210.
- 32 *A Gazeta*. 05/05/1930.

- 33 *A Gazeta*. 1930. Várias datas.
- 34 *A Gazeta*. 20/06/1930.
- 35 *A Gazeta*. 18/06/1930.
- 36 *A Gazeta*. 26/06/1930.
- 37 *A Gazeta*. 20/06/1930.
- 38 *A Gazeta*. 26/06/1930.
- 39 *A Gazeta*. 25/07/1930.
- 40 *A Gazeta*. 30/06/1930.
- 41 *A Gazeta*. 23/07/1930.
- 42 *A Gazeta*. 20/06/1930; 28/06/1930 e 30/06/1930.
- 43 Ibid.
- 44 *A Gazeta*. 20/06/1930.
- 45 *Mensagem* final apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriennio de 1924-1928. p. 106.
- 46 *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 22 de setembro de 1930, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 253.

- 47 Aguiar, Aristeu Borges. *O meu governo e a defesa dos meus actos*. Oficina de Obras do Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1932. p. 57 e 58.
- 48 Ibid. p. 58.
- 49 Derenzi, Luiz Serafim. O 13 de fevereiro. In: Tallon, Miguel Depes e Costa, Luciana Osório. (Org.) *O Espírito Santo na Revolução de 30*. Vitória. Assembléia Legislativa. 1980. p. 17.
- 50 *A Gazeta*. 25/09/1930.
- 51 Pacheco, Renato José Costa. *Os Dias Antigos*. Vitória. EDUFES. Secretaria Municipal de Cultura. Vitória. 1998. p. 33.
- 52 Aguiar, Aristeu Borges. *O meu governo e a defesa dos meus actos*. Oficina de Obras do Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1932. p. 44.
- 53 Rezende, Sezefredo Garcia de. *Memórias (1897-1978)* Vitória. 1981. p. 38.
- 54 Pacheco, Renato José Costa. *Os Dias Antigos*. Vitória. EDUFES. Secretaria Municipal de Cultura. Vitória. 1998. p. 34.
- 55 Derenzi, Luiz Serafim. O 13 de fevereiro. In: Tallon, Miguel Depes e Costa, Luciana Osório. (Org.) *O Espírito Santo na Revolução de 30*. Vitória. Assembléia Legislativa. 1980. p. 16
- 56 *Agora*. Vitória, outubro de 1980. p. 13.
- 57 Ibid. p. 15.
- 58 *A Gazeta*. 03/10/1930.

- 59 Ibid.
- 60 Ibid.
- 61 *Diário da Manhã*. 28/02/1930.
- 62 Aguiar, Aristeu Borges. *O meu governo e a defesa dos meus actos*. Oficina de Obras do Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1932. p. 45.
- 63 *Diário da manhã*. 14/02/1930.
- 64 Ibid.
- 65 *Diário da Manhã*. 15/02/1930.
- 66 Aguiar, Aristeu Borges. *O meu governo e a defesa dos meus actos*. Oficina de Obras do Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1932. p. 42 – 47 passim.
- 67 Rezende, Sezefredo Garcia de. *Memórias (1897-1978)* Vitória. 1981. p. 38 e 39.
- 68 *Diário da Manhã*. 21/02/1930.
- 69 *Diário da Manhã*. 27/02/1930.
- 70 Rezende, Sezefredo Garcia de. *Memórias (1897-1978)* Vitória. 1981. p. 38 e 39.
- 71 *Diário da Manhã*. 05/10/1928.
- 72 *Diário da Manhã*. 28/09/1928.

- 73 Aguiar, Aristeu Borges de. *O Estado do Espírito Santo e as suas possibilidades*. Conferencia pronunciada, em 27 de outubro de 1927, no Palacio das Industrias, em São Paulo, por ocasião do Congresso em comemoração do bicentenario da introdução do cafeeiro no Brasil. p. 6.
- 74 Ibid.
- 75 *Diário da Manhã*. 23/09/1928, 05/10/1928, 26/03/1929 e 25/04/1929.
- 76 *Diário da Manhã*. 05/10/1928.
- 77 Correio da Manhã apud *A Gazeta*. 05/07/1930.
- 78 *A Gazeta*. 26/06/1930 e várias datas.
- 79 *Vida Capichaba*. Ano VII. nº 207. 26 de dezembro de 1929.
- 80 *Vida Capichaba*. Ano VII. nº 197. 17 de outubro de 1929.
- 81 *Vida Capichaba*. Ano VII nº 202. 21 de novembro de 1929.
- 82 A Platéia apud *Diário da Manhã*. 05/10/1928.
- 83 *Diário da Manhã*. 30/06/1929.
- 84 *Diário da Manhã*. 02/07/1929 e 18/07/1929.
- 85 *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura, em 07 de setembro de 1929, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo. p. 125. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm>> acesso em: 10/12//2006. p. 46 – 52 passim.

- 86 Lacerda, Carlos. apud. Oliveira, Euflasina W. De. *Mucurici e Montanha: A ocupação de parte dos “terrenos desconhecidos”*. Montanha. Ed. do autor. 1999.
- 87 Discursos Parlamentares. In: Tallon, Miguel Depes e Costa, Luciana Osório. (Org.) *O Espírito Santo na Revolução de 30*. Vitória. Assembléia Legislativa. 1980. p. 104.
- 88 Aguiar, Aristeu Borges. *O meu governo e a defesa dos meus actos*. Officina de Obras do Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1932 p. 51.
- 89 Ibid. p. 50 – 52 passim.
- 90 Rezende, Sezefredo Garcia de. *Memórias (1897-1978)* Vitória. 1981. p. 39.
- 91 Aguiar, Aristeu Borges. *O meu governo e a defesa dos meus actos*. Officina de Obras do Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1932. p. 52.
- 92 Ibid. p. 51.
- 93 Ibid. p. 51 e 52.
- 94 Ibid. p. 50 – 52 passim.
- 95 *Livro de atas setembro a outubro de 1930 do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo*. 7ª Sessão ordinária em 22 de outubro de 1930. p. 48 e 49.
- 96 Achiamé, Fernando Antônio de Moraes. *Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)*. Dissertação de mestrado. UFES. 2005. p. 113 e 114.
- 97 Acta da Reunião da Directoria da Associação Commercial de Victoria, em 6 de Novembro de 1930 apud Achiamé, Fernando Antônio de Moraes. *Elites políticas espírito-*

- santenses e reformismo autoritário (1930-1937)*. Dissertação de mestrado. UFES. 2005. p. 282.
- 98 *Livro de atas setembro a outubro de 1930 do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo*. 7ª Sessão ordinária em 22 de outubro de 1930. p. 46 e 47.
- 99 *Discursos Acadêmicos: Posse de Placidino Passos. Cadeira nº 3 (22 de outubro de 1970)*. Vitória. Academia Espírito-Santense de Letras. 1970. p. 35.

Considerações Finais

Tempos difíceis esses anos em que o professor e advogado Aristeu Borges de Aguiar esteve à testa do executivo estadual. Período de intensa agitação, no qual os fatos se sucediam num alvoroçar diário provocando tensões e divergências entre os atores políticos estaduais após um período de proveitosa harmonia. Forte crise política atrelada a uma das maiores crises econômicas, senão a maior que o capitalismo mundial já presenciou ao longo da sua história. Nesse “fogo cruzado,” nem sempre as decisões emanadas do Palácio Anchieta foram as melhores e mais acertadas diante dos acontecimentos, dentre essas podemos citar a demora em cortar gastos frente ao acentuar da crise, os procedimentos equivocados no comício da Aliança Liberal em Vitória e a saída de Aristeu do Estado no dia 15 de outubro, em plena efervescência revolucionária.

Foi intenção desta dissertação descortinar esse pequeno, porém provocante e conturbado espaço temporal. Desde a escolha do Presidente do Estado e sua festejada posse coroada com “ares” de positiva unanimidade, em uma época que o Espírito Santo “marchava” num ritmo acelerado de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, procurava extirpar de sua prática política, ao menos nas principais decisões estaduais, a contumaz violência anteriormente registrada, até o triste desfecho com a sua partida, no instante em que as tropas revolucionárias estavam preparadas para a batalha final, deixando o Estado órfão do seu condutor maior em um momento dos mais graves na história política capixaba.

Vimos também que, no momento em que as “nuvens negras” da crise econômica e dos distúrbios políticos cobriram os céus capixabas, o executivo entrou em uma escalada negativa, da qual não mais conseguiu libertar-se. Ao Metaforizar uma conjuntura ruim através da expressão “nuvens negras,” podemos comparar, utilizando o mesmo tipo de simbolismo, o fato político do comício de 13 de fevereiro de 1930 a um dia de “forte tempestade,” cujos estragos não foram recuperados por mais que a política dominante tenha tentado manipular a situação ao seu favor.

No intuito de desvendar algumas questões que pensamos serem primordiais para melhor compreensão desses anos, elaboramos três hipóteses explicativas que nos propusemos a confirmar no decorrer da pesquisa. A primeira se refere à celeridade com que a crise econômica de 1929 atingiu as finanças capixabas, a segunda evidencia a perda paulatina de prestígio de Aristeu frente ao desdobrar dos fatos sucedidos durante o seu mandato e, por fim, a última demonstra a importância que teve nesse período a aproximação do Espírito Santo com São Paulo no rumo tomado pelo Estado capixaba quando da divergência política entre as oligarquias nacionais e nos acontecimentos revolucionários de 1930. Pensamos que essas foram devidamente confirmadas através da utilização de fontes apropriadas e argumentação convincente. No entanto, como as investigações em pesquisa científica são dinâmicas e sempre estão sujeitas a novas reflexões, não é difícil surgirem contestações ao que concluímos. Essas novas observações serão sempre bem-vindas, pois, como vimos na introdução, esta dissertação tem com finalidade principal ajudar a escrever a história do Espírito Santo que ainda se encontra por ser realizada e, quanto mais debates críticos tivermos sobre determinado assunto, mais ampliaremos o nosso conhecimento sobre o Estado e, concomitantemente, com maior solidez estará a sua historiografia.

Referências:

Fontes

A Gazeta. Vitória: 1928-1930.

Aguiar, Aristeu Borges de. *O Estado do Espírito Santo e as suas possibilidades*. Conferencia pronunciada, em 27 de outubro de 1927, no Palacio das Industrias, em São Paulo, por ocasião do Congresso em comemoração do bicentenario da introdução do cafeeiro no Brasil.

Aguiar, Aristeu Borges de. *O meu governo e a defesa dos meus atos*. Rio de Janeiro. Oficinas de Obras do Diário de Notícias. 1932.

Aguiar, Aristeu Borges de. *Programa de Governo*. Vitória, 1928.

Aguiar, Aristeu Borges de. *Promessas e Realizações*. Vitória. 1929.

Aguiar, Audifax. *O Café no Estado do Espírito Santo. Detalhes da Defesa no período de Julho de 1928 a Outubro de 1930*. Rio de Janeiro. 1932.

Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Volume I. 1936.

Diário da Manhã. Vitória: 1927-1930.

Espírito Santo (Estado). Presidente, 1928-1930 (Aristeu Borges de Aguiar) *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura em 7 de setembro de 1929, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado.

Espírito Santo (Estado) Presidente, 1928-1930 (Aristeu Borges de Aguiar) *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 22 de setembro de 1930, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo.

Espírito Santo (Estado) Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos) *Mensagem* apresentada pelo Sr. Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo, na 1ª Sessão ordinária da 12ª Legislatura, em 4 de maio de 1925.

Espírito Santo (Estado) Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos) *Mensagem final* apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriennio de 1924-1928.

Espírito Santo (Estado) Presidente (Nestor Gomes) Mensagem...23 de maio de 1924 In: *Anais do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo*. Sessão Ordinária 1924.

Estado do Espírito Santo. Assembléia Legislativa. Arquivo Geral. *Cadastro de Deputados – Governo Republicano Federativo*.

Estado do Espírito Santo: *Obra de Propaganda Geral*. 1924.

Livro de Atas do Congresso Legislativo Estadual de setembro a dezembro de 1928 e setembro a outubro de 1930.

Mendonça, José Medina de. *Os Acontecimentos do dia 13 de fevereiro de 1930 em Vitória: Relatório*. Cachoeiro de Itapemirim. Tip. Machado. 1930.

Secretaria da Fazenda. *Estatística de Exportação*. Diário da Manhã. 1927.

Vida Capichaba. Vitória. 1927-1930.

Bibliografia

Achiamé, Fernando Antônio de Moraes. *Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)*. Dissertação de mestrado. UFES. 2005.

Aguiar Filho, Walter de. Aguiar, os nativos da Vila. In: *Morro do Moreno. História e Cultura do ES*. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/aguiar.htm>> acesso em: 05/10/2006.

Banck, Gert. *Dilemas e Símbolos: Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória. IHGES.

Basbaum, Leôncio. *História sincera da República (de 1889 a 1930)*. São Paulo. Alfa-Ômega. 1976.

Besse, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940*. São Paulo. Edusp. 1999.

Bittencourt, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O roteiro da industrialização. Do engenho às grandes indústrias (1535-1980)*. Livraria Editora Cátedra Rio de Janeiro. 1987.

Bittencourt, Gabriel Augusto de Mello. *Esforço Industrial na República do Café. O Caso do Espírito Santo. 1889-1930*. Vitória. 1982.

Bittencourt, Gabriel. *Historiografia Capixaba e Imprensa no Espírito Santo*. Edit. Vitória. 1998.

Bittencourt, Gabriel. *Literatura e História, Historiografia Capixaba (Bibliografia da 1ª República)* IHGES. Vitória. 1984.

Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. (Orgs.) *Dicionário de Política*. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1986

Borgo, Ivan Anacleto Lorenzoni; Rosa, Léa Brígida Rocha de Alvarenga; Pacheco, Renato José Costa. Norte do Espírito Santo: *Ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960)*. Vitória. EDUFES. 1996.

Bravo, Carlos Magno Rodrigues. *Resgate Histórico do Governo Municipal de Alegre (1891 - 1920)*. Fundação Banco do Brasil/Prefeitura Municipal de Alegre. s/d.

Buffon, Jose Antônio. *O café e a urbanização no Espírito Santo. Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas. 1992.

Burke, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992.

Calixte, Marien. *Florentino Avidos. Um homem à frente do seu tempo*. Editora Cidade Alta. Vitória/ES. 1998.

Câmara Municipal de Muniz Freire. *Governadores Municipais*. Disponível em: <http://www.camaramf.es.gov.br/histcamara.htm> acesso em 02/11/2006.> acesso em: 30/10/2006.

Campos Junior, Carlos Teixeira. *A construção da cidade. Formas de produção imobiliária em Vitória*. Flor e Cultura. 2002.

Campos Junior, Carlos Teixeira. *A formação da centralidade de Colatina*. Vitória. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. 2004.

Campos Junior, Carlos Teixeira. *O novo arrebalde: aspectos de formação urbano de Vitória*. São Paulo. USP. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 1985.

Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo. DIFEL. 1977.

Cardoso, Vicente Licínio org. *À margem da história da República*. Recife. FJN/Editora Massangana. 1990.

Carone, Edgar. *A Primeira República (1889/1930) (Texto e Contexto)*. Corpo e Alma do Brasil.. DIFEL. São Paulo. 1976

Carone, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)* Corpo e Alma do Brasil. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1970.

Carone, Edgar. *A República Velha (Evolução Política)* Corpo e Alma do Brasil. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1971.

Carvalho, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In. Fausto, Boris (org.) *O Brasil republicano*. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo. Difel. Vol. 2. 1977.

Carvalho, José Murilo de. Coronelismo. In: Beloch, Israel e Abreu, Alzira, Org. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, FGV/CPDOC. 1984.

Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Cia. das Letras. 1987.

Carvalho, José Murilo de. Os Três Povos da República. In. Carvalho, Maria Alice Resende de. (Org.) *República no Catete*. Rio de Janeiro. Museu da República. 2002. Disponível em: http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/carvalho_povos_republica.pdf-resultado Acesso em: 02 mar. 2006.

Cláudio, Afonso. *História da Propaganda Republicana no Estado do Espírito Santo*. Gráfica Espírito Santo. Vitória. 2002.

Cruz, Maurilen de Paulo (org.) *Faça-se Aracruz! (Subsídios para estudos sobre o município)* Edições Tempo Novo. Serra/ES. 1997.

De Decca, Edgar Salvadori. 1930 *O Silêncio dos Vencidos: Memória, História e Revolução*. Brasiliense. São Paulo. 1992.

De Viva Voz: *Depoimento de Carlos Lindenberg*. Cultural-ES. Vitória. 1989.

Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo. DIFEL. 1971.

Delfim Netto, Antonio. *O Problema do Café no Brasil*. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Ministério da Agricultura/SUPLAN. 1979.

Derenzi, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro. Pongetti. 1965.

Derenzi, Luiz Serafim. *Caminhos Percorridos. Memórias Inacabadas*. Disponível em: http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/memoria/derenzi/memorias/derenzi_4.html acesso em 02/11/2006.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. FGV-CPDOC. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Eurico_Sales.asp acesso em: 04/08/2006.

Discursos Acadêmicos; Posse de Placidino Passos; Cadeira nº 3 (22 de outubro de 1970). Vitória, Academia Espírito Santense de Letras, 1970.

Elton, Elmo. *Academia Espírito-Santense de Letras*. Casa Kosciunzko Barbosa Leão: Patronos e Acadêmicos. Vitória.

Elton, Elmo. *Logradouros Antigos de Vitória*. IJSN. Vitória. 1986.

Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo. Editora Globo. 1975.

Fausto, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. Brasiliense. São Paulo. 1981.

Fausto, Boris. *História do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo. 2001.

Fausto, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2001.

Fausto, Boris. *Pequenos Ensaio de História da República (1889/1945)*. Cad. 10, CEBRAP, São Paulo. Editora Brasiliense. 1973.

Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.) *O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

Ferreira, Marieta de Moraes. *A Reação Republicana e a crise política dos anos 20*. Revista Estudos Históricos. n° 11. 1993. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=25. Acesso em: 10 ago. 2005.

Ferreira, Sinésio Pires. *Espírito Santo; dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1849-1960*. Rio de Janeiro. UFRJ. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia Industrial. 1987.

Fonseca, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: O Capitalismo em Construção (1906-1954)*. São Paulo. Brasiliense. 1989.

Franco, Sebastião Pimentel; Hees, Regina Rodrigues. *A República e o Espírito Santo*. Vitória. Multiplicidade. 2003.

Fritsch, Winston. *1922: a crise econômica*. Revista Estudos Históricos. nº 11. 1993. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=25. Acesso em: 10 ago. 2005.

Fritsch, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: Abreu, Marcel de Paiva. (Org.) *A ordem do Progresso, cem anos de Política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro. Campus. 1989.

Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. *Sistema Oligárquico*. http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/glossario/ev_gl_sistoligarquico.htm acesso em 13/10/2005.

Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Difel. 1959.

Garcia, Milton Teixeira; Garcia, Maria Lúcia Teixeira. *O Vale do Itabapoana e a história de São Pedro de Itabapoana e São José do Calçado*. Vitória. EDUFES. 1997.

Gualberto, João. *A invenção do coronel*. Vitória. EDUFES. 1995.

Guanabara, Alcindo. *A presidência Campos Sales*. Editora da Universidade de Brasília. Brasília. 1983.

Gomes, Ângela de Castro; Ferreira, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*. Revista Estudos Históricos. nº 4. 1989. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=16. Acesso em: 19 set. 2005.

Gomes, Ângela de Castro; Pandolfi, Dulce Chaves; Alberti, Verena; (coordenação); Freire, Américo. et al. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira/CPDOC. 2002.

Governo do Estado do Espírito Santo. *Secretaria de Estado da Fazenda*. PROMAF/ES. Disponível em: <http://www.sefa.es.gov.br/painel/vultos> acesso em: 13/10/2006.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro. José Olímpio. 1956.

Houaiss, Antonio e Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Objetiva. 2001.

Folha do ES. Disponível em: <<http://www.folhaes.com.br/folhaes/noticias.asp?nID=4473>> acesso em: 02/11/2006.

Século Diário. Reportagens especiais. As confissões de Carlos Lindenberg. Disponível em: <www.seculodiario.com/reportagens/index_lindenberg01.htm > acesso em 01/09/2003.

Lamounier, Bolivar. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma Interpretação. In: Fausto, Boris. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III. v. 2. São Paulo. Difel. 1978.

Leal, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo. Alfa Ômega. 1978.

Lessa, Renato. *A invenção republicana*. São Paulo. Vértice. 1987.

Lima Júnior, Carlos Benevides. *Baía de Vitória: Aspectos Históricos e Culturais*. Vitória/ES.

Lima Sobrinho, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. São Paulo. Alfa-Ômega. 1975.

Martins Filho, Amilcar Viana. *A Economia Política do Café com Leite (1900-1930)*. Belo Horizonte. UFMG/Proel. 1981.

Mello, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo. Brasiliense. 1982.

Mendonça, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: A Consolidação da República Oligárquica. In: Linhares, Maria Yedda (org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro. Campus. 2000.

Ministério da Fazenda. *Ministros de Estado da Fazenda*. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros>> acesso em: 16/10/2006.

Miranda, Naly da Encarnação. *Comentários Históricos da Serra*.

Miranda, Naly E. *Reminiscências da Serra 1556-1983*.

Monteiro, Hamilton de Mattos. O Aprofundamento do Regionalismo e a Crise do Modelo Liberal. In: Linhares, Maria Yedda (org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro. Campus. 2000.

Neves, Luiz Guilherme Santos. *Vitória e o Espírito Santo no final dos anos 20*. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/texto/texto.php?id=703>> acesso em: 04/10/2006.

Novaes, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Fundo Editorial do Espírito Santo. Vitória.

Novaes, Maria Stella. *Jerônimo Monteiro sua vida e sua obra*. Vitória, Arquivo Público Estadual. 1979.

Oliveira, Euflasina W. de. *Mucurici e Montanha: A ocupação de parte dos "terrenos desconhecidos"*. Montanha. Ed. do autor. 1999.

Oliveira, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. Vitória. 1975.

Pacheco, Renato José Costa. *Os Dias Antigos*. Vitória. EDUFES. Secretaria Municipal de Cultura. Vitória. 1998.

Pang, Eul-So. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1979.

Pinheiro, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: Fausto, Boris. (org.) *O Brasil republicano*. São Paulo. História Geral da Civilização Brasileira. Vol. 2 Difel. 1977.

Prado Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1970.

Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm acesso em: 06/10/2006.

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo. Alfa-Ômega. 1976.

Rambalducci, Ney Costa. *Muqui. Passado de Glória. Futuro de Esperança*. Edições Achiamé Ltda. Rio de Janeiro/RJ. 1991.

Agora. Vitória. Outubro de 1980.

Rezende, Sezefredo Garcia de. *Memórias (1897-1978)* Vitória. 1981.

Ribeiro, Francisco Aurélio. Coord., *Patronos & Acadêmicos – Antologia*. AEL. Vitória/ES. 2002.

Rocha, Haroldo Correa & Cosseti, Maria da Penha. *Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo – 1850/1930*. NEP - Departamento de Economia - UFES

Rosa, Léa Brígida de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas 1890-1940*. Vitória. 1985.

Saletto, Nara. *Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República*. (inédito).

Saletto, Nara. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Edufes. Vitória. 1996.

Saletto, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Edufes. Vitória. 1996.

Santos, Ezequiel Sampaio dos Santos; Kill, Miguel A.; Bigossi, Rutiléa; Murari, Jonaz Braz. *História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins*. Brasília Editora Ltda. Vitória. 1992.

Santos, Jair Malisek. *O polemico morrinho*. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/memoria/jair_santos/vila_velha/morrinho.html> acesso em: 13/10/2006.

Schwartzman, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro. Ed. Campus. 1982.

Senado Federal. *Biografia senadores*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia> acesso em: 14/10/2006.

Sevcenko Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil: 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo. Companhia da Letras. 1998.

Silva, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória. FCAA. 1995.

Singer, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In: Fausto, Boris (org.) *O Brasil republicano*. São Paulo. Vol. 2. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo. Difel. 1977.

Siqueira, Maria da Penha. *O Desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940*. Vitória. FCAA/CODESA. 1984.

Soares, Renato Viana. *A Escola Antropofágica que a “revolução” de 30 comeu*. São Paulo. Lei Rubem Braga-Darwin. 1998.

Souza, Maria do Carmo Campelo de. O processo político partidário na Primeira República. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. Corpo e Alma do Brasil. 3ª ed. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1971

Tallon, Miguel Depes e Costa, Luciana Osório. (Org.) *O Espírito Santo na Revolução de 30*. Vitória. Assembléia Legislativa. 1980.

Topik, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro. Record. 1989.

Torres Filho, Artur E. Mangarinos. *O Estado do Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro. Pimenta de Mello & C. 1913.

Valle, Euripedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-santenses*. Vitória. 1971.